

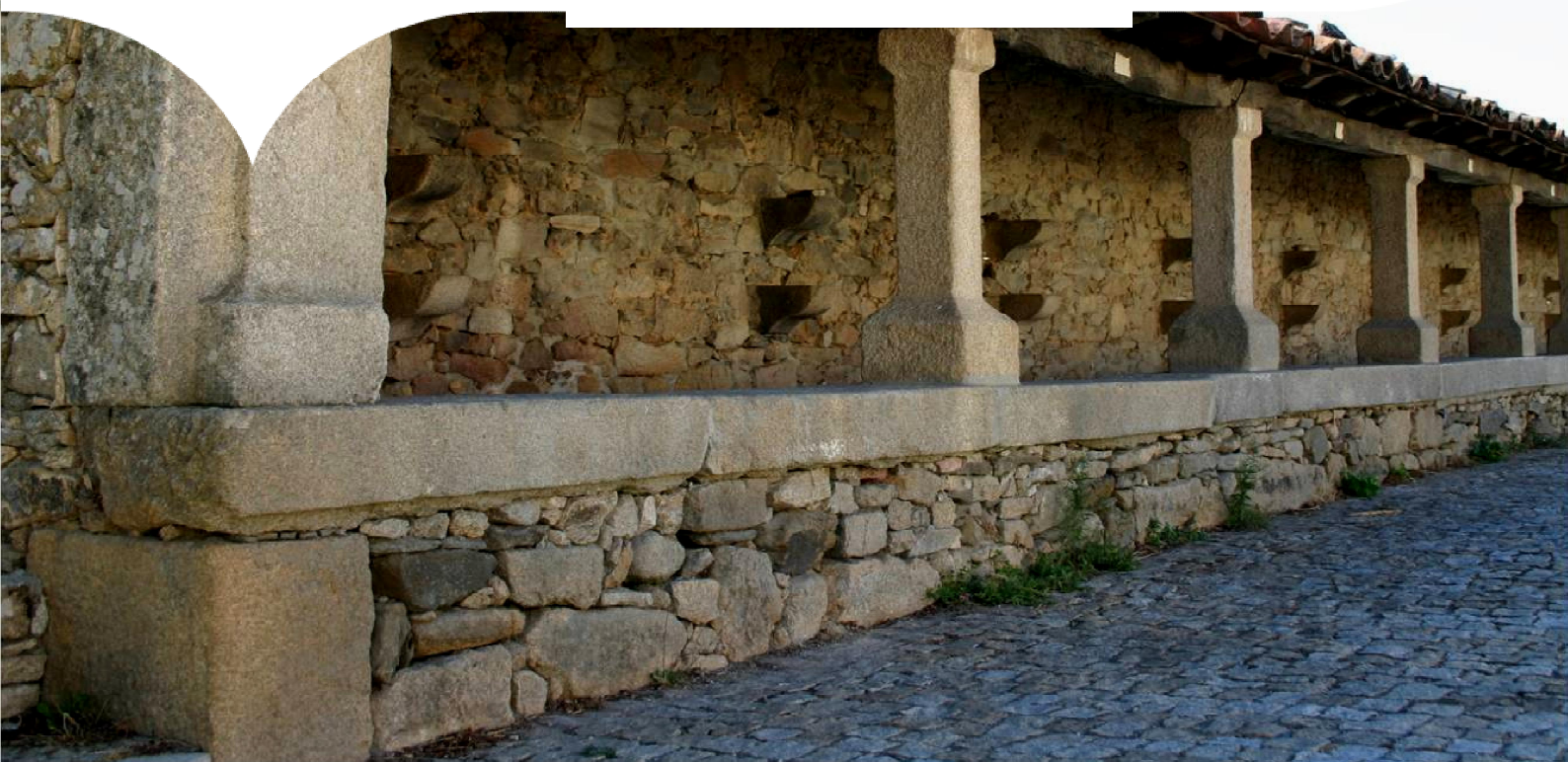


Terras de
Trás-os-Montes
Comunidade Intermunicipal



Plano Estratégico de desenvolvimento intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes para o período 2014-2020

Dezembro de 2014



Índice

1. Enquadramento	4
1.1. Introdução	4
1.2. Orientações Estratégicas Europeias para o período 2014-2020 – Estratégia Europa 2020	5
1.2.1. Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER)	7
1.2.2. Fundo Social Europeu (FSE)	7
1.2.3. Fundo de Coesão (FC)	8
1.2.4. Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA)	8
1.2.5. Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP)	9
1.2.6. Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC)	9
1.2.7. Investimentos Territoriais Integrados (ITI)	10
1.3. Orientações Políticas Nacionais para 2014-2020	10
1.3.1. Programa Regional de Reformas – Região Norte	12
2. Diagnóstico da CIM das Terras de Trás-os-Montes	14
2.1. Contextualização da Comunidade Intermunicipal	14
2.2. Perfil da Região	16
2.2.1. Perfil territorial e administrativo	16
2.2.2. Perfil demográfico	17
2.2.3. Perfil económico	19
2.3. Caracterização CIM das Terras de Trás-os-Montes face às 3 prioridades estratégicas da Estratégia Europa 2020	22
2.3.1. Crescimento Inteligente	22
2.3.1.1. Estrutura económica e Internacionalização	22
2.3.1.2. Inovação	27
2.3.2. Crescimento Sustentável	28
2.3.2.1. Energia e Ambiente	28
2.3.2.2. Acessibilidade e Mobilidade	29
2.3.3. Crescimento Inclusivo	30
2.3.3.1. Educação e Formação	30
2.3.3.2. Empregabilidade	32

2.4. Análise crítica da CIM das Terras de Trás-os-Montes	34
2.4.1. Análise SWOT	34
3. Estratégia	36
3.1. Visão	37
3.2. Eixos de Desenvolvimento Estratégico e Objetivos Estratégicos	38
4. Plano de Ação.....	42
4.1. Projetos Estratégicos e Projetos Complementares	42
4.2. Mapeamento entre os projetos estratégicos, os objetivos temáticos do Quadro Estratégico Comum e os EDE	127
5. Anexos	128
5.1. Caracterização dos municípios das Terras de Trás-os-Montes com a identificação dos projetos municipais 2014-2020.....	128
5.1. Projetos individuais dos Municípios da CIM-TTM	137
6. Fontes de informação	147

1. Enquadramento

1.1. Introdução

Com vista à definição de um Plano Estratégico de desenvolvimento intermunicipal para a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (adiante designada por CIM-TTM), foi efetuado um diagnóstico síntese da região, que servirá como referência à definição dos objetivos estratégicos e respetivo Plano de Ação. O Plano Estratégico visa a obtenção de uma visão uniforme e homogênea das orientações que sustentarão a elaboração de políticas públicas, promovendo um espírito de comunidade e entreatajuda na CIM-TTM e garantindo uma participação mais ativa dos intervenientes públicos e privados.

Este Plano Estratégico será definido tendo em consideração as metas da Estratégia Europa 2020, a Política de Coesão da União Europeia 2014-2020, bem como as orientações do Quadro Estratégico Comum da União Europeia para a aplicação dos fundos comunitários para este período. De forma a maximizar o potencial deste diagnóstico como uma ferramenta prospetiva, adotou-se uma estrutura alinhada com as três prioridades da Estratégia Europa 2020 (crescimento inteligente, crescimento sustentável e crescimento inclusivo).

Deste modo, o presente diagnóstico está estruturado da seguinte forma:

- **Orientações Estratégicas Europeias e Nacionais** para o período 2014-2020, apresentando as linhas de orientação da Estratégia Europa 2020 e os Programas Nacional e Regional de Reformas (PNR e PRR, respetivamente);
- **Caracterização da CIM das Terras de Trás-os-Montes**, com base em indicadores geográficos e socioeconómicos, mapeados em função do seu contributo para as três prioridades da Estratégia Europa 2020;
- **Análise crítica da CIM das Terras de Trás-os-Montes**, identificando os principais pontos fortes, pontos críticos, oportunidades e desafios com o objetivo de fornecer linhas de orientação para a definição da estratégia de atuação da CIM das Terras de Trás-os-Montes.

Importa referir que para suportar quantitativamente este diagnóstico selecionaram-se indicadores chave da região da CIM-TTM, no entanto por vezes foi necessário recorrer a estatísticas referentes à região de Alto de Trás-os-Montes devido à indisponibilidade de dados específicos para a CIM-TTM.

1.2. Orientações Estratégicas Europeias para o período 2014-2020 – Estratégia Europa 2020

A Comissão Europeia lançou o programa Estratégia Europa 2020 para assegurar o crescimento e a coesão e preparar a economia da União Europeia para a próxima década. Neste programa, foram identificadas três prioridades fundamentais de crescimento que deverão orientar as ações concretas tanto a nível da UE como a nível nacional:

- **Crescimento inteligente:** promover o conhecimento, a inovação, a educação e a sociedade digital;
- **Crescimento sustentável:** tornar a produção mais eficiente em termos de utilização de recursos, mais ecológica e mais competitiva;
- **Crescimento inclusivo:** aumentar a taxa de emprego, assegurando coesão económica, social e territorial

Esta estratégia constitui o referencial das políticas comunitárias para a próxima década, assim como para o desenho do orçamento da União Europeia para 2014-2020 e os seus progressos serão avaliados em função de cinco objetivos representativos a nível da UE, que os Estados-Membros deverão traduzir em objetivos nacionais, tendo em conta os seus contextos:

- Assegurar o **emprego de 75% da população** ativa entre os 20 e os 64 anos;
- **Investir em I&D**, pelo menos 3% do PIB da UE;
- Cumprir os objetivos relativamente ao **clima/ energia “20/20/20”**;
- **Reduzir a taxa de abandono escolar para menos de 10%** e assegurar que pelo menos 40% da geração mais jovem detém um diploma do ensino superior;
- **Reduzir a pobreza**, diminuindo em 20 milhões o número de pessoas em situação de pobreza ou de exclusão social.

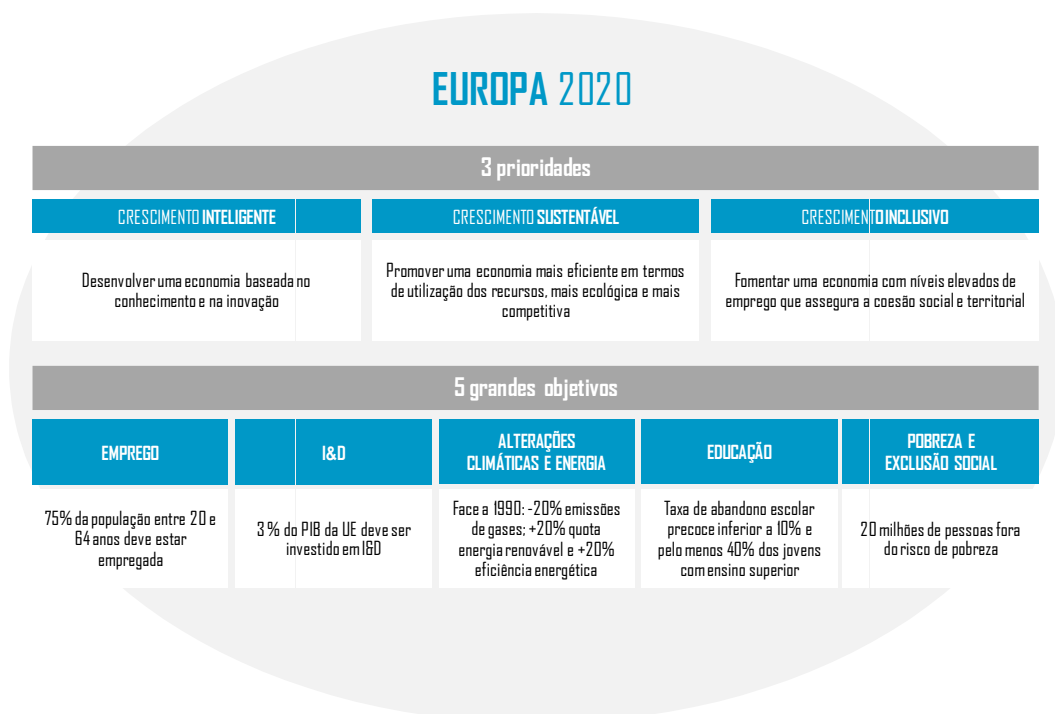


Figura 1. Prioridades e objetivos da estratégia Europa 2020

Fonte: COM (2010) 2020 final (Bruxelas, 3.3.2010) – “Europa 2020: Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo”

A materialização das metas da Europa 2020 iniciou-se com a definição dos 11 objetivos temáticos do Quadro Estratégico Comum:

- Reforço da **investigação, desempenho tecnológico e inovação**;
- Melhoria de **acesso, uso e qualidade das tecnologias de informação e comunicação**;
- Aumento da **competitividade das PME**;
- Investimento na **educação, competências e aprendizagem ao longo da vida**;
- Melhoria da **capacidade institucional** e garantia de uma administração pública eficiente;
- Apoio na mudança para uma **economia de baixo carbono** em todos os setores;
- Promoção da **adaptação à mudança climática** e prevenção e gestão de riscos;
- Proteção do **ambiente e promoção da eficiência nos recursos**;
- Promoção do **transporte sustentável e superação de estrangulamentos** em redes de infraestruturas chave;
- Promoção de **emprego e apoio à mobilidade profissional**;
- Promoção da **inclusão social e combate à pobreza**.

Para atingir estes objetivos, os Estados-Membros deverão ter hoje uma abordagem holística aos programas operacionais, alinhada com a nova visão sobre a coesão europeia que assenta numa abordagem mais integrada e sinérgica, prevendo o estabelecimento de programas plurifundos opcionais para o FEDER, FSE e FC e a harmonização das regras aplicadas a todos os fundos (Figura 2). Adicionalmente, deverão ser considerados novos instrumentos de base local para implementação de estratégias de desenvolvimento territorial, tais como os Investimentos Territoriais Integrados (ITI) e o Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC).

Os programas plurifundos integram inovações significativas, nomeadamente operações integradas de natureza temática e/ ou territorial financiadas por vários fundos e planos de ação conjuntos. Os Contratos de Parceria celebrados entre a Comissão Europeia e os Estados-Membros explicitarão as correspondentes estratégias de desenvolvimento tendo em vista a prossecução dos compromissos e das metas Europa 2020, contemplando abordagens integradas de desenvolvimento e identificando objetivos claros e mensuráveis. Na figura abaixo é mapeada a articulação dos vários níveis de definição da Política de Coesão 2014-2020, cujos instrumentos serão apresentados nas páginas seguintes:

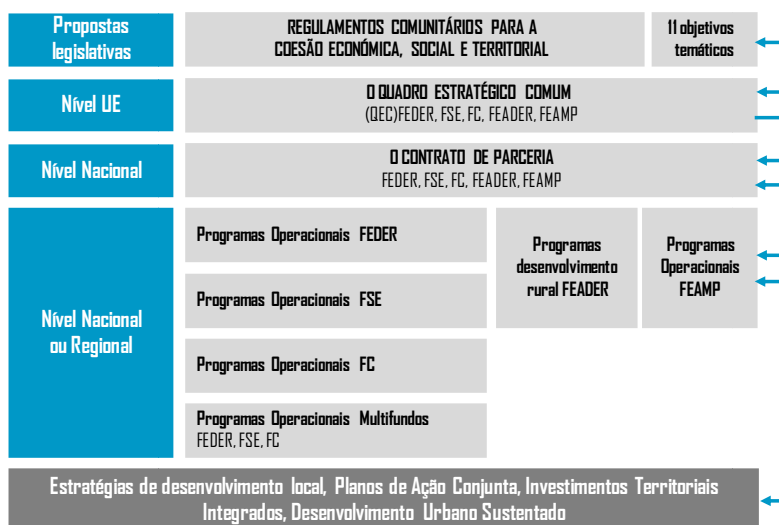


Figura 2. Ciclo de programação e aplicação da Política de Coesão 2014-2020

1.2.1. Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER)

O FEDER é um dos principais mecanismos financeiros de promoção da coesão social, económica e territorial na UE. A proposta legislativa de Regulamento do FEDER estabelece montantes de referência para a aplicação dos recursos do Fundo, a nível nacional, por tipologia de região e por objetivo temático (ver figura 2).

No novo enquadramento comunitário, a concentração das prioridades da União Europeia através do FEDER é assegurada pelos seguintes pontos:

- **Focalização em investimentos associados à eficiência energética** e energias renováveis, à investigação e inovação e à competitividade das PME;
- **Utilização de recursos do FSE** para a promoção do emprego e mobilidade laboral, educação, competências e aprendizagem ao longo da vida, bem como o combate à pobreza;
- **Financiamento por via do Fundo de Coesão** com enfoque no setor dos transportes e ambientes, com particular destaque para redes transeuropeias, investimentos e soluções de mobilidade sustentável.

Tipologia da região	Objetivo temático	Montante da referência
Mais desenvolvidas ou em transição	Fortalecimento da investigação, desenvolvimento e inovação	60% do total dos recursos do FEDER a nível nacional
	Fortalecimento da competitividade das PME	
	Apoio à transformação numa economia de baixo carbono em todos os setores	20% do total dos recursos do FEDER a nível nacional
Menos desenvolvidas	Fortalecimento da investigação, desenvolvimento e inovação	44% do total dos recursos do FEDER a nível nacional
	Fortalecimento da competitividade das PME	
	Apoio à transformação numa economia de baixo carbono em todos os setores	6% do total dos recursos do FEDER a nível nacional

Quadro 1. Montante de referência para aplicação do FEDER a nível nacional

Fonte: Política de Coesão da EU para 2014-2020: propostas legislativas

1.2.2. Fundo Social Europeu (FSE)

O FSE tem como principal objetivo contribuir para a coesão social na UE e contará com um orçamento de cerca de 84 mil milhões de euros, para o período de 2014-2020. Este fundo centra-se em quatro objetivos temáticos da Europa 2020 e as prioridades de investimento estabelecidas neste contexto são:

- Promoção do **emprego e apoio à mobilidade laboral**;
- Investimento em **educação, competências e aprendizagem** ao longo da vida;
- Promoção da **integração social e combate à pobreza**;
- Fortalecimento da **capacidade institucional e da eficiência da gestão pública**.

Foram estabelecidas diretrizes adicionais para aplicação do FSE: i) pelo menos 20% do total de recursos do FSE em cada Estado-Membro deve ser dedicado ao objetivo temático “Promoção da inclusão social e luta contra a pobreza” e/ ou ii) pelo menos 80% da dotação do FSE para cada programa operacional deverá concentrar-se em 4 prioridades, nas regiões mais desenvolvidas (70% nas regiões em transição e 60% nas menos desenvolvidas).

1.2.3. Fundo de Coesão (FC)

O FC apoia os Estados-Membros da UE com um rendimento *per capita* inferior a 90% da média dos 27 da União entre 2008-2010. Para o período de 2014-2020, este fundo disponibilizará cerca de 76 mil milhões de euros para as regiões menos desenvolvidas. Este fundo foca-se na concretização de cinco objetivos temáticos e respetivas prioridades de investimento, nas áreas de transporte e ambiente:

- **Apoio à transição** para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores;
- **Promoção da adaptação às alterações climáticas** e da prevenção e gestão de riscos;
- Proteção do ambiente e promoção da **eficiência dos recursos**;
- Promoção de transportes sustentáveis e **eliminação dos estrangulamentos nas principais infraestruturas** de rede;
- Fortalecimento da **capacidade institucional e da eficiência da gestão pública**.

De salientar que o FC disponibilizará 10 mil milhões de euros para a iniciativa “Interligar Europa”, relativa ao setor dos transportes. Esta iniciativa “Interligar Europa” foi desenvolvida pela Comissão Europeia no âmbito do reforço e melhoria das redes europeias de transportes, energia e tecnologia digital.

1.2.4. Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA)

Com a reforma da Política Agrícola Comum (PAC) em 2004, salientou-se a importância da introdução de dois instrumentos de financiamento e de programação únicos para promover o desenvolvimento rural: o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e o Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA).

O FEADER visa reforçar a política de desenvolvimento rural da UE e simplificar a sua implementação e os seus objetivos incluem:

- **Aumentar a competitividade dos setores agrícola e florestal**, potenciando uma melhoria no conhecimento e reforço do potencial humano, reestruturação e desenvolvimento do capital físico, aumento da qualidade dos produtos, etc.;
- **Melhorar o ambiente e a paisagem**, através do incentivo, em especial aos agricultores e aos silvicultores, a adotarem métodos de gestão das terras compatíveis com as necessidades de preservação das paisagens e de proteção e melhoria dos recursos naturais;

- **Potenciar a qualidade de vida nas zonas rurais** e promover a diversificação da economia rural, através do apoio à criação e ao desenvolvimento de microempresas, de incentivo a atividades turísticas e de proteção, modernização e gestão do património natural, etc.

O montante do apoio comunitário para o desenvolvimento rural, a sua repartição anual e o montante mínimo a destinar às regiões serão fixados pelo Conselho Europeu, que decidirá por maioria qualificada, sob proposta da Comissão Europeia, em conformidade com as perspetivas financeiras para o período 2014-2020 e com o Acordo Interinstitucional sobre a disciplina orçamental e a melhoria do processo orçamental.

Complementarmente, o FEAGA financia de forma partilhada entre os Estados-Membros e a Comissão Europeia:

- Restituições fixadas para a **exportação de produtos agrícolas para países terceiros**;
- Intervenções destinadas à **regularização dos mercados agrícolas**;
- **Pagamentos diretos a agricultores**, previstos no âmbito da política agrícola comum;
- **Ações de informação e de promoção dos produtos agrícolas no mercado interno da União Europeia** e em países terceiros, realizadas pelos Estados-Membros;
- **Despesas ligadas às medidas de reestruturação da indústria açucareira**, em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 320/2006 do Conselho Europeu.

1.2.5. Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP)

O FEAMP é o novo fundo proposto para a política marítima e das pescas da UE para o período de 2014-2020 e permitirá:

- **Auxiliar os pescadores** na fase de transição para uma pesca sustentável;
- **Auxiliar as comunidades costeiras** a diversificarem as suas economias;
- **Financiar projetos que criem novos empregos** e melhorem a qualidade de vida das populações costeiras;
- Simplificar o **acesso ao financiamento**.

O novo fundo será utilizado para cofinanciar projetos, em complemento ao financiamento nacional, sendo o orçamento total do fundo repartido pelos vários países, em função da dimensão do respetivo setor das pescas.

1.2.6. Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC)

O DLBC surge como uma ferramenta de promoção da Estratégia 2020 que visa envolver os atores locais no desenvolvimento de respostas para os desafios sociais, ambientais e económicos e deverá ser promovido por Grupos de Ação Locais - conjunto de representantes dos interesses socioeconómicos locais e que imprimem uma abordagem *bottom up* a esta iniciativa.

A Comissão Europeia propõe que o DLBC seja concretizado através de estratégias de desenvolvimento local integradas e multissetoriais baseadas numa área, concebidas com base nas necessidades e no potencial locais. Esta ferramenta deverá incluir funcionalidades

inovadoras, trabalho em rede e cooperação, permitindo uma utilização agregada dos fundos para a concretização de estratégias de desenvolvimento local.

De ressaltar que o DLBC poderá ser executado em cooperação transfronteiriça, desde que o Grupo de Ação Local seja composto por representantes de dois países (artigo 9º do Regulamento FEDER para a Cooperação Territorial Europeia).

1.2.7. Investimentos Territoriais Integrados (ITI)

Os ITI constituem uma ferramenta para implementar estratégias territoriais de uma forma integrada, permitindo aos Estados-Membros recorrer a fundos associados a vários eixos prioritários, de um ou mais programas operacionais.

Por oposição ao DLBC, cuja abordagem é *bottom up*, os ITI admitem uma abordagem *top down*, uma vez que as decisões sobre as prioridades estratégicas e de investimento são da responsabilidade Autoridade de Gestão do Programa Operacional, que poderá designar organismos intermédios, nomeadamente autoridades locais, organismos de desenvolvimento regional ou organizações não-governamentais para realizarem a totalidade ou parte das tarefas de gestão e implementação. A forma e graus da delegação da gestão de um ITI poderão variar em função dos acordos administrativos do Estado ou da região.

1.3. Orientações Políticas Nacionais para 2014-2020

No sentido de conferir à Estratégia Europa 2020 uma aplicação à totalidade do território europeu, o Comité das Regiões propôs à Comissão Europeia a adoção de Pactos Territoriais em cada Estado Membro da UE, envolvendo os níveis de governo local, regional e nacional de um determinado país. Este caráter contratual permite potenciar as sinergias e os efeitos sistémicos indispensáveis para os países atingirem os objetivos da Estratégia 2020. Assim, foi definido a nível nacional o Programa Nacional de Reformas Portugal 2020 que consubstancia as diretrizes e as orientações definidas pela Estratégia Europa 2020, reafirmando o compromisso do país para com a promoção de um crescimento económico inteligente, inclusivo e sustentável e a criação de condições para o cumprimento das metas estabelecidas a nível nacional.

Este Programa foi elaborado em articulação com o Programa de Estabilidade e Convergência (PEC), como garante da coerência entre a Estratégia Europa 2020 e as políticas orçamentais.

Assim, em Portugal, as Orientações Políticas Nacionais têm em conta a prioridade de consolidação orçamental e correção de desequilíbrios macroeconómicos contribuindo para o reforço da competitividade, crescimento sustentável e criação de emprego.

Com o Programa Nacional de Reformas (PNR), o Governo português pretende “criar condições para uma economia competitiva, mais inclusiva, mais flexível, mais sustentável”. O PNR traduziu para o contexto nacional os três grandes vetores de crescimento Estratégia Europa 2020:

- **Crescimento Inteligente:**

- **Reforço da I&D e da inovação**, assumindo-se: i) um compromisso com a ciência que define como linhas de ação formar, atrair e empregar mais investigadores, reforçar a afirmação das instituições e a ligação às empresas e reforçar o apoio à inserção de investigadores e instituições

científicas em redes internacionais de produção e difusão de conhecimento; ii) uma agenda nacional para a inovação, mediante a implementação da “Agenda Digital 2015”, com o objetivo de estimular a economia digital, melhorar os serviços prestados e criar novos produtos e soluções para o mercado global, e também através da iniciativa “Inovação Portugal 2020”, que visa a mobilização da sociedade civil e a focalização das políticas públicas na promoção da inovação;

- **Melhoria nos sistemas educativos**, concretizável por via de: i) redução das taxas de saída precoce dos sistemas de educação e formação, tomando como linhas de ação o “Programa Educação 2015”, a Iniciativa Novas Oportunidades e a reorganização e racionalização da rede escolar e ii) aumento de diplomados no ensino superior, que assenta no alargamento da base de recrutamento do ensino superior, na reestruturação da oferta educativa e no reforço da eficiência das instituições e estímulo da empregabilidade.

- **Crescimento Sustentável:**

- **Redução de emissões** assumindo o novo quadro regulamentar para a política climática pós-2012, nomeadamente o “Roteiro Nacional de Baixo Carbono”, o “Plano Nacional para as Alterações Climáticas 2020”, os “Planos Setoriais de Baixo Carbono” e o “Plano Nacional da Política do Ordenamento do Território”;
- **Promoção da utilização de energias renováveis**, que se baseia no “Plano Nacional de Ação para as energias renováveis”, o qual fixa os objetivos nacionais relativos à quota de energia proveniente de fontes renováveis para os vários setores de atividade;
- **Promoção de eficiência energética**, que considera o “Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética 2020”, estabelecendo como um dos objetivos o desenvolvimento de um *cluster* industrial associado à promoção de eficiência energética.

- **Crescimento Inclusivo:**

- **Aumento do emprego** por via da qualificação para a competitividade e da aposta em mais emprego sustentável e de qualidade;
- **Combate à pobreza e desigualdades sociais**, através de processos de qualificação e promoção de empregabilidade, da redução da pobreza dos grupos especialmente vulneráveis e da promoção da igualdade de oportunidades.

As grandes prioridades de intervenção comunitária para Portugal no período 2014-2020 têm então em vista:

- Promoção da **competitividade da economia**;
- Formação de **capital humano**;
- Promoção da **coesão social**;
- Reforma de **Estado**.

Estas prioridades refletem-se no Programa Nacional de Reformas de acordo com as metas enunciadas na Figura 3:

- **Redução do défice público:** 4,6% do PIB em 2011, 3% em 2012 e 2% em 2013
- **Aumento do peso das exportações no PIB** para 40% em 2020
- **Intensidade em I&D (DIDE/PIB):** 2,7% - 3,3%, dos quais de 1,0% - 1,2% no sector público e de 1,7% - 2,1% no sector privado em 2020 (1,9% em 2014)
- **Redução para 10% da taxa de saída precoce do sistema de ensino** em 2020 (15% em 2014) e aumento para 40% de diplomados entre os 30 e os 34 anos em 2020 (30% em 2014)
- **31% da electricidade consumida produzida com recurso a fontes endógenas e renováveis** (23% em 2014 com base num critério de média dos últimos dez anos), **aumento da eficiência energética em 20%** (9,8% em 2015) e contributo nacional para a **redução das emissões de gases com efeito de estufa ao nível europeu** em 20% em 2020
- **Taxa de emprego de 75%** para a população entre os 20 e os 64 anos em 2020 (71% em 2014)
- **Redução do nível de pobreza em menos 200 000 pessoas** em 2020 (menos 50 000 em 2014)

Figura 3. Compromissos e metas do Portugal 2020 (Programa Nacional de Reformas aprovado em 2011)

1.3.1. Programa Regional de Reformas – Região Norte

A liberalização dos mercados globais e as rápidas mutações económicas e tecnológicas da última década provocaram na região do Norte uma violenta pressão sobre os setores industriais. Apesar do esforço de retoma, a crise financeira e económica internacional, causou danos no tecido económico regional, em especial nos seus setores exportadores levando, por conseguinte, a uma vaga de desemprego.

Perante o quadro atual da região do Norte, torna-se urgente a implementação de ações que potenciem o crescimento desta região, apostando, de forma estruturada e consistente, nas áreas industrial, científica e exportadora. Neste sentido foi elaborado um Programa Regional de Reformas (PRR) para o Norte “Norte 2020 – Competitividade & Convergência”, que integra iniciativas do Pacto Regional para a Competitividade do Norte de Portugal e suas “Agendas Temáticas Prioritárias”:

- Internacionalização;
- Inovação;
- Acolhimento Empresarial;
- Empregabilidade;
- Mar;
- Saúde;
- Moda;
- Indústrias Criativas;
- Turismo;
- Mobilidade;
- Transportes;
- Logística;

- Região Digital;
- Energia;
- Ambiente;
- Cidades e Urbanismo;
- Desenvolvimento Rural.

Adicionalmente, no âmbito do Programa Regional de Reformas, foi elaborado o Plano Regional do Ordenamento do Território do Norte (PROT) e o seu Programa de Ação. O PROT é um Instrumento de Desenvolvimento Territorial, de natureza estratégica, no âmbito da Lei de Bases do Ordenamento do Território e Urbanismo (LBOTDU - Lei n.º 48/98 de 11 de Agosto).

O PRR para o Norte (“Norte 2020”) define uma estratégia de redução do défice da Balança de Transações Correntes e, especialmente, da sua balança de bens e serviços, contribuindo ativamente para a concretização desta política a nível nacional, uma vez que a região do Norte é a região NUTS II portuguesa mais exportadora e a que apresenta um maior conhecimento e experiência de participação nos mercados internacionais.

Relativamente ao tema energético/ ambiental, a região do Norte confronta-se com o combate aos tradicionais focos de poluição, mas, principalmente com a necessidade de uma abordagem transversal e integrada que vise melhorar a eficiência energética e potenciar os diversos recursos energético-ambientais existentes, estimulando a emergência na Região do Norte de uma economia de baixo carbono.

Face ao terceiro vetor estratégico no domínio da inclusão, o PRR do Norte preconiza uma estratégia de reforço ao apoio aos tradicionais grupos de população desfavorecida, mas, sobretudo, de criação e aplicação modelos de ação que potenciem a economia social e o voluntariado no combate à exclusão social e estruturação de uma rede de serviços públicos de proximidade mais eficiente, flexível e adaptada às distintas características do povoamento e das populações dos diversos territórios da Região do Norte.

2. Diagnóstico da CIM das Terras de Trás-os-Montes

2.1. Contextualização da Comunidade Intermunicipal

A recém-criada CIM-TTM agrega nove dos concelhos da NUTS III do Alto Trás-os-Montes: Alfândega da Fé, Bragança, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Vila Flor, Vimioso e Vinhais. A região Alto de Trás-os-Montes, onde a CIM-TTM se insere, subdivide-se em duas sub-regiões, Trás-os-Montes e Alto-Tâmega (Figura 4), que até Setembro de 2013 eram representadas por uma única CIM, designada CIM Trás-os-Montes (CIM-TM).

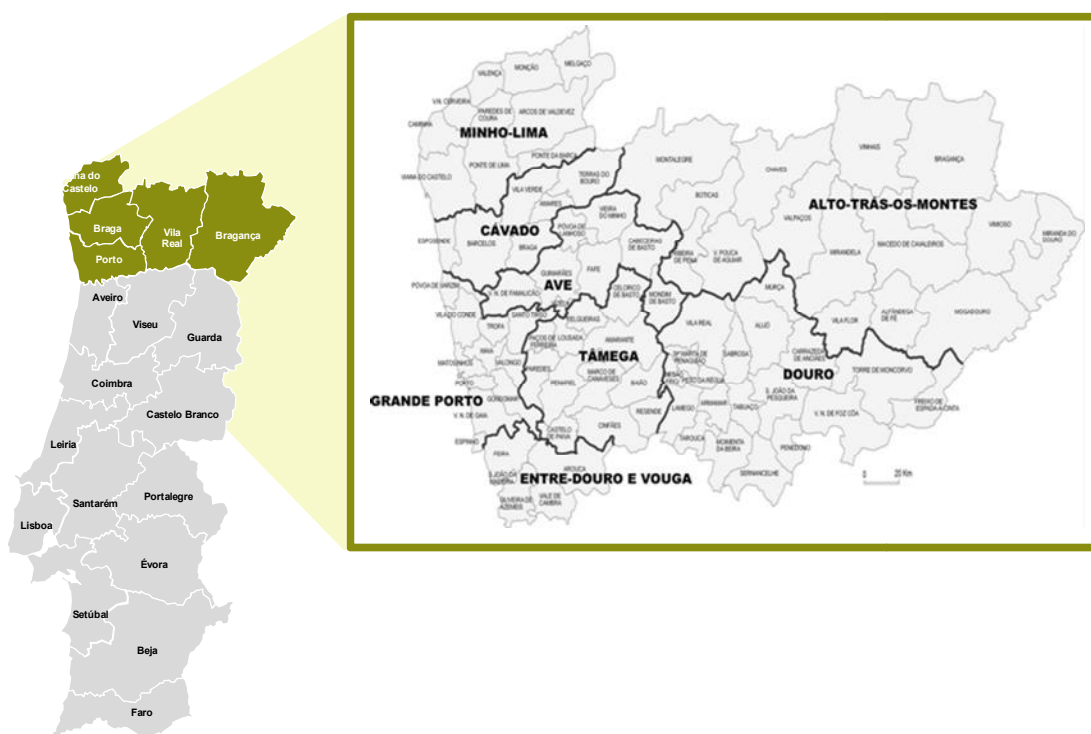


Figura 4. Unidades territoriais da região Norte (NUTS II)

A constituição das duas Comunidades Intermunicipais surgiu na sequência da nova Proposta Lei (nº75/2013, 12 de Setembro), com o objetivo de assegurar uma dimensão e escala adequadas para todas as CIM, garantindo i) governabilidade, eficácia e eficiência na organização e ação; ii) coerência na homogeneidade dos territórios de suporte; iii) interdependência geradora de sinergias e “ganhos de escala”; e iv) reforço do processo de territorialização nas principais políticas públicas. Esta Proposta Lei também refere que a criação de uma CIM está sujeita à verificação de “requisitos mínimos” de 5 municípios e 85.000 habitantes.

Deste modo, e tendo em consideração o desajustamento territorial da CIM-TM, face às distâncias, tempos de acesso e falta de homogeneidade e identidade territorial entre municípios, foi aprovada a separação da CIM-TM em duas CIM, como se pode verificar pela Figura 5.

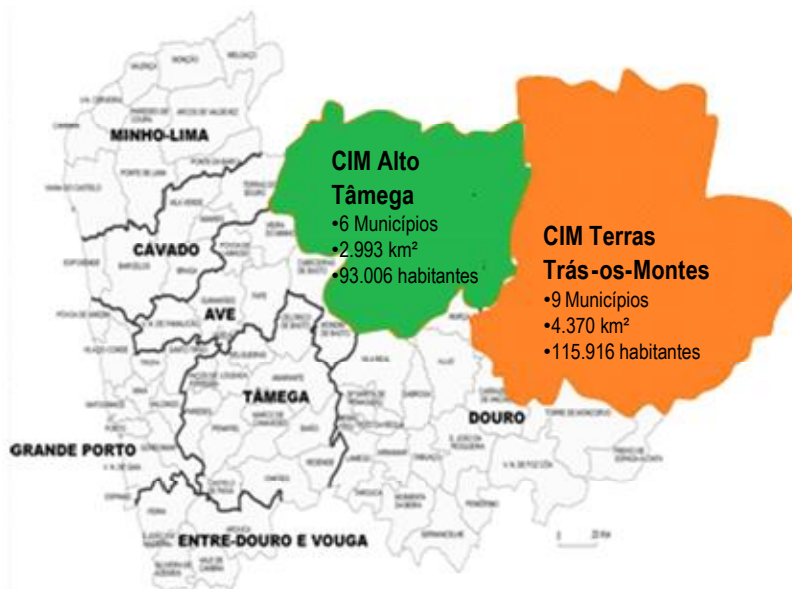


Figura 5. Separação da CIM-TM na CIM do Alto-Tâmega e na CIM das Terras de Trás-os-Montes

Os nove municípios da CIM-TTM constituem ainda duas Associações Municipais: Associação de municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano (Bragança, Miranda do Douro, Mogadouro, Vimioso e Vinhais) e a Associação de municípios da Terra Quente Transmontana (Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Mirandela e Vila Flor), embora o município de Carrazeda de Ansiães integre a CIM Douro. Estas Associações contribuem para a promoção do desenvolvimento local equilibrado, através da coordenação e articulação de projetos de interesse intermunicipal.

A interdependência entre regiões é cada vez mais um fator relevante na abordagem ao desenvolvimento territorial. Neste âmbito, a CIM-TTM enfrenta novos desafios, nomeadamente, a existência de especificidades e assimetrias no desenvolvimento dos municípios, o que acarreta dificuldades no estabelecimento de regras *standard* para a operacionalização das ações desenvolvidas. A isto acresce ainda a disparidade na mobilização dos agentes de mudança (municípios e munícipes). De forma a ultrapassar as barreiras impostas por estes constrangimentos, a CIM-TTM deve assegurar os seguintes objetivos:

- Planeamento da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido;
- Articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal;
- Participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional (QREN).

2.2. Perfil da Região

2.2.1. Perfil territorial e administrativo

A CIM-TTM estende-se por cerca de 4.370 km², sendo geograficamente limitada a Norte e Este por Espanha (Galiza e Castela e Leão), a Sul pela CIM do Douro e a Oeste pela CIM do Alto do Tâmega.

Em termos territoriais, Bragança é o município com maior área de superfície da CIM-TTM (1.173,6 km²) e também com maior número de freguesias (39). No outro extremo encontram-se os municípios de Vila Flor com 265,8 km² de superfície e Vimioso com 10 freguesias.

2012	Área (km ²)	Freguesias ¹
Alfândega da Fé	322,0	12
Bragança	1.173,6	39
Macedo de Cavaleiros	699,1	30
Miranda do Douro	487,2	13
Mirandela	659,0	30
Mogadouro	760,7	21
Vila Flor	265,8	14
Vimioso	481,6	10
Vinhais	694,8	26
CIM-TTM	4.370	200
Norte	21.286	1.426
Portugal	92.211,9	3.092

Quadro 2. Caracterização territorial e administrativa da CIM das Terras de Trás-os-Montes

Fonte: Pordata, INE

1) O número de Freguesias corresponde a dados de 2013

2.2.2. Perfil demográfico

Os municípios constituintes da CIM-TTM contabilizam um total de 115.916 habitantes residentes (cerca de 1% do total da população nacional), resultando numa densidade populacional de 26,5 habitantes p/ km², significativamente inferior às médias registadas nas regiões Norte (172,7 habitantes p/ km²) e nacional (114,5 habitantes p/ km²).

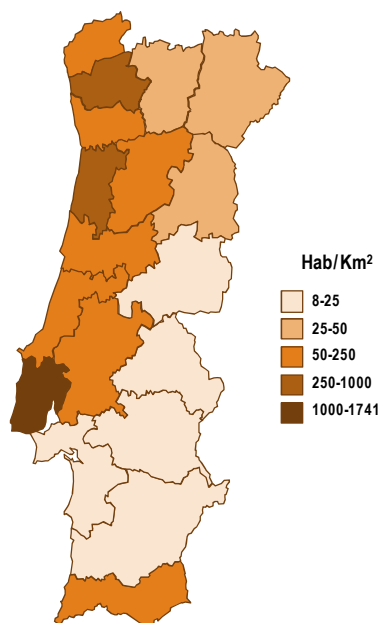


Figura 6. Densidade populacional de Portugal Continental por NUTS III em 2011

Fonte: INE; Pordata

Adicionalmente, Bragança revela ser o município mais populoso da CIM-TTM com 35.128 habitantes, enquanto Mirandela é aquele com maior densidade populacional: 35,7 habitantes p/ km².

O município de Vimioso destaca-se como sendo simultaneamente o município menos populoso da CIM-TM com 4.564 habitantes e com menor densidade populacional (9,5 habitantes p/ km²).

2012	População residente (nº)	Densidade populacional (nº/km ²)	Eleitores recenseados (nº)
Alfândega da Fé	4.979	15,5	5.796
Bragança	35.128	29,9	36.808
Macedo de Cavaleiros	15.536	22,2	18.886
Miranda do Douro	7.429	15,2	8.079
Mirandela	23.497	35,7	24.935

2012	População residente (nº)	Densidade populacional (nº/km²)	Eleitores recenseados (nº)
Mogadouro	9.341	12,3	11.274
Vila Flor	6.584	24,8	7.617
Vimioso	4.564	9,5	6.341
Vinhais	8.858	12,7	11.283
CIM-TTM	115.916	26,5¹	96.020
Norte	3.676.729	172,7	3.419.290
Portugal	10.514.844	114,0	9.740.336

Quadro 3. Caracterização demográfica da CIM das Terras de Trás-os-Montes

Fonte: Pordata, INE

1) Valores correspondentes à média dos municípios individuais, ponderada pela população residente (devido à falta de dados estatísticos agregados para a CIM-TTM)

A CIM-TTM apresenta-se como sendo umas das regiões a nível nacional com um índice de envelhecimento mais acentuado com 260,4 idosos por cada 100 jovens (contra uma média nacional de 129,4 idosos/ 100 jovens).

Apesar de todos os municípios possuírem este indicador acima da média nacional, os municípios de Bragança e Mirandela revelam ser os mais jovens com 183,2 e 211,6 idosos por cada 100 jovens, respectivamente.

2012	Jovens (menos de 15 anos) (%)	População em idade ativa (15 aos 64 anos) (%)	Idosos (mais de 65 anos) (%)	Índice de envelhecimento (Idosos/100 jovens)
Bragança	12,2	65,3	22,4	183,2
Mirandela	11,8	63,4	24,9	211,6
Macedo de Cavaleiros	11,3	60,4	28,2	249,6
Mogadouro	9,8	57,7	32,4	329,6
Vinhais	8,0	53,3	38,7	483,2
Miranda do Douro	10,0	58,1	32,0	321,4
Vila Flor	10,8	60,8	28,4	262,9
Alfândega da Fé	9,7	58,7	31,7	327,9
Vimioso	9,3	54,1	36,6	393,2

2012	Jovens (menos de 15 anos) (%)	População em idade ativa (15 aos 64 anos) (%)	Idosos (mais de 65 anos) (%)	Índice de envelhecimento (Idosos/100 jovens)
CIM-TTM ¹	11,04	61,3	27,7	260,4
Norte	14,8	68,1	17,2	116,5
Portugal	14,9	65,9	19,2	129,4

Quadro 4. Caracterização demográfica da CIM das Terras de Trás-os-Montes

Fonte: Pordata, INE

1) Valores correspondentes à média dos municípios individuais, ponderada pela população residente (devido à falta de dados estatísticos agregados para a CIM-TTM)

2.2.3. Perfil económico

Não existindo informação pública disponível suficiente para traçar um perfil específico da CIM-TTM, foram utilizados dados económicos para a região de Alto Trás-os-Montes. Nesta região, a taxa de variação homóloga do Produto Interno Bruto (PIB) revela seguir, durante o período de 2007 a 2011, as tendências verificadas na região Norte e a nível nacional. No entanto, neste mesmo período, constata-se que as taxas relativas à região de Alto Trás-os-Montes apresentam uma menor volatilidade que as restantes (Gráfico 1), facto que pode ser explicado por esta ser uma região relativamente mais isolada que outras regiões do país.

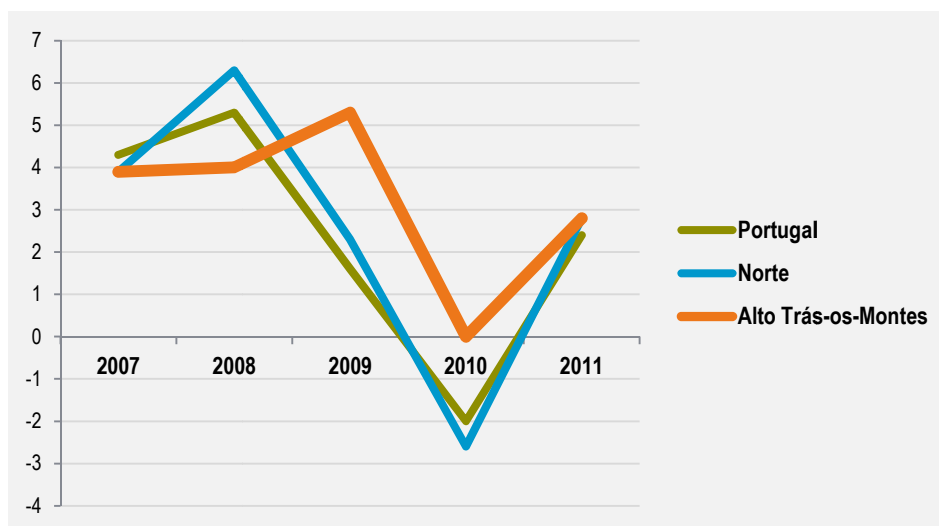


Gráfico 1. PIB (taxa de variação em valor; anual)

Fonte: INE

O PIB *per capita* da região de Alto Trás-os-Montes tem registado nos últimos anos (2007-2011) uma convergência, apesar de ligeira, com o PIB *per capita* a nível nacional, mas importa ressaltar que este efeito deve-se em parte à redução da população residente na região. No entanto, em 2011, a disparidade registada entre os dois indicadores foi ainda significativamente grande, sendo o PIB *per capita* da região 31% inferior ao nacional.

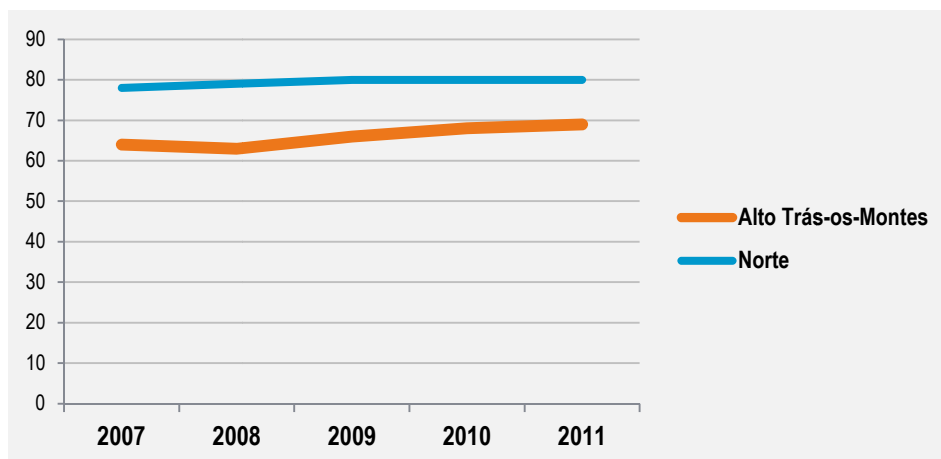


Gráfico 2. PIB per capita em índice (PIB per capita de Portugal=100)

Fonte: INE

No que respeita ao Valor Acrescentado Bruto (VAB) gerado pela região de Alto Trás-os-Montes, verifica-se que o sector terciário (Serviços) é o mais relevante, sendo responsável por 69,1% do VAB total; valor em linha com a região Norte (67,4%) mas abaixo do verificado a nível nacional (74,4%). É de realçar o elevado peso que o setor primário (Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca) tem na região, representando 6,9% do VAB, percentagem 3 vezes superior à verificada nacionalmente (Quadro 5).

Valor Acrescentado Bruto (VAB) por setor de atividade (%)			
2010	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	Indústria	Serviços
Alto Trás-os-Montes	6,9	24,0	69,1
Norte	1,6	31,0	67,4
Portugal	2,2	23,3	74,4

Quadro 5. Valor Acrescentado Bruto (VAB) por setor de atividade (%)

Fonte: INE

1) A região geográfica de Alto Trás-os-Montes acima representada difere da antiga Comunidade Intermunicipal (CIM-TM) pela inclusão do município de Murça e exclusão dos municípios de Ribeira de Pena e Vila Real. Contudo, tendo em conta a homogeneidade económica apresentada pela região, é útil a extrapolação destes valores para a CIM-TTM.

No que respeita ao tecido empresarial, a CIM-TTM contava com cerca de 12.003 empresas registadas em 2011, o que representa cerca de 1% do tecido empresarial nacional, sendo constituído essencialmente por empresas de dimensão reduzida em termos de número de colaboradores: cerca de 98% têm menos de 10 trabalhadores e o número médio de trabalhadores por empresa é cerca de 2. Apenas 4 empresas contam com mais de 249 trabalhadores nos seus quadros.

2011	Empresas (n.º)	Empresas <10 Trabalhadores (n.º)	Empresas > 9 e < 250 Trabalhadores (n.º)	Empresas >249 Trabalhadores (n.º)
CIM-TTM	12.003	11.748	251	4
Portugal	1.112.000	1.066.065	45.037	898

Quadro 6. Empresas por número de trabalhadores

Fonte: INE

Analisando individualmente cada município da CIM-TTM, verifica-se uma grande disparidade de realidades ao nível do número de empresas, pessoal ao serviço e volume de negócios.

Bragança é o município com o maior número de empresas da região (3.731), e respetivos número de trabalhadores ao serviço (9.264) e volume de negócios gerado (810 milhões de euros). Por outro lado, no outro extremo do *ranking*, o município de Alfândega da Fé apresenta o menor número de empresas da CIM-TTM, com 487 empresas registadas, e Vimioso com o menor número de pessoal ao serviço (702) e menor volume de negócios gerado (46 milhões de euros).

O volume de negócios médio das empresas presentes na CIM-TTM é significativamente inferior à realidade nacional: 150,3 milhares de euros contra 312,3 milhares de euros. O município de Alfândega da Fé é, no âmbito da CIM-TTM, aquele que apresenta o maior valor neste indicador (568,2 milhares de euros).

2011	Empresas (n.º)	Trabalhadores ao Serviço (n.º de indivíduos)	Volume de Negócios (milhares de euros)	Volume de Negócios médio por empresa (milhares de euros)
Alfândega da Fé	487	806	276.694	568,2
Bragança	3.731	9.264	809.855	217,1
Macedo de Cavaleiros	1.641	2.953	147.003	89,6
Miranda do Douro	881	1.513	70.667	80,2
Mirandela	2.463	5.018	259.187	105,2
Mogadouro	958	1.555	90.055	94,0
Vila Flor	632	1.429	82.745	130,9
Vimioso	496	702	26.460	53,3
Vinhais	714	1.191	41.424	58,0
CIM-TTM	12.003	24.431	1.804.090	150,3 ¹

2011	Empresas (n.º)	Trabalhadores ao Serviço (n.º de indivíduos)	Volume de Negócios (milhares de euros)	Volume de Negócios médio por empresa (milhares de euros)
Norte	360.482	1.225.029	91.449.328	253,7
Portugal	1.112.000	3.735.340	347.280.462	312,3

Quadro 7. Empresas por município da CIM de Terras de Trás-os-Montes

Fonte: INE

1) Valores correspondentes à média dos municípios individuais, ponderada pelo número de empresas (devido à falta de dados estatísticos agregados para a CIM-TTM)

2.3. Caracterização CIM das Terras de Trás-os-Montes face às 3 prioridades estratégicas da Estratégia Europa 2020

2.3.1. Crescimento Inteligente

Os motores de crescimento económico da CIM-TTM refletem os fatores competitivos que diferenciam a região. Nesta secção, exploram-se os recursos potenciadores de crescimento, que contribuem para alavancar a i) Estrutura económica e a Internacionalização e que fomentam a ii) Inovação.

2.3.1.1. Estrutura económica e Internacionalização

A região abrangida pela CIM-TTM possui amplos recursos agrícolas e florestais sendo que 38% do seu território é considerado Superfície Agrícola Utilizada¹ (Figura 7), o que sustenta o desenvolvimento de um setor agroindustrial que assume predominância na região e que cobre essencialmente as fileiras hortícola, frutícola e micológica, através do cultivo de castanha, amêndoa, cereja, cogumelos e da produção de vinho e azeite.

¹ Conjunto de terras ocupadas com culturas temporárias ou permanentes ou com pastagens permanentes, terras de pousio ou terras ocupadas com culturas sob coberto de espaço florestal arborizado

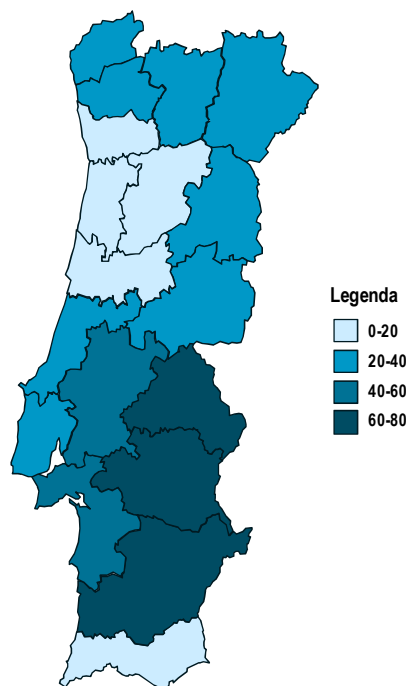


Figura 7. % de Superfície Agrícola Utilizada em Portugal Continental (NUTS III)

Fonte: Anuário Estatístico 2010 da Região Norte e Centro, Portugal

Segundo o Anuário Estatístico da Região Norte e Centro de 2010, a região de Alto Trás-os-Montes, onde se insere a CIM-TM, destaca-se em relação à região Norte por registar uma Superfície Agrícola Utilizada com um valor superior ao desta (30%), revelando que a agricultura se apresenta como um dos principais setores de atividade. Em particular, destaca-se o município de Mogadouro como o município que mais contribui para a produção agrícola das Terras de Trás-os-Montes (quadro 8).

2009	Superfície agrícola utilizada	
	ha	Valor da produção por hectare (€/ha)
Bragança	36.031	560,1
Mogadouro	32.797	695,9
Mirandela	24.834	581,7
Miranda do Douro	21.813	498,3
Macedo de Cavaleiros	21.803	576,5
Vinhais	17.512	677,5

2009	Superfície agrícola utilizada	
	ha	Valor da produção por hectare (€/ha)
Vimioso	14.507	489,7
Alfândega da Fé	11.761	514,5
Vila Flor	9.267	2.494,3
CIM-TTM	190.325	677,91
Norte	644.027	1.440,4
Portugal	3.668.145	1.264,9

Quadro 8. Superfície Agrícola Utilizada (SAU) por município da CIM das Terras de Trás-os-Montes

Fonte: INE; Anuário Estatístico 2010 da Região Norte e Centro, Portugal

Esta fileira de produtos endógenos poderá ser potenciada através da criação de uma marca única de promoção territorial e criação de produtos de Denominação de Origem Protegida (DOP), que poderão igualmente servir como alavancas à internacionalização da região.

Atualmente, a agricultura da região é fundamentalmente de cariz individual e a dinamização deste mercado deve-se, em larga medida, às cooperativas locais que funcionam como facilitador à comercialização de produtos para mercados nacionais e internacionais. Um caso particular do mais recente sucesso nas exportações da região é o azeite que em toda a região de Alto Trás-os-Montes representa mais de 8 milhões de euros em Volume de Negócios e emprega cerca de 2.000 pessoas. Grande parte do azeite produzido na região obedece à Denominação de Origem Protegida, o que lhe confere exclusividade e um quarto do azeite produzido destina-se a exportações, sendo França, Estados Unidos e Brasil destinos deste produto. Acompanhando o Azeite, a Confederação Nacional de Cooperativas Agrícolas prevê um potencial de exportação de outros produtos endógenos, pelo que é fundamental redimensionar as prioridades de investimento e fomentar o emparcelamento.

De facto, nos últimos anos tem-se verificado um investimento por parte de jovens agricultores na região através da produção de azeite e vinho, mas também na exploração da amêndoa através de investimento direto estrangeiro. Adicionalmente, existe um potencial de enfoque na produção de castanhas, uma vez que é expectável que a região possa atrair cerca de 10 milhões de euros em investimento direto estrangeiro e nacional neste domínio.

Existem igualmente fileiras de negócio no âmbito do turismo que têm vindo a ser exploradas por pequenas empresas. Um exemplo de exploração turística é a denominada Rota do Azeite. A Rota do Azeite na região de Alto Trás-os-Montes é um projeto que abrange 15 itinerários onde se incluem Alfândega da Fé, Alijó, Bragança, Carraceda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Mogadouro, Murça, Tabuaço, Torre de Moncorvo,

Valpaços, Vila Flor, Vila Nova de Foz Côa e Vimioso, e que visa promover o turismo rural da região, bem como o setor da restauração, cooperativas vinícolas e outros produtos típicos regionais como é o caso da alheira, vinho, mel, cogumelos, queijos e compotas. Apesar de abranger 15 municípios, tem-se verificado que sobretudo Mirandela tem aproveitado a fileira do azeite como forma de potenciar o turismo e a economia local.

No sentido de internacionalizar a região, têm sido desenvolvidas iniciativas de promoção do território em mercados internacionais como é exemplo o projeto Douro Estrela, um projeto em co-promoção, entre o NERGA (Associação Empresarial da região da Guarda) e a AETUR (Associação dos Empresários Turísticos do Douro e Trás-os-Montes), que abrange um território de intervenção alargado – NUT II Norte e Centro; este projeto tem como objetivo potenciar micro e pequenas empresas das regiões através da promoção da imagem do território em mercados internacionais. Adicionalmente, organizações como o Centro de Inovação de Trás-os-Montes e Alto Douro (CITMAD) têm vindo a apoiar e promover o empreendedorismo da região através do apoio à criação de novas empresas, mas também no apoio ao desenvolvimento de pequenas e médias empresas, promovendo-as em territórios internacionais. Para além disso, o Núcleo Empresarial da Região de Bragança tem vindo a promover, através da EXPO Trás-os-Montes, as micro e pequenas empresas da região com o intuito de as apoiar na conquista de novos mercados.

A internacionalização da região da CIM-TTM traduz-se na exportação dos seus melhores produtos ou na criação de parcerias internacionais que possam promover a região. No entanto, as exportações representavam, em 2009, apenas 257 mil milhares euros (Quadro 9), estando em larga medida concentradas em Bragança que em 2010 representou o município com maior contributo para as exportações da região, registando cerca de 240,8 milhões de euros em exportações.

2009	Saídas de mercadorias			Entradas de mercadorias		
	Total (Milhões de euros)	Intra UE (Milhões de euros)	Extra UE (Milhões de euros)	Total (Milhões de euros)	Intra UE (Milhões de euros)	Extra UE (Milhões de euros)
Bragança	240,8	236,4	4,4	109,7	108,5	1,2
Mirandela	7,6	4,7	2,9	5,6	5,3	0,3
Miranda do Douro	3,7	2,3	1,4	2,4	2,4	0,002
Macedo de Cavaleiros	1,7	1,7	0,01	0,2	0	0,2
Vila Flor	1,3	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Alfândega da Fé	1,2	0,3	0,9	0,4	0,4	0,001
Mogadouro	0,9	0,8	0,07	2,4	2,4	n.d.
Vinhais	0,003	0	0,003	n.d.	0	n.d.

2009	Saídas de mercadorias			Entradas de mercadorias		
	Total (Milhões de euros)	Intra UE (Milhões de euros)	Extra UE (Milhões de euros)	Total (Milhões de euros)	Intra UE (Milhões de euros)	Extra UE (Milhões de euros)
Vimioso	0	0	0	0	0	0
CIM-TTM	257,1	246,1	9,7	120,7	119,0	1,7
Norte	13.126,	10.574,2	2.551,9	10.791,2	8.791,7	1.999,4
Portugal	36.762,2	27.573,2	9.188,9	57.053,1	43.204,5	13.848,6

Quadro 9. Comércio internacional de mercadorias em milhares de euros

Fonte: AEICEP

O peso de Bragança nas exportações explica-se por este ser o município, a par de Mirandela, com o maior número de empresas na região e com o maior número de pessoal ao serviço, traduzindo-se nos polos mais desenvolvidos da região. No entanto, a região da CIM-TTM tem um investimento empresarial pouco significativo no contexto da região Norte (NUTS II). A maioria dos parques industriais não são suficientemente desenvolvidos, tendo os municípios necessidade de atrair maior e melhor investimento empresarial para a região. Existem, no entanto, exceções como os casos da Sortegel no município de Bragança e da Sousacamp em Vila Flor, município que tem também conseguido atrair investimento empresarial adicional nos últimos anos, através da Zona Industrial de Sampaio, onde se situam atualmente empresas como a Frize (Compal+Sumol).

Conclui-se que o fortalecimento da estrutura económica e a capacidade de internacionalização da CIM-TTM estão dependentes da maximização do potencial dos recursos endógenos agrícolas e turísticos e da atração de investimento empresarial. Importa neste contexto referir o papel impulsionador das Associações Comerciais e Empresariais na região e a potencial localização estratégica deste território, que poderão gerar um forte contributo para o desenvolvimento do tecido empresarial da região.

A localização fronteiriça de alguns dos municípios da CIM-TTM abre possibilidades de cooperação com Espanha, o que se consubstanciou, por exemplo, no Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha Portugal (POCTEP)² da região Norte que estabeleceu para o período de 2007 a 2013 um programa de cooperação entre a região Norte e a Galiza. De acordo com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), este programa irá retomar no período 2014-2020 e, após o encontro em Bruxelas no dia 8 de outubro de 2013, ficou definido que o objetivo para o período em vigor será que a região Norte beneficie de metade do pacote financeiro destinado à cooperação transfronteiriça entre Portugal e Espanha. Complementarmente, a proximidade de Bragança a municípios como Puebla de Sanabria em Espanha poderá alavancar as ligações a Espanha e assim atrair investimento direto estrangeiro em turismo, cultura e agricultura.

² Instrumento de Desenvolvimento Territorial, de natureza estratégica, no âmbito da Lei de Bases do Ordenamento do Território e Urbanismo (LBOTDU - Lei n.º 48/98 de 11 de Agosto).

As políticas locais têm um carácter reativo e de pequena escala, assentes numa lógica essencialmente de infraestruturas e serviços, não apostando na necessária diversificação do sistema produtivo, o que leva à fragmentação do mercado interno e a forte dependência ao setor público e das transferências financeiras externas (subsídios, prestações sociais, etc.).

2.3.1.2. Inovação

Nos últimos anos (2001 – 2009) assistiu-se em Portugal a um aumento significativo da despesa em I&D (quadro 10), que em 2001 se cifrava nos 330.331 milhares de euros e em 2009 ascendia aos 1.311.070 milhares de euros. A zona Norte (NUTS II) acompanhou esta tendência e durante o referido período viu o seu investimento em I&D crescer até aos 293.173 milhares de euros. Deste valor, apenas 1.374 milhares foram alocados à NUT III onde se insere a CIM-TTM, o que nesse ano representou 0,5% do total de despesas em I&D.

	2001	2009
	Despesa total em I&D	
	Milhares de euros	Milhares de euros
Alto Trás-os-Montes	-	1.374
Norte	58.197	293.173
Portugal	330.311	1.311.070

Quadro 10. Despesa total em I&D em milhares de euros

Fonte: INE

Apesar do *gap* indiciado por este indicador (quadro 10), a região da CIM-TTM apresenta um nível *Moderate Innovator* de acordo com o *Regional Innovation Scoreboard*³ (Figura 8), este nível compara com resultados de *Innovation Follower* na região Centro do país e de *Innovation Leader* em Lisboa e Vale do Tejo, o que aponta para assimetrias inter-regionais.

³ O *Regional Innovation Scoreboard* é uma medida de comparação sobre o grau de inovação dos 27 países da Europa Comunitária. A performance de inovação é medida através de um *framework* onde se avalia a inovação através de 3 diretrizes: i) *enablers*, ii) atividade empresarial e iii) *outputs*

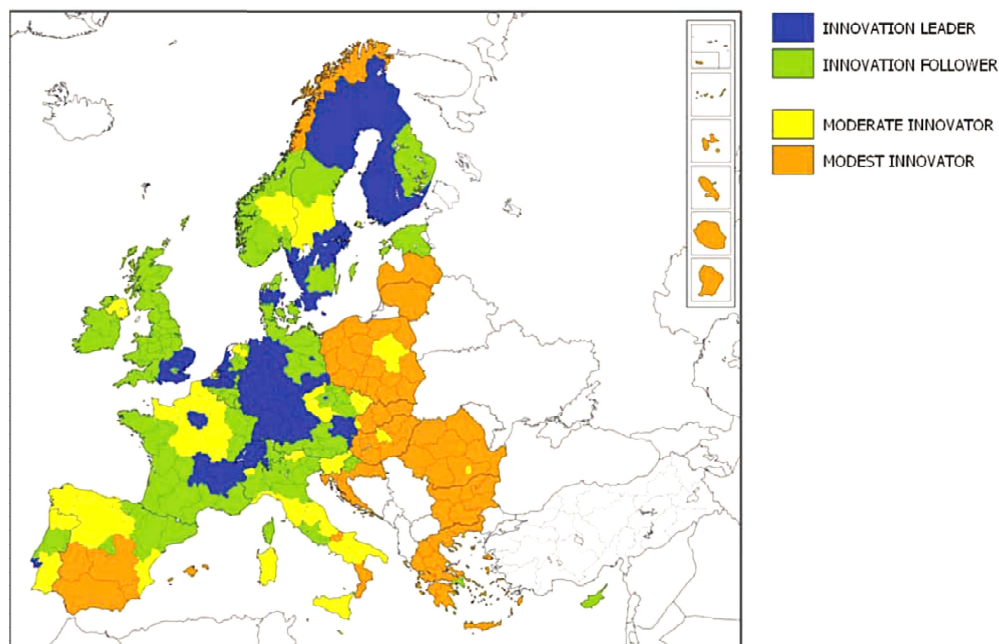


Figura 8. Índice de desenvolvimento dos países da Europa Comunitária (*Regional Innovation Scoreboard*)

Fonte: *Regional Innovation Scoreboard* da União Europeia

A promoção de um crescimento económico baseado na inovação é liderada, na região onde a CIM-TTM se insere, por diferentes atores, que incluem o Instituto Politécnico de Bragança e as incubadoras de empresas. O Instituto Politécnico de Bragança possui vários centros de investigação, onde se destacam o Centro de Investigação de Montanha (CIMO), *Laboratory of Separation and Reaction Engineering (LSRE)* e o Centro de Investigação em Desporto, Saúde e Desenvolvimento Humano (CIDESD). Os municípios têm vindo igualmente a apostar na criação de incubadoras de empresas para apoiar empresas inovadoras e potenciar a competitividade das PME na região.

2.3.2. Crescimento Sustentável

A sustentabilidade do crescimento económico da CIM-TTM implica um crescimento sustentável do ponto de vista ambiental e sustentado do ponto de vista das infraestruturas potenciadoras da atividade económica. Nesta secção exploram-se os fatores que caracterizam a região ao nível do i) Energia e Ambiente e da sua iii) Acessibilidade e Mobilidade (interna e externa).

2.3.2.1. Energia e Ambiente

A região de Alto Trás-os-Montes, onde a CIM-TTM se insere, desempenha um papel relevante na produção de energia a nível nacional, representando 24,5% da energia elétrica produzida em Portugal (segundo a Direção-Geral de Energia e Geologia). A região contempla ainda uma das maiores concentrações de potência licenciada renovável, derivada dos vastos recursos hídricos existentes e parques eólicos⁴. O distrito de Bragança é aliás o que mais contribui ao nível nacional para a produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis, sendo responsável pela geração de aproximadamente 14% da energia nestas condições (4.058 GWh em 2013).

⁴ Informação validada a partir do *website* da Direção -Geral de Energia e Geologia

O consumo energético (relativo a eletricidade) da CIM-TTM confirma o facto da atividade industrial na região ter uma expressão significativamente inferior à média nacional, dado o consumo de energia elétrica representar cerca de 13% do total contra os valores superiores registados na região Norte (35%) e nacional (36%).

2011	Consumo de energia elétrica (KW/h)					
	Doméstico	Não doméstico	Indústria	Agricultura	Iluminação das vias públicas	Edifícios do Estado
CIM-TTM	150.467.092	91.573.358	49.312.286	13.011.257	36.214.583	33.091.259
Norte	4.833.810.843	3.491.034.132	5.376.856.266	145.267.878	565.868.082	774.540.565
Portugal	13.755.180.788	11.956.768.788	17.675.099.128	980.854.386	1.674.051.161	2.697.614.216

Quadro 11. Consumo de energia elétrica por tipologia de consumo

Fonte: INE; Pordata

No que respeita à rede de abastecimento de água da CIM-TTM, segundo os últimos dados disponíveis (2009), constata-se que 91% da população tem acesso a sistemas de abastecimento de água. Paralelamente, 82% da população residente na CIM-TTM é também servida por estações de tratamento de águas residuais (ETAR).

2.3.2.2. Acessibilidade e Mobilidade

As características morfológicas e geográficas da região, aliadas a outros fatores como i) difícil acesso às principais vias de comunicação nacionais e ii) elevada distância dos principais centros de decisão políticos e económicos, contribuem para um relativo isolamento da região onde se enquadra a CIM-TTM.

As barreiras mencionadas têm vindo a ser endereçadas com a melhoria das condições de acessibilidade à região, nomeadamente, através da construção de novos itinerários rodoviários, como são exemplo as autoestradas A24 e A4. No entanto, assiste-se à necessidade da melhoria das acessibilidades entre estas vias e municípios da CIM-TTM, nomeadamente Vimioso (A4) e Vinhais (A4).

No ano de 2012, o Governo anunciou um plano modal de vias de comunicação com ligação aérea e com ligações estruturantes ferroviárias que permitirão efetuar a ligação a Puebla de Sanábria (Espanha) via TGV.

Atualmente, as principais vias de comunicação e acesso à CIM-TTM, espelham-se em:

- **Ligações rodoviárias:** IP2, A4/IP4 e IC5;
- **Ligações aeroportuárias:** através do Aeroporto Francisco Sá Carneiro (Porto) e aeródromo de Bragança;
- **Ligações ferroviárias:** através da linha do Norte;
- **Ligações marítimas:** através dos portos de Leixões e Viana do Castelo.

2.3.3. Crescimento Inclusivo

A promoção de um crescimento inclusivo na região da CIM-TTM implica melhorar o portefólio de competências da população no sentido de criar oportunidades de trabalho e tornar o tecido empresarial mais competitivo, promovendo assim a coesão social. Nesta secção, explora-se então o ponto de situação da região em termos de i) Educação e Formação e ii) Empregabilidade.

2.3.3.1. Educação e Formação

A qualificação da população surge como um fator decisivo para a promoção de uma economia mais inclusiva, ao potenciar a empregabilidade e promover a competitividade empresarial.

O quadro 12 demonstra que no ano letivo de 2011/ 2012 a CIM-TTM registava 94 estabelecimentos de ensino básico e 15 de ensino secundário, com 11.728 e 4.490 alunos inscritos respetivamente, acrescentando 1.066 alunos no ensino profissional. Uma análise desagregada por município revela que Bragança é o município com mais estabelecimentos de ensino básico e secundário e também o maior número de alunos inscritos durante o ano letivo de 2011/ 2012.

Adicionalmente, a análise do número de escolas por dimensão territorial demonstra que praticamente todos os municípios da CIM-TTM possuem mais de 8 escolas básicas e secundárias por cada 10.000 habitantes, com exceção de Macedo de Cavaleiros e Mogadouro. Tendo em conta a densidade populacional e o número de escolas presentes na região, conclui-se que a região de Terras de Trás-os-Montes se encontra suficientemente bem fornecida de escolas para o ensino básico e secundário na maior parte dos municípios.

2011/ 2012	Estabelecimentos		Alunos matriculados			Número de escolas básicas e secundárias/ 10.000 habitantes
	Básico (n.º)	Secundário (n.º)	Básico (n.º)	Secundário (n.º)	Profissional (n.º)	
Alfândega da Fé	3	1	377	159	58	8,0
Bragança	28	4	3.859	2.037	362	9,1
Macedo de Cavaleiros	8	1	1.495	489	109	5,8
Mirandela	24	5	2.635	1.062	448	12,3
Miranda do Douro	7	1	650	253	38	10,8
Mogadouro	4	1	653	225	46	5,4
Vila Flor	9	1	1.279	133	5	15,2
Vimioso	4	0	290	1	-	8,8
Vinhais	7	1	490	131	-	9,0
CIM-TTM	94	15	11.728	4.490	1.066	9,4
Norte	2.683	336	438.175	162.969	41.812	8,2
Portugal	7.682	947	1.206.716	440.895	-	8,2

Quadro 12. Ensino Básico e Secundário nos municípios da CIM das Terras de Trás-os-Montes

Fonte: INE

Relativamente ao ensino superior, o quadro 13 revela que no ano letivo 2012/ 2013 existiam 9 estabelecimentos de ensino superior na região da CIM-TTM. Neste mesmo ano, a região contava com 5.885 alunos inscritos no ensino superior, registando uma taxa de escolarização média de 11,8% e um número de diplomados de 1.425.

De entre os institutos superiores da região, destaca-se o Instituto Politécnico de Bragança, constituído por dois *campus*, em Bragança e em Mirandela, que se desagrega em cinco escolas onde se englobam a Escola Superior Agrária de Bragança, Escola Superior de Educação de Bragança, Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Bragança, Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo de Mirandela e Escola Superior de Saúde de Bragança, que oferece mais de 100 cursos, onde se incluem licenciaturas, pós-graduações e mestrados.

2012/2013	Estabelecimentos (n.º)	Alunos Matriculados (n.º)	Taxa de escolarização superior %	Diplomados em 2012 (n.º)	Nome dos estabelecimentos de ensino
Alfândega da Fé	0	-	6,9	-	-
Bragança	5	4.939	18,0	1.134	<ul style="list-style-type: none"> ■ Escola Superior Agrária de Bragança (ESA) ■ Escola Superior de Educação de Bragança (ESE) ■ Escola Superior de Saúde de Bragança (ESSA) ■ Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Bragança (ESTIG) ■ Cooperativa de Ensino Superior Politécnico e Universitário de Bragança (CESPU) (atualmente encerrado)
Macedo de Cavaleiros	2	70	10,4	74	<ul style="list-style-type: none"> ■ Instituto Superior Jean Piaget (atualmente encerrado)
Miranda do Douro	0	-	9,0	-	-
Mirandela	2	876	11,8	217	<ul style="list-style-type: none"> ■ Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo de Mirandela (EsACT) ■ Instituto Superior Jean Piaget (atualmente encerrado)
Mogadouro	0	-	8,6	-	-
Vila Flor	0	-	7,2	-	-
Vimioso	0	-	5,7	-	-
Vinhais	0	-	5,0	-	-
CIM-TTM	9	5.885	11,8%³	1.425	-
Norte	103	119.350	12,0	26.534	-
Portugal	298	371.000	13,8	81.410	-

Quadro 13. Ensino Superior nos municípios da CIM das Terras de Trás-os-Montes

Fonte: INE; Pordata

2.3.3.2. Empregabilidade

Em 2011, o registo de população ativa em Portugal era de 5.023.367 pessoas (Quadro 14), enquanto na região Norte era de 1.756.065 pessoas e na região de Alto de Trás-os-Montes este indicador ascendia às 46.130 pessoas.

2011	População ativa	Taxa de atividade %
CIM-TTM	46.130	44,3
Norte	1.756.065	56,1
Portugal	5.023.367	55,9

Quadro 14. População ativa no ano de 2011

Fonte: INE; Pordata

No que respeita ao nível salarial, o quadro 13 revela que o salário médio da região da CIM-TTM apresenta o valor mais elevado no setor terciário (694,70€), consideravelmente abaixo do salário médio praticado na região Norte (850,70€) e ainda mais baixo quando comparado com o salário médio do setor terciário de Portugal (943€). O salário médio do setor primário da região da CIM-TTM (568,70€) fica igualmente aquém dos valores praticados na região Norte (755,60€) e em Portugal (708,3€). O mesmo acontece quando comparado o salário médio praticado na região da CIM-TTM nas atividades do setor secundário com o salário médio da zona Norte e do país.

2011	Sector primário	Sector secundário			Sector terciário
	Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca (€)	Indústria, construção, energia e água (€)	Indústrias transformadoras (€)	Construção (€)	Serviços (€)
Alfândega da Fé	589,4	570,5	552,4	580,4	664,6
Bragança	568,4	737,4	768,4	644,8	724,4
Macedo de Cavaleiros	559,5	599,8	580	545	712,3
Mirandela	616	652,8	632,7	607,6	712,2
Miranda do Douro	631,6	766,2	622,9	672,6	645,9
Mogadouro	540	669,2	549,1	679,5	654,7
Vila Flor	538	699,1	722,9	687,3	652,9
Vinhais	492,5	542,5	570,8	499,1	666
Vimioso	485	566,6	496,4	541,7	625,2
CIM-TTM	568,7	667,2	651,0	612,9	694,7
Norte	755,6	744,4	734,4	730,4	850,7
Portugal	708,3	839,2	830,6	796,5	943

Quadro 15. Rendimento salarial médio mensal (em euros) líquido por setor de atividade

Fonte: INE; Pordata

O nível de desemprego dos municípios da CIM-TTM apontava em 2011 para 12,3 desempregados por cada 100 habitantes, valor abaixo da média nacional (15,2 desempregados para cada 100 habitantes).

2011	Desempregados por cada 100 empregados (%)	Inscritos nos centros de emprego no final do ano ² (nº)	Taxa de desemprego (%)
Alfândega da Fé	15,2	335	13,2
Bragança	11	1.953	11
Macedo de Cavaleiros	11,4	920	10,2
Miranda do Douro	10,4	279	10,4
Mirandela	13,8	1.719	9,4
Mogadouro	13,2	466	11,7
Vila Flor	13,4	437	11,8
Vimioso	11,6	180	10,4
Vinhais	13	472	11,5
CIM-TTM	12,3	6.761,0	10,9
Norte	16,9	291.621	14,5
Portugal	15,2	690.535	13,2

Quadro 16. Caracterização do desemprego na CIM das terras de Trás-os-Montes

Fonte: INE; Pordata

Da análise aos indicadores de educação e de empregabilidade, conclui-se que o maior desafio da CIM-TTM para a promoção da inclusão social implica ter respostas sociais para a população envelhecida e promover a retenção e respetivo emprego da população jovem que estuda na região.

2.4. Análise crítica da CIM das Terras de Trás-os-Montes

2.4.1. Análise SWOT

No seguimento da caracterização efetuada à CIM-TTM apresentam-se os principais resultados da análise às suas envolventes interna e externa, sob a forma de uma análise SWOT: *Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades), *Threats* (Ameaças).

A análise efetuada permite identificar as i) forças do território da CIM-TTM que poderão ser classificadas como os grandes vetores de evolução da região, ii) fraquezas que deverão ser alvo de preocupação e definição de ações de melhoria, iii) oportunidades, representando os aspetos positivos da envolvente com potencial para alavancagem das vantagens competitivas da região, e iv) ameaças, cobrindo pontos negativos da envolvente que poderão comprometer a vantagem competitiva da região.

De referir que, para a presente análise crítica, foram consideradas diversas fontes de informação além do diagnóstico realizado, nomeadamente: o Programa Regional de Reformas, os Planos Diretores Municipais dos diversos municípios da CIM-TTM e o Relatório Norte 2020 – Iniciativa Competitividade e Convergência.



Figura 9. Análise SWOT

FORÇAS

- **Potencialidades da atividade turística** na região, nomeadamente no que respeita à atividade de turismo de natureza;
- **Património histórico-cultural** com numerosos monumentos qualificados;
- **Experiências prévias em colaborações transfronteiriças**, conferindo à região a capacidade de colaboração em projetos integrados;

- **Autossustentabilidade da região**, suportada no elevado peso do setor agrícola e abundância de recursos naturais;
- **Saldo positivo da balança comercial de mercadorias com o exterior** da região;
- **Forte potencial para a produção de energias renováveis**, resultado das características geográficas da região;
- **Diversidade regional de produtos de qualidade**, muitos deles reconhecidos nacionalmente, com potencial de certificação.

FRAQUEZAS

- **Baixos níveis de formação da população**, inferior à média nacional (peso significativo de população com níveis de formação ao nível primário);
- **Baixa densidade populacional** em comparação com a média nacional e respetiva despovoamento do território, em especial das zonas rurais;
- **Envelhecimento da população** (elevado índice de envelhecimento), fortemente influenciado pelo êxodo da população jovem para fora da região, fator que pode ter impacto na criação de riqueza por via da perda de população em idade ativa;
- **Baixo PIB per capita**, (inferior à média nacional);
- **Prevalência de tendências de políticas microeconómicas** centradas no desenvolvimento individual de cada município aliadas à inexistência de uma visão agregadora da região;
- **Frágil identidade comum aos municípios**, dificultando a afirmação e promoção dos produtos regionais aos níveis nacional e internacional;
- **Reduzida competitividade das explorações agropecuárias**, fruto da pequena dimensão das explorações agrícolas da região e consequente dificuldade de captação de economias de escala;
- Elevada concentração da **produção em atividades de baixo valor acrescentado** (ex.: agricultura)
- **Número e dimensão das empresas da região bastante reduzidos**, revelando-se como um entrave à empregabilidade da região;
- **Reduzido grau de utilização de tecnologias da informação por alguns segmentos da população**, prejudicando a competitividade da região a este nível;
- **Constrangimentos ao nível das acessibilidades** intrarregionais, inter-regionais e transnacionais.

OPORTUNIDADES

- **Aproveitamento da prioridade de cooperação transfronteiriça** do quadro 2014-2020, assumida como fundamental para o desenvolvimento das economias locais e regionais;
- **Tendência internacional de turismo cultural e de natureza**, potenciadora para a economia local através do aproveitamento do património regional cultural e natural;
- **Tendência crescente na valorização das energias renováveis e de uma economia de baixo carbono** tanto a nível nacional como europeu (diretivas europeias);
- **Otimização do nível de produção agrícola**, visto haver margem para aumentar a produção agrícola nas terras existentes através da modernização do setor.

AMEAÇAS

- **Agravamento de políticas restritivas pelo Estado português**, podendo agravar a situação dos grupos populacionais mais desprotegidos (ex.: indivíduos com menores rendimentos e/ou dependentes de reformas/ subsídios);
- **Distância dos principais centros de decisão**, o que contribui para o isolamento da região;
- **Dificuldade de atração de investimento externo à região**, devido à sua localização periférica, baixo nível de formação da população e à escassez de empresas parceiras na zona;
- **Dependência dos fundos europeus** para a realização de obras públicas e projetos de ação social.

3. Estratégia

Tendo em consideração a realidade dos Municípios constituintes da Comunidade Intermunicipal e as oportunidades e desafios colocados aos mesmos, foi delineada a estratégia da CIM-TTM para o período 2014-2020.

Mais do que responder, de forma direta, às diretivas e fundos disponibilizados no contexto da Europa 2020, a estratégia para região das Terras de Trás-os-Montes, plasmada neste documento, pretende ser o pilar base de atuação da Comunidade Intermunicipal, cuja relevância e pertinência se manterão independentemente e para lá dos apoios disponibilizados pela UE.

O enquadramento europeu tem, no entanto, um papel preponderante na operacionalização desta estratégia uma vez que constitui uma oportunidade para, aproveitar o recurso a meios financeiros que permitam levar a cabo os programas, projetos e ações definidas no plano.

Assim, e procurando enquadrar, senão todos, a maioria dos projetos definidos, foi desenhada uma estratégia para a região, assente nos seguintes níveis:



Figura 10. Definição estratégica para a CIM-TTM 2014-2020

- **Visão:** espelha a forma como a região pretende ser vista no futuro, funcionando como guia fundamental à motivação, orientação e desenvolvimento da região num sentido específico; a visão deve conter em si o principal fator crítico de sucesso da região que permite diferenciá-la das restantes.
- **Eixos de Desenvolvimento Estratégico (EDE):** constituem as grandes áreas de atuação no território, a partir das quais será potenciado o processo de desenvolvimento; os Objetivos Temáticos (OT) definidos na Europa 2020 poderão abranger mais do que um EDE.
- **Objetivos Estratégicos (OE):** respeitam à definição operacional dos programas estratégicos, explicando o porquê do seu desenvolvimento e fazendo a ligação aos OT da Europa 2020.
- **Projetos Estratégicos:** representam as fileiras charneira que se pretendem potenciar e sobre as quais se deve agir; compõem um conjunto coerente e integrado de projetos em torno de uma área âncora específica; os projetos estratégicos podem endereçar mais do que um dos eixos estratégicos definidos.

- **Projetos Complementares:** constituem um conjunto organizado e integrado de ações com objetivos e *outputs* específicos; estes projetos devem ser mapeados com as várias *frameworks* definidas – OT da Europa 2020, EDE da CIM e OE de cada Projeto Estratégico; para cada um dos projetos deve ser igualmente identificada a sua capacidade de responder aos princípios transversais identificados para a região.
- **Projetos Individuais por Município:** iniciativas a levar a cabo no contexto específicos de cada Concelho que, embora não obedecendo a um cariz inter ou supra municipal, possa fazer sentido desenvolver, dado o impacto que poderão ter na região como um todo; estes projetos não são detalhados no plano de ação.

Na elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal (PEDI) foram levados a cabo várias ações de envolvimento dos diversos *stakeholders* locais, com relevância e intervenção no território, a fim de se construir uma estratégia integrada, coesa, coerente, com visibilidade pública e elevado sucesso na sua implementação.

A definição desta estratégia baseou-se então em três aspetos fundamentais:

- Realidade territorial da região e respetivo contexto atual, através da elaboração de um **diagnóstico síntese**, com o objetivo de determinar as potencialidades e vulnerabilidades dos Municípios constituintes da CIM-TTM;
- Mapeamento e identificação do enquadramento dos Programas e Projetos definidos, nas **políticas europeias para o período 2014-2020** (consequentemente vertidas para o contexto nacional e da região Norte);
- **Balço do Plano de Desenvolvimento Estratégico para a CIM-TM 2007-2013**, identificando i) projetos não realizados, ii) projetos realizados e iii) projetos que transitam do anterior período, para ser complementados/ concluídos em 2014-2020.

3.1. Visão

Para definição de uma visão estratégica, estruturada e consistente é necessário ter em conta o atual contexto da CIM-TTM. Esta deverá constituir o quadro de referência estratégico da CIM-TTM para o período 2014-2020, conferindo um cenário futuro de um conjunto de projetos a desenvolver numa base de continuidade, transversalidade e cooperação entre os Municípios constituintes da CIM-TTM.

Assim, são identificadas e caracterizadas, neste documento, as premissas que servirão de suporte ao reforço, explicitação e divulgação da identidade da região, como um todo, alavancando, entre outros, a marca/ conceito “Terras de Trás-os-Montes”, atualmente já conhecido e reconhecido local e nacionalmente, e a sua localização e sinergia estratégicas com as regiões limítrofes, nomeadamente espanholas.

Um dos princípios fundamentais na definição de uma estratégia territorial passa por identificar os fatores competitivos da região, procurando determinar exatamente o porquê da sua exceção face a outras realidades. Neste sentido, é fundamental perceber quais os recursos verdadeiramente diferenciadores, tomando este conceito num sentido lato, não apenas físico e humano mas também processual, cultural ou identitário. Tendo em conta a análise de atratividade e desafios elaborada, e pese embora as muitas “forças” identificadas na região, a definição da sua visão teve como racional a escolha de um vetor, comum a todos os municípios, que permitisse, simultaneamente:

- **Identificar inequivocamente a região** e diferenciá-la das restantes, pela especificidade e qualidade;
- **Atrair população, para residência**, enaltecendo o estilo e qualidade de vida proporcionados;
- **Internacionalizar a região**, reforçando o seu posicionamento na rota do turismo nacional e internacional;
- **Promover o desenvolvimento económico e social**, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população.

Correspondendo, de forma transversal, a estes critérios de qualidade e diferenciação, e dando simultaneamente resposta aos objetivos identificados para a definição de uma visão, os valores naturais locais, paisagísticos e produtivos, surgem como o elemento que melhor caracteriza e representa a região, nacional e internacionalmente, representando uma eco região que pretende ser inovadora, com qualidade de vida, alicerçada no recurso a energia renováveis e à eco construção.

Por outro lado, fatores como o seu potencial agrícola, pecuário e florestal ou a sua forte e dinâmica identidade cultural devem ser considerados na construção da visão.

Assim, e procurando potenciar as características analisadas, foi definida, para a CIM-TTM, a seguinte visão:

Ser reconhecida nacional e internacionalmente como uma eco região de excelência, com condições distintivas que oferece uma qualidade de vida diferenciada, para residentes e turistas, utilizando os valores naturais e produtos de excelência como principais alavancas.

3.2. Eixos de Desenvolvimento Estratégico e Objetivos Estratégicos

Após definição da visão, foram identificados os Objetivos Estratégicos para a região, organizados por Eixos de Desenvolvimento Estratégico (EDE) que sistematizam e representam as principais áreas a alavancar para o desenvolvimento futuro:

- **Desenvolvimento rural**
 - Otimizar os recursos de **exploração agrícola, pecuária e florestal**
 - Melhorar a **rede de apoio às empresas**, com especial enfoque nos sectores agrícola e pecuário
 - Fomentar a **diferenciação, inovação, competitividade** e coesão territorial
 - Apoiar a **inclusão social**, com vista à diminuição da pobreza
 - Promover a **sustentabilidade económica e social**, com vista ao repovoamento do território
- **Turismo**
 - Fomentar a **valorização e preservação do património** cultural, natural e paisagístico da região
 - Estimular o **investimento, investigação, desenvolvimento** e inovação do território
 - Promover a **acessibilidade e ligações entre municípios** para a mobilidade/ troca de pessoas e bens/ serviços
- **Ambiente**
 - Potenciar a **sustentabilidade energética**
 - Valorizar, proteger e utilizar de forma sustentável os **recursos naturais e paisagísticos**

Os Eixos de Desenvolvimento Estratégico e Objetivos Estratégicos definidos, representando as principais áreas de enfoque para o desenvolvimento da região, assentam, no seu todo, em princípios transversais que potenciam a concretização dos objetivos e orientam a forma de aproveitamento dos recursos, sendo eles:

■ Inovação

- Por inovação entende-se neste contexto, potenciar e fomentar cada um dos EDE na prossecução dos respetivos objetivos através de uma forma diferente, nova, de fazer as coisas; muito embora este princípio possa alavancar grandemente nas novas tecnologias, pretende-se que o seu significado ultrapasse esta dimensão, não se restringindo a ela; o contributo da inovação é acentuar as características diferenciadoras do território, desenvolvendo uma oferta única, a nível nacional e internacional.

■ Cooperação

- Princípio fundamental à região, tendo em conta a sua localização estratégica, junto a Espanha, e em particular às regiões de Castela e Leão, Galiza e Asturias, com quem partilha uma extensa fronteira; em todos os EDE este princípio está já hoje presente e deverá ser reforçado; a cooperação além-fronteiras (espanhola e portuguesa) exige e pressupõe, no entanto, cooperação e coesão internas, orientando o desenvolvimento de cariz supramunicipal, coletivo e integrado.

■ Valorização

- Este conceito abrange 3 vertentes i) pessoas, ii) recursos e património e iii) rentabilização; sendo um dos principais pilares da Estratégia 2020 europeia e a maior necessidade após décadas de construção de infraestruturas, a orientação, neste período, é para i) formar pessoas de forma a torna-las mais produtivas e diferenciadas (fomentando a sua mobilidade e emprego), ii) recuperar e modernizar os recursos naturais e património edificado, garantindo condições para a sua correta utilização e aproveitamento, iii) rentabilizar os recursos materiais e humanos existentes, para que possam autossustentar-se, ser produtivos e contribuir para o desenvolvimento económico e social da região.

■ Inclusão (não exclusão)

- Princípio que verte, nos EDE, um cariz social, funcionando como uma prerrogativa a ter em consideração na procura dos objetivos a atingir; cada um dos eixos deve contribuir para incluir todos os grupos sociais e regiões ou, em última análise e de forma mais correta, não fomentar a exclusão daqueles que hoje em dia estão integrados mas nas franjas da sociedade, denotando risco (ex.: isolamento de pequenas povoações, envelhecimento, desemprego...).

■ Governança

- Consiste no princípio mais inovador, alinhado com a estratégia europeia, numa tentativa de oferecer aos planos estratégicos construídos um caráter organizativo e de gestão a que os mesmos não podem alhear-se; fortemente relacionado com o funcionamento democrático das instituições e com o ordenamento do território, pretende fazer garantir um funcionamento ágil, pensado, organizado, medido e avaliado das políticas definidas e entidades responsáveis por implementá-las.

À luz desta estrutura definida para a estratégia, foi construída a seguinte *framework* que espelha os eixos de desenvolvimento estratégico, alinhados com a visão, e os princípios transversais que lhe estão subjacentes:

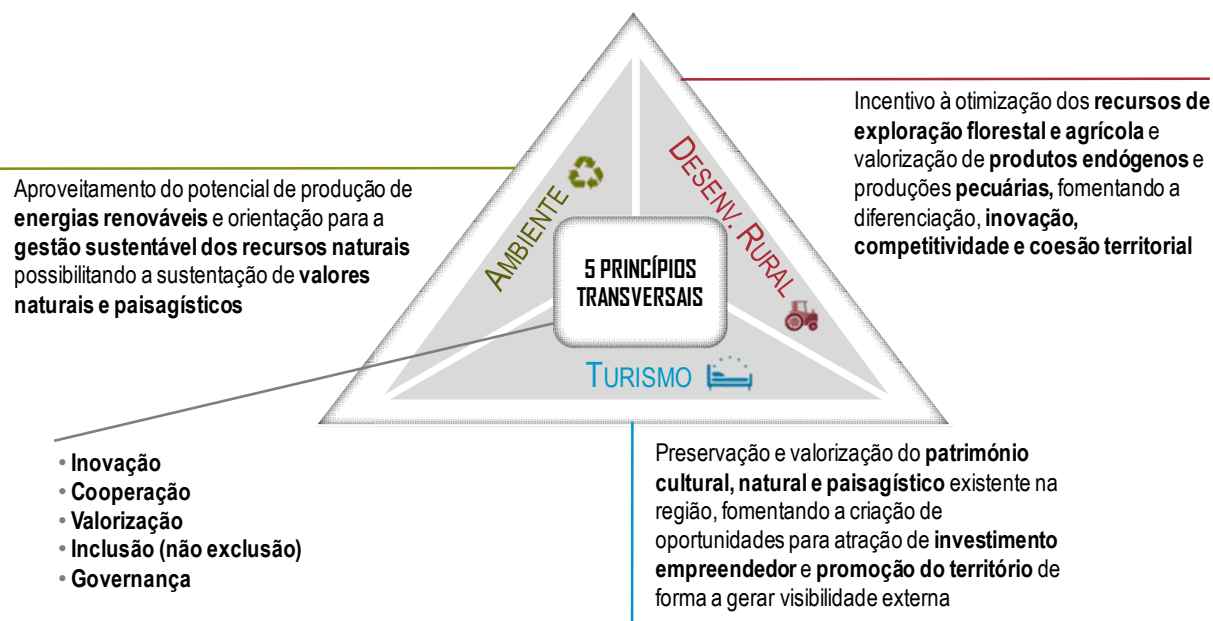


Figura 11. Eixos de Desenvolvimento Estratégico 2014-2020 para a CIM-TTM

Embora a delineação deste plano estratégico pretenda, conforme referido, estabelecer o melhor curso de desenvolvimento para região, para além da orientação e vigência dos fundos europeus, a CIM-TTM deverá ser capaz de, até 2020, potenciar o desenvolvimento dos seus três eixos estratégicos através da realização de projetos alinhados com os três pilares de crescimentos da Europa 2020: i) Inteligente, ii) Sustentável e iii) Inclusivo.

Dessa forma poderá ser feito um aproveitamento inteligente destes recursos financeiros à disposição, encarando-os como uma ferramenta de orientação e concretização do plano definido.

Tendo em consideração a atual lógica de cruzamento de fundos (projetos candidatos a apoio multifundos), e procurando responder aos objetivos estratégicos colocados, foram definidos 9 projetos estratégicos, cobertos por um ou mais eixos estratégicos de desenvolvimento, organizados em função do potenciamento dos principais ativos da região (*ver quadro seguinte*):

Objetivos Estratégicos		Projetos Estratégicos								
		1 Melhoria da rede de serviços de apoio às empresas	2 Promoção do território e oferta endógena	3 Valorização e preservação do património e recursos naturais	4 Otimização dos recursos de exploração agropecuária, florestal, piscícola e cinegética	5 Apoio à inclusão social	6 Potenciação e reforço dos meios de comunicação e acessibilidade	7 Promoção de uma região ambientalmente autossustentada	8 Promoção de ensino sustentável	9 Promoção da eficiência das administrações e organismos públicos
EIXOS DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO	Desenvolvimento Rural	Otimizar os recursos de exploração agrícola e florestal			X	X				
		Melhorar a rede de apoio às empresas, com especial enfoque nos sectores agrícola e pecuária	X		X					
		Fomentar a diferenciação, inovação, competitividade e coesão territorial			X				X	X
		Apoiar a inclusão social, com vista à diminuição da pobreza		X			X		X	
		Promover a sustentabilidade económica e social, com vista ao repovoamento do território	X	X			X			
	Turismo	Fomentar a valorização e preservação do património cultural, natural e paisagístico da região		X	X				X	
		Estimular o investimento, investigação, desenvolvimento e inovação do território	X	X						
		Promover a acessibilidade e ligações entre municípios para a mobilidade/ troca de pessoas e bens/ serviços						X		
	Ambiente	Potenciar a sustentabilidade energética				X			X	
		Valorizar, proteger e utilizar de forma sustentável os recursos naturais e paisagísticos			X	X				x

Quadro 17. Alinhamento entre os Projetos Estratégicos e a estratégia delineada, especificamente os Eixos e Objetivos Estratégicos

4. Plano de Ação

4.1. Projetos Estratégicos e Projetos Complementares

O Plano de Ação para a CIM-TTM deverá materializar-se no desenvolvimento de um conjunto de projetos estratégicos e projetos complementares que vise mobilizar os diversos agentes regionais em torno do aproveitamento e rentabilização dos principais filões da região, alinhados com os eixos de desenvolvimento estratégico.

Relativamente aos Projetos Estratégicos, foram identificados 9 projetos estratégicos, constituídos por vários projetos complementares.

1 | Melhoria da rede de infraestruturas e de serviços de apoio às empresas

- 1.1. Rede de apoio ao desenvolvimento empresarial
- 1.2. Criação de centro de competências
- 1.3. Gestão, redimensionamento e desenvolvimento integrados das zonas industriais e estratégia de promoção intermunicipal
- 1.4. Criação de plataforma para a inovação industrial

2 | Promoção do território e oferta endógena

- 2.1. Criação de agência de promoção do território e produtos
- 2.2. Estruturação da oferta e promoção integrada dos produtos endógenos

3 | Valorização e preservação do património e recursos naturais

- 3.1. Criação de rede de rotas turísticas
- 3.2. Promoção dos interesses museológicos em rede
- 3.3. Desenvolvimento de aplicações móveis para descoberta de trilhos
- 3.4. Construção de rede de ecopistas
- 3.5. Reforço da capacidade de alojamento local e rural na região
- 3.6. Aproveitamento da “água” para turismo e bem-estar
- 3.7. Capitalização de áreas protegidas e classificadas e de interesse nacional e internacional
- 3.8. Estratégia de renovação e revitalização urbana
- 3.9. Apoio e promoção de eventos culturais na região

4 | Otimização dos recursos de exploração agropecuária, florestal, cinegética e piscícola

- 4.1. Construção, requalificação e gestão integrada de regadio
- 4.2. Criação de centro de investigação científica das fileiras estratégicas da região
- 4.3. Levantamento, ordenamento, gestão e valorização da floresta
- 4.4. Valorização de recursos de cinegéticos e piscícolas
- 4.5. Criação de multi-plataforma tecnológica para valorização do setor primário

5 | Apoio à inclusão social

- 5.1. Criação de Fundo de Fomento Social
- 5.2. Criação de programa de escoamento de produtos excedentes
- 5.3. Criação de plataforma tecnológica para o bem-estar e envelhecimento ativo

6 | Potenciação e reforço dos meios de comunicação e acessibilidades

- 6.1. Criação de rede de gestão partilhada dos transportes
- 6.2. Desenvolvimento de plataforma logística do aeroporto regional de Trás-os-Montes em Bragança
- 6.3. Eliminação de estrangulamentos nas principais infraestruturas rodoviárias

7 | Promoção de uma região ambientalmente autossustentada

- 7.1. Potenciação da produção e utilização de energias renováveis
- 7.2. Programa de promoção da eficiência energética em edifícios públicos

8 | Promoção de ensino sustentável

- 8.1. Combate ao insucesso e abandono escolar precoce
- 8.2. Rede de ensino profissional
- 8.3. Requalificação do parque escolar e pré-escolar

9 | Promoção da eficiência das administrações e organismos públicos

- 9.1. Redução de custos estruturais das administrações municipais
- 9.2. Criação de Observatório Económico-Social
- 9.3. Gestão partilhada de meios da proteção civil
- 9.4. Desenvolvimento de sistema de informação geográfica
- 9.5. Prolongamento, renovação e gestão integrada das redes de abastecimento de água e saneamento

PROJETO
ESTRATÉGICO

1 | Melhoria da rede de infraestruturas e de serviços de apoio às empresas

OBJETIVO

Promover o apoio ao desenvolvimento e à competitividade do tecido empresarial

ENQUADRAMENTO

O tecido empresarial da região das Terras de Trás-os-Montes, além de revelar um tamanho reduzido, é composto essencialmente por empresas de pequena dimensão e por conseguinte, na sua maioria, desprovidas de meios e/ou conhecimento que lhes permitam serem competitivas e/ou afirmarem-se no mercado (nacional e/ou internacional).

Tendo em consideração o panorama empresarial descrito, é importante encontrar soluções que fomentem a criação de novas iniciativas empresariais e o desenvolvimento das unidades fixadas na região, de forma a contrapor os constrangimentos referidos.

Complementarmente à elaboração de soluções dirigidas, especificamente, às unidades que compõem o tecido empresarial do território, importa também procurar afirmar as Terras de Trás-os-Montes como destino empresarial, nomeadamente através da melhoria dos mecanismos e condições, da própria região, no que respeita à atração e fixação de empresas.

Em suma, considera-se imperativo atuar ao nível de duas vertentes estruturantes: i) apoio ao desenvolvimento empresarial, nomeadamente na capacitação de competências técnicas e de gestão, e ii) gestão, desenvolvimento e promoção dos espaços de acolhimento empresarial.

PROJETO COMPLEMENTAR

1.1 | Rede de apoio ao desenvolvimento empresarial

OBJETIVO

Potenciar o desenvolvimento empresarial da região.

DESCRIÇÃO

O tecido empresarial da região das Terras de Trás-os-Montes é maioritariamente composto por empresas de dimensão reduzida que na sua generalidade se veem desprovidas de meios e/ou conhecimento que lhes permitam atingir novos mercados.

De forma a ultrapassar estes potenciais constrangimentos, deverão ser criados serviços de proximidade no âmbito de desenvolvimento empresarial. O presente projeto pretende endereçar esta questão através da criação de uma rede de apoio ao desenvolvimento empresarial, centrada nas vertentes de i) internacionalização, ii) inovação e iii) empreendedorismo. Esta rede consistirá na criação de estruturas, presentes nos vários municípios da região, que prestem apoio/ esclarecimento, ofereçam formação nas diferentes áreas da gestão – com foco nas três vertentes referidas – e sirvam de facilitadores em cada uma das referidas vertentes. Adicionalmente, e no que respeita ao empreendedorismo deverão ser criados polos para o acolhimento de *start-ups* (empresas numa fase embrionária), para disponibilização de infraestruturas e/ou equipamentos.

Complementarmente à criação da rede de apoio mencionada, deverá ser promovida a cooperação desta com as instituições de ensino superior e profissional da região, em particular com os respetivos gabinetes de apoio a empresas ou emprego, de forma a estabelecer pontes entre o tecido empresarial, meio académico e os jovens.

A presente iniciativa permitirá potenciar o desenvolvimento das unidades empresariais do território das Terras de Trás-os-Montes, fomentando o i) aumento das exportações da região, ii) a inovação e iii) o (auto)emprego.

ATIVIDADES A DESENVOLVER

- I. Estruturação da rede de apoio ao desenvolvimento empresarial
 - Identificação dos locais e infraestruturas para:
 - Gabinetes de apoio à internacionalização, inovação e empreendedorismo
 - Espaços de acolhimento de *start-ups* (ninhos e incubadoras de empresas)
 - Desenvolvimento do plano de intervenções nos locais e infraestruturas
 - Elaboração do plano de formação de apoio ao desenvolvimento empresarial (internacionalização, inovação e empreendedorismo)
 - Estabelecimento de iniciativas de cooperação entre a rede de desenvolvimento empresarial e as instituições de ensino superior e profissional da região
- II. Realização do plano de investimentos
 - Adaptação das infraestruturas destinadas às estruturas constituintes da rede de apoio
 - Construção e/ou adaptação de infraestruturas para acolhimento empresarial
 - Aquisição de equipamentos
- III. Execução do plano de formação de apoio ao desenvolvimento empresarial
 - Identificação das principais necessidades formativas do tecido empresarial da região
 - Elaboração dos conteúdos das formações a realizar
 - Realização das ações formativas previstas

CALENDARIZAÇÃO

	S1	S2	S3	S4	S5	S6	S7	S8	S9	S10	S11	S12
I.	■	■										
II.			■	■	■	■	■					
III.					■	■	■	■	■	■	■	■

ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Núcleo Empresarial do Distrito de Bragança (NERBA); Associações de Desenvolvimento Empresarial; Entidades empresariais locais; Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD); Instituto Politécnico de Bragança (IPB); Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N); Gabinetes de Inserção Profissional; Direção Regional de Economia do Norte; Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional

INDICADORES DE RESULTADO

- Aumento da taxa de natalidade e de sobrevivência das empresas
- Novas entidades apoiadas que permanecem com atividade 12 meses após fim do apoio
- Postos de trabalho criados, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio
- Valor de exportações / VVN nas PME
- Percentagem dos ativos que concluíram ações de formação para a inovação e gestão

INVESTIMENTO ESTIMADO

40.000.000 €

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo Social Europeu (FSE)

PROJETO COMPLEMENTAR

1.2 | Criação de centros de competências

OBJETIVO

Promover o desenvolvimento das competências essenciais à atividade das principais fileiras da região.

DESCRIÇÃO

A competitividade e potencial de desenvolvimento de uma unidade empresarial, independentemente do setor de atividade onde atua, dependem intrinsecamente das suas competências internas. Esta questão assume especial relevância em empresas de dimensão reduzida, como é o caso da generalidade do tecido empresarial do território das Terras de Trás-os-Montes, sobretudo composto por microempresas.

Neste sentido, e complementarmente ao projeto de “1.1 Rede de apoio ao desenvolvimento empresarial”, importa desenvolver uma iniciativa, baseada na transmissão de conhecimento, que permita às diferentes empresas da região munirem-se de competências fundamentais ao desenvolvimento da sua atividade.

De forma a atingir este objetivo o presente projeto consiste na criação de centros de competências centrados nas principais atividades económicas da região (ex.: produção agropecuária, frutos secos, azeite e micologia), sem no entanto, excluir outras atividades com menor expressão e/ou que se pretenda implementar na região. Os centros de competências deverão atuar não só na capacitação das empresas mas também funcionar como motores impulsores de inovação (ex.: integração em projetos de investigação, fomento de trocas de experiências entre diferentes empresas). Adicionalmente, estes centros deverão privilegiar o uso e a rentabilização de infraestruturas já existentes, como o Parque de Ciência e Tecnologia de Trás-os-Montes e Alto Douro, e estabelecer parcerias com as principais instituições de ensino superior e escolas profissionais da região.

Os centros de competência poderão ainda contemplar duas medidas complementares: i) atração de *experts* e ii) inserção de jovens estagiários nas empresas. A conjugação da atração de personalidades de referência em áreas específicas (ex.: palestrantes) e a inserção de jovens estagiários (ex.: finalistas e/ou estudantes universitários) poderá desempenhar um papel importante na introdução de inovação no tecido empresarial da região.

A criação de centros de competências poderá ser um veículo e ferramenta importantes para o desenvolvimento e competitividade do tecido empresarial das Terras de Trás-os-Montes que por sua vez impacta significativa e transversalmente os diferentes aspetos socioeconómicos da região, como o emprego ou a fixação da população.

ATIVIDADES A DESENVOLVER

- I. Realização de diagnóstico às competências do tecido empresarial da região
 - Levantamento das fragilidades das unidades empresariais ao nível das competências de negócio
 - Identificação de necessidades de ação, baseadas no levantamento realizado
- II. Elaboração do plano de capacitação das unidades empresariais
 - Definição de blocos formativos que enderecem as necessidades identificadas
 - Calendarização dos blocos definidos
 - Promoção e dinamização de iniciativas que fomentem a troca de experiências e a inovação
- III. Execução do plano de capacitação das unidades empresariais
 - Estabelecer parcerias, para formação, com instituições de ensino superior e escolas profissionais
 - Realização de ações formativas planeadas

CALENDARIZAÇÃO

	S1	S2	S3	S4	S5	S6	S7	S8	S9	S10	S11	S12
I.	■											
II.		■										
III.			■	■	■	■	■	■	■	■	■	■

ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Núcleo Empresarial do Distrito de Bragança (NERBA); Associações de Desenvolvimento Empresarial; Entidades empresariais locais; Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD); Instituto Politécnico de Bragança (IPB); Instituto Piaget; Estabelecimentos de ensino profissional locais; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N)

INDICADORES DE RESULTADO

- Número de protocolos e/ou projetos realizados em cooperação com instituições de formação e/ou de ensino superior
- Número de participantes que concluíram com sucesso os programas de formação profissional

INVESTIMENTO ESTIMADO

20.000.000 €

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo Social Europeu (FSE); Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)

PROJETO COMPLEMENTAR

1.3 | Gestão, redimensionamento e desenvolvimento integrados de zonas industriais e estratégia de promoção intermunicipal

OBJETIVO

Promover a cooperação e uma estratégia intermunicipal no âmbito da gestão e planeamento das zonas industriais da região que promova a atração de investimento e fixação de empresas.

DESCRIÇÃO

A atração de investimento e fixação de empresas depende em grande medida das condições que lhes são proporcionadas, pelo que a atratividade das zonas industriais e a capacidade de as promover junto dos agentes empresariais, se apresentam como fatores de relevância significativa.

Neste sentido pretende-se, com o presente projeto, i) valorizar as zonas industriais da região das Terras de Trás-os-Montes, através de uma gestão e desenvolvimento integrados e ii) definir uma estratégia que permita a promoção da atratividade da região de forma integrada, numa perspetiva de complementaridade intermunicipal.

Para suportar as vertentes mencionadas será importante, numa primeira fase, realizar um levantamento exaustivo e cadastrar as diferentes zonas industriais, empresas residentes e respetiva uma caracterização, assim como analisar as condições de atratividade empresarial da região (ex.: infraestruturas e equipamentos), de forma a obter uma imagem global do tecido empresarial.

No que respeita à gestão integrada, pretende-se a transposição dos serviços atualmente prestados a um nível municipal (ex.: manutenção dos espaços), para uma lógica de complementaridade intermunicipal, permitindo assim uma maior eficiência, operacional e de custos, na prestação desses serviços, por exemplo pela captação de sinergias e capitalização de economias de escala. Complementarmente, a vertente de desenvolvimento integrado implicará i) a requalificação das zonas industriais, nomeadamente ao nível das infraestruturas tecnológicas (ex.: fibra ótica), e/ou ii) a sua expansão, quer pela criação de novas zonas quer pela ampliação das já existentes.

Paralelamente deverá ser elaborada uma estratégia de promoção da rede de zonas industriais da região, a qual deverá privilegiar uma visão integrada e de complementaridade por oposição a uma promoção individual das mesmas. As linhas de orientação estabelecidas, nomeadamente ao nível dos setores de maior aposta, deverão materializar-se em iniciativas e ações concretas, como por exemplo a realização de missões promocionais conjuntas, a inclusão de informação em canais de comunicação alvo (ex.: portais de Internet relevantes) ou em fóruns da especialidade.

A atração de investimento e a fixação de empresas na região das Terras de Trás-os-Montes, ambicionadas pelo presente projeto, são essenciais ao desenvolvimento economicamente sustentável da região, não só pela consequente criação de postos de trabalho mas também pela respetiva atração e fixação de população.

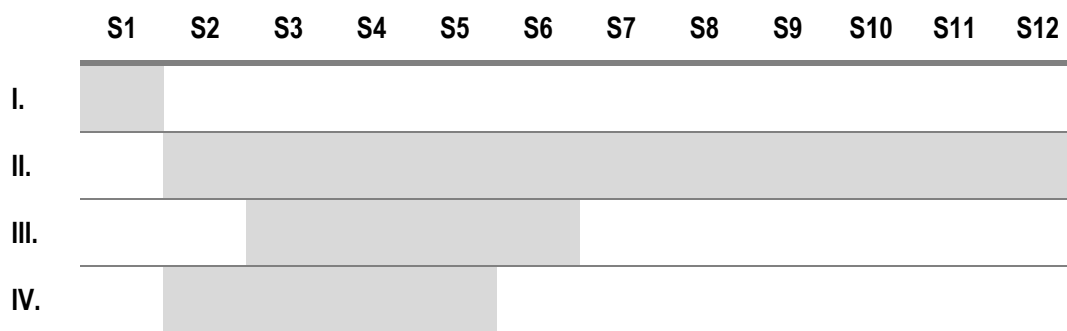
ATIVIDADES A DESENVOLVER

- I. Elaboração de análise às zonas industriais da região e sua atratividade
 - Levantamento, cadastro e caracterização das zonas industriais e empresas residentes (ex.: dimensão, setores de atividade)
 - Identificação de fatores de atratividade empresarial da região e respetivos constrangimentos
- II. Definição do plano de gestão integrada das zonas industriais
 - Identificação de necessidades e constrangimentos comuns (ex.: serviços de vigilância, gestão de espaços verdes)
 - Prestação de serviços de apoio à atividade empresarial
- III. Realização do plano de desenvolvimento integrado das zonas industriais
 - Definição e priorização das intervenções a realizar
 - Execução de intervenções de requalificação e/ou expansão das zonas industriais

IV. Desenvolvimento da estratégia de promoção intermunicipal

- Realização de missões promocionais conjuntas
- Elaboração de iniciativas e instrumentos de divulgação e promoção

CALENDARIZAÇÃO



ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Núcleo Empresarial do Distrito de Bragança (NERBA); Associações de Desenvolvimento Empresarial; Entidades empresariais locais; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N); Direção Regional de Economia do Norte

INDICADORES DE RESULTADO

- Aumento da taxa de natalidade e de sobrevivência das empresas
- Postos de trabalho criados, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio
- Aumento do investimento privado

INVESTIMENTO ESTIMADO

15.000.000 €

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo Social Europeu (FSE)

PROJETO COMPLEMENTAR

1.4 | Criação de plataforma para a inovação industrial

OBJETIVO

Promover a competitividade das empresas industriais da região através da inovação

DESCRIÇÃO

O setor secundário, e em particular a atividade industrial, proporciona um dinamismo socioeconómico significativo a uma região, nomeadamente ao nível da criação de postos de trabalho, nível do volume de negócios gerado e formação de empresas adjacentes à própria atividade. Neste sentido, revela-se importante fomentar a criação de aspetos diferenciadores para o território das Terras de Trás-os-Montes que permitam a fixação e/ou atracção de empresas industriais.

A criação de uma plataforma para a inovação industrial poderá ser um dos aspetos diferenciadores anteriormente referidos, podendo esta apoiar i) empresas já estabelecidas (ex.: Faurecia) ii) e outras que tenham interesse a instalar-se na região, na valorização de atividades/necessidades particulares (ex.: soldadura ou a robótica industrial) ou de outros processos/temáticas transversais como a inovação, gestão ou engenharia industrial (ex.: *lean production*). Com este intuito, a plataforma deverá estabelecer parcerias com as principais empresas industriais do território das Terras de Trás-os-Montes assim como com instituições de investigação, que desenvolvam atividade nas áreas em questão, e o Parque de Ciência e Tecnologia de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Finalmente, a plataforma deverá procurar capitalizar a proximidade geográfica com Espanha, e com as suas áreas industriais e respetivas empresas, de forma a ganhar uma escala que lhe permita ter relevância no contexto da regional, português e ibérico.

ATIVIDADES A DESENVOLVER

- I. Estruturação da plataforma tecnológica para a inovação industrial
 - Estabelecimento de parceria entre Parque de Ciência e Tecnologia de Trás-os-Montes e Alto Douro, instituições de investigação e empresas industriais
- II. Execução de iniciativas no âmbito da plataforma para a inovação industrial
 - Desenvolvimento de iniciativas de investigação e/ou inovação
 - Realização de ações de transmissão de conhecimento aos respetivos agentes económicos

CALENDARIZAÇÃO

	S1	S2	S3	S4	S5	S6	S7	S8	S9	S10	S11	S12
I.												
II.												

ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Parque de Ciência e Tecnologia; Núcleo Empresarial do Distrito de Bragança (NERBA); Associações de Desenvolvimento Empresarial; Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD); Universidade de Valladolid; Instituto Politécnico de Bragança (IPB); Faurecia e outras empresas industriais locais; CARTIF – Centro Tecnológico, Fundação CIDAULT, Instituto Renault, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N)

INDICADORES DE RESULTADO

- Aumento do investimento privado
- Postos de trabalho criados, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio
- Número de protocolos e/ou projetos realizados em cooperação com instituições de investigação

INVESTIMENTO ESTIMADO

25.000.000 €

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER)

**PROJETO
ESTRATÉGICO****2 | Promoção do território e oferta endógena****OBJETIVO**

Fomentar o aumento da visibilidade e notoriedade das componentes endógenas da região nacional e internacionalmente.

ENQUADRAMENTO

A região de Terras de Trás-os-Montes contempla um conjunto diversificado de componentes endógenas de excelência, em particular ao nível do seu território (ex.: valores naturais e paisagísticos) e produtos tradicionais (ex.: agropecuários e gastronómicos), com um potencial económico relevante. No entanto, a reduzida visibilidade e notoriedade da região e destas diferentes componentes nos mercados nacional e internacional, prejudicam o desenvolvimento das diversas atividades económicas que lhes estão associadas (ex.: turismo), que por sua vez impactam transversalmente toda a economia da região.

A reduzida visibilidade e notoriedade da região de Terras de Trás-os-Montes emerge, nomeadamente, da conjugação de dois fatores interdependentes: i) reduzida estruturação da oferta de produtos endógenos e ii) incipiência de instrumentos e ferramentas integradas de promoção, quer do território quer dos produtos endógenos.

A oferta de produtos endógenos presente na região caracteriza-se pela reduzida dimensão dos seus intervenientes (ex.: agricultores, produtores...) e pela carência de infraestruturas e equipamentos de apoio ao longo da respetiva cadeia de valor (produção, recolha, distribuição e comercialização). Por outro lado, a região carece de ferramentas e instrumentos que, através de uma lógica integrada e de complementaridade entre os vários produtos e/ou outras componentes endógenas da região, lhe permita ganhar notoriedade e visibilidade para com o exterior.

Neste sentido, importa endereçar a promoção do território e da oferta endógena, através do desenvolvimento de iniciativas-chave, a dois níveis complementares: i) estruturação da oferta de produtos endógenos e ii) capacitação das várias componentes endógenas da região com meios de promoção integrados.

PROJETO COMPLEMENTAR

2.1 | Criação de agência de promoção do território e dos produtos

OBJETIVO

Aumentar a visibilidade e notoriedade do território das Terras de Trás-os-Montes nacional e internacionalmente.

DESCRIÇÃO

A criação da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes veio possibilitar, por parte dos seus municípios constituintes, a definição e desenvolvimento de iniciativas centradas no seu território e especificidades particulares, permitindo-lhes endereçar mais eficazmente os seus desafios, como é exemplo a notoriedade e visibilidade da região, nos seus diferentes níveis, para com o exterior.

Neste sentido, importa criar uma agência de promoção para as Terras de Trás-os-Montes, isto é, uma entidade responsável pelo desenvolvimento de uma imagem comum, baseada nas suas características endógenas, que permita à região identificar-se e diferenciar-se, nacional e internacionalmente, das restantes. Esta diferenciação não deve circunscrever-se a uma dimensão turística, devendo ser entendida como um conceito mais alargado e abrangente aos vários níveis de vida e atividade da região (ex.: nível empresarial).

Neste sentido, a agência deverá desempenhar um papel ativo na coordenação e promoção de cooperação das diferentes iniciativas que se incluam no âmbito da promoção territorial, como são exemplo os projetos de “2.2 Estruturação da oferta e promoção integrada dos produtos endógenos” e “1.3 Gestão, redimensionamento e desenvolvimento integrados de zonas industriais e estratégia de promoção intermunicipal”, presentes neste plano estratégico. Desta forma, será possível captar sinergias entre atividades distintas mas adjacentes/complementares (ex.: atividade vitivinícola e enoturismo) e, simultaneamente, construir e cimentar uma imagem mais consistente, coerente e em consonância com a Visão definida para a região.

Em suma, a criação da agência de promoção para as Terras de Trás-os-Montes permitirá não só aumentar a visibilidade e notoriedade da região e dos seus produtos enquanto destino turístico e empresarial, mas também contribuir para a realização da sua Visão.

ATIVIDADES A DESENVOLVER

- I. Constituição da agência de promoção do território e dos produtos
 - Desenvolvimento do modelo organizacional e operacional da agência
 - Definição do âmbito de ação da agência e instrumentos/mecanismos a utilizar neste âmbito
- II. Realização da estratégia e plano de promoção do território e dos produtos
 - Identificação e análise de forças, fraquezas, oportunidade e ameaças (recuperando possíveis análises anteriormente realizadas neste âmbito)
 - Definição de linhas de orientação e objetivos
 - Desenvolvimento do plano de ação (iniciativas e instrumentos de promoção e divulgação)
- III. Execução do plano de ação definido
 - Realização de ações e iniciativas promocionais
 - Coordenação de iniciativas no âmbito da promoção territorial

CALENDARIZAÇÃO

	S1	S2	S3	S4	S5	S6	S7	S8	S9	S10	S11	S12
I.												
II.												
III.												

ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Núcleo Empresarial do Distrito de Bragança (NERBA); Associações de Desenvolvimento Empresarial; Entidades empresariais locais; Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD); Instituto Politécnico de Bragança (IPB); Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N); Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional; Secretaria de Estado do Turismo do Norte

INDICADORES DE RESULTADO

- Aumento do número de turistas
- Aumento do número de dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros
- Aumento do investimento privado
- Número de instituições envolvidas nos projetos de promoção territorial

INVESTIMENTO ESTIMADO

500.000 €

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo Social Europeu (FSE); Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)

PROJETO COMPLEMENTAR

2.2 | Estruturação da oferta e promoção integrada dos produtos endógenos

OBJETIVO

Estruturar a oferta e desenvolver um plano de promoção integrada para os produtos endógenos da região.

DESCRIÇÃO

A região das Terras de Trás-os-Montes apresenta uma grande riqueza e variedade de produtos endógenos, nomeadamente agropecuários e gastronómicos. A organização desta oferta apresenta, no entanto, alguns constrangimentos que se refletem, por exemplo, na dificuldade de acesso aos mercados nacional e internacional, na desagregação e atomização da produção e na sobreposição de recursos e capacidades, dificultando o aproveitamento de economias de escala. Face a estas oportunidades de melhoria importa, por um lado, promover a estruturação da oferta de produtos endógenos e por outro desenvolver um plano integrado para a sua promoção.

A estruturação da oferta dos produtos endógenos pretende promover uma maior organização por parte dos produtores/comerciantes dos diferentes produtos para que estes adquiram mais competitividade e expressão nos mercados nacional e internacional. Este objetivo pode ser conseguido, entre outros, através de investimento, capacitação e cooperação ao nível de meios operacionais e logísticos comuns (ex.: instalações de armazenamento, máquinas...), apoio à internacionalização, sugestão de produção em termos de tipo de produto e quantidades produzidas.

De forma a suportar o processo de estruturação da oferta é imperativo ter visibilidade e compreender a sua realidade, nomeadamente ao nível de i) produtos, ii) produção, iii) produtores, iv) marcas, v) pontos de venda, vi) escoamento e principais mercados. Elaborada esta análise e caracterização, as lacunas evidenciadas permitirão criar um guia de investimento e cooperação para as diferentes etapas da oferta: produção, recolha, distribuição e comercialização. Esta orientação é particularmente importante e estratégica nos investimentos públicos, que deverão atuar numa ótica de capacitação estrutural da oferta, dando apoio e disponibilizando infraestruturas e equipamentos comuns que de outra forma dificilmente poderiam ser comprados/ usufruídos pela generalidade dos atores da cadeia de valor, dada a sua reduzida dimensão. Estes investimentos públicos deverão contudo ser realizados numa lógica de articulação com o plano de investimentos privados a realizar em sede de DLBC (Desenvolvimento Local de Base Comunitária).

Adicionalmente, a estruturação da oferta deverá também ter por base a capacitação dos atores no que respeita à capacidade de internacionalização dos produtos das fileiras da região. O mercado internacional e a capacidade de produzir em quantidade suficiente para o alimentar é tanto mais importante dado o seu peso significativo não só na economia nacional e a sua posição de relevo como destino de escoamento de produtos da região (ex.: azeite, castanha), mas também devido à importância estratégica das comunidades portuguesas nele inseridas. Para o cumprimento deste objetivo, esta iniciativa deverá ser promovida através da capitalização e conjugação de outros projetos constantes no presente plano, como o “1.1 Rede de apoio ao desenvolvimento empresarial”.

De modo a dinamizar e reforçar a visibilidade e notoriedade dos produtos endógenos da região, deverá ainda ser desenvolvido um plano de promoção integrada dos mesmos, em duas vertentes complementares: i) criação de uma “marca” agregadora para os produtos da região e ii) reorganização da realização e participação em feiras e certames para a sua promoção. O conceito de uma “marca” agregadora consistirá em reunir sob a mesma “insígnia” (ex.: Trás-os-Montes) os diferentes produtos, de forma a criar uma perceção associada à região que lhe dê visibilidade, reconhecimento e notoriedade como um produto de excelência e diferenciador, sem nunca pretender substituir as suas marcas individuais de origem (ex.: alheira de Mirandela). Adicionalmente, a outra vertente do plano consistirá no apoio aos circuitos e mercados locais, e à realização e participação em feiras e certames na própria região ou em outras regiões ou internacionais que contribuam para uma maior visibilidade dos produtos juntos do consumidor final e para a cooperação entre agentes produtores e comercializadores.

ATIVIDADES A DESENVOLVER

- I. Realização de análise à oferta dos produtos endógenos da região
 - Levantamento da realidade de produção e comercialização de produtos endógenos (ex.: produtos, produção...)
 - Caracterização de cada vertente levantada
- II. Desenvolvimento do plano de investimentos públicos
 - Identificação de lacunas do atual mapa de infraestruturas e equipamentos
 - Definição e priorização dos investimentos a realizar e mapeamento de instalações e equipamentos potencialmente recuperáveis
- III. Execução do plano de investimentos públicos
 - Execução de intervenções infraestruturais (construção, reabilitação)
 - Aquisição de equipamentos
- IV. Desenvolvimento de uma marca agregadora
 - Definição de estratégia associada à marca
 - Conceção da marca (ex.: denominação, logótipo...)
- V. Realização/participação em feiras e certames (nacionais e internacionais)
 - Levantamento e mapeamento de feiras e certames alvo
 - Coordenação integrada do plano de feiras e certames (no âmbito dos produtos endógenos) na região
 - Definição da estratégia de participação em eventos nacionais e internacionais e apoio financeiro a agentes (produtores/comercializadores)

CALENDARIZAÇÃO

	S1	S2	S3	S4	S5	S6	S7	S8	S9	S10	S11	S12
I.												
II.												
III.												
IV.												
V.												

ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Núcleo Empresarial do Distrito de Bragança (NERBA); Associações de Desenvolvimento Empresarial; Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD); Instituto Politécnico de Bragança (IPB); Cooperativas e outras organizações de produtores locais; Produtores locais; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N)

INDICADORES DE RESULTADO

- Aumento das taxas de natalidade e de sobrevivência das empresas de produtos endógenos
- Número de entidades apoiadas que permanecem com atividade 12 meses após fim do apoio
- Aumento do volume de exportações da atividade dos produtos endógenos
- Número de novos mercados (estrangeiros) abrangidos

INVESTIMENTO ESTIMADO

500.000 €

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo Social Europeu (FSE); Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)

PROJETO
ESTRATÉGICO

3| Valorização e preservação do património e recursos naturais

OBJETIVO

Fomentar a valorização do património da região, nas suas diversas dimensões

ENQUADRAMENTO

A região das Terras de Trás-os-Montes apresenta no seu território um vasto património histórico, cultural, religioso, natural, paisagístico e gastronómico. Contudo, apesar da variedade e excelência do património e recursos naturais, este não se encontra devidamente valorizado, nomeadamente em virtude da reduzida estruturação das atividades económicas que lhes estão associadas.

Neste âmbito, considera-se uma mais-valia para a região a capitalização, e respetiva valorização, de cada uma das diversas dimensões do seu património. A referida valorização deverá ser entendida sob diferentes perspetivas, nomeadamente i) rentabilização económica do património *per si*, ii) complementaridade deste com outras atividades económicas (ex.: turismo), iii) reabilitação/preservação e iv) modernização do património (ex.: integração de novas tecnologias).

Desta forma, além do desenvolvimento do potencial económico resultante da valorização do património do território das Terras de Trás-os-Montes, será possível à região promover e reforçar a sua identidade regional através da preservação dos diferentes aspetos identitários.

PROJETO COMPLEMENTAR

3.1 | Criação de rede de rotas turísticas

OBJETIVO

Estruturar a oferta histórica da região ao nível do seu património.

DESCRIÇÃO

A região das Terras de Trás-os-Montes contempla um vasto património, nomeadamente histórico-cultural, religioso e gastronómico, que deve ser pensado, potenciado e promovido de uma forma integrada.

Neste sentido, propõe-se a estruturação de rotas que complementem e potenciem a atividade turística, sob temáticas de grande relevância para a região, sejam elas de dimensão histórica, cultural, religiosa, paisagística, gastronómica ou outras (ex.: presença judaica, vestígios romanos e medievais; igrejas e santuários). De forma a selecionar e desenvolver este produto turístico será necessário realizar, numa primeira fase, um trabalho ao nível do levantamento e/ ou sistematização de informação acerca do património a considerar.

Complementarmente ao material de apoio e *merchandising* tradicionais, a elaborar para cada uma das rotas, deverá ser dada especial atenção à utilização de tecnologias digitais, nas componentes de i) promoção e ii) experiência do visitante/turista.

No que respeita à primeira componente, deverá ser criado/ reaproveitado um portal de Internet que permita a promoção conjunta e individual das rotas, através da publicação de informação relevante acerca das mesmas, assim como a sua inclusão e associação noutros instrumentos de promoção da região.

De forma a desenvolver um aspeto diferenciador da oferta histórico-cultural e religioso da região propõe-se a introdução de produtos tecnológicos vocacionados para a melhoria da experiência *in loco* do visitante/turista, nomeadamente recorrendo às tecnologias *smart* em dispositivos móveis, isto é, *smartphones* e *tablets*. Pretende-se, com a utilização desta tecnologia e dispositivos, a procura de uma maior interação do visitante com o espaço através, por exemplo, da disponibilização de conteúdos multimédia, via instalação de códigos QR (códigos de barras bidimensionais) ou disponibilização de redes de *bluetooth* ou *wireless*, aplicações de realidade aumentada (permitindo a integração de informações virtuais à visualização dos espaços reais) ou outras tecnologias disponíveis para aplicações móveis. No caso da oferta relativa às rotas gastronómicas deverão ser implementadas iniciativas paralelas às descritas, como por exemplo o desenvolvimento de aplicações móveis que evidenciem as respetivas rotas, reúnam a oferta de restauração da região e disponibilizem informação relevante acerca da mesma.

A valorização do património, nas suas várias dimensões, aliando a estruturação da oferta às novas tecnologias, poderá desempenhar um papel relevante, nomeadamente na potenciação e complementaridade de outros produtos turísticos e na atração de um público mais vasto, chegando a um segmento mais jovem.

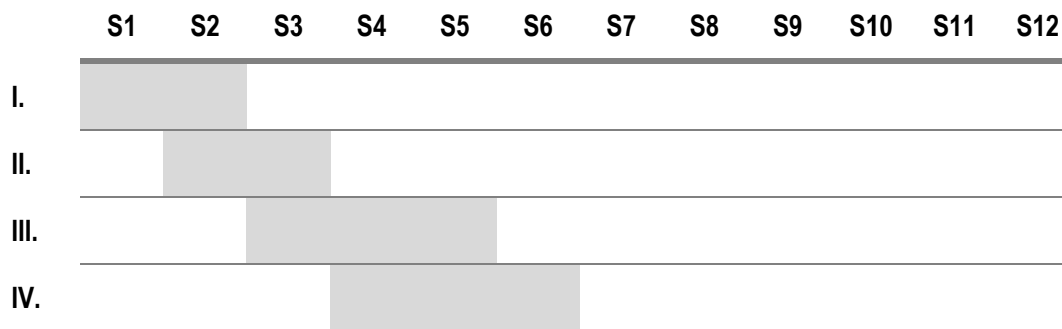
ATIVIDADES A DESENVOLVER

- I. Criação das rotas turísticas
 - Seleção de temáticas no âmbito das várias vertentes a desenvolver
 - Definição e estruturação de rotas e sub-rotas
- II. Desenvolvimento de ferramentas tecnológicas no âmbito das rotas
 - Seleção de ferramentas tecnológicas e implementadores
 - Implementação das ferramentas selecionadas
- III. Execução de intervenções de requalificação do património (ex.: edificado e locais)
 - Definição e priorização das intervenções a realizar
 - Realização das obras e intervenções idealizadas

IV. Realização estratégia de promoção das rotas

- Definição de linhas de orientação e objetivos
- Desenvolvimento de ferramentas e material promocional

CALENDARIZAÇÃO



ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Universidade de Trás-os-Montes e Alto Tâmega (UTAD); Instituto Politécnico de Bragança (IPB); Museus locais; Entidades privadas locais; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N); Secretaria de Estado da Cultura do Norte; Secretaria de Estado do Turismo do Norte; Delegação de Turismo Religioso

INDICADORES DE RESULTADO

- Número de visitantes
- Aumento do número de turistas
- Aumento do n.º de dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros

INVESTIMENTO ESTIMADO

5.000.000 €

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo Social Europeu (FSE)

PROJETO COMPLEMENTAR

3.2 | Promoção dos interesses museológicos em rede

OBJETIVO

Promover e potenciar a atividade museológica e cultural na região numa lógica integrada ao nível intermunicipal.

DESCRIÇÃO

A rede museológica presente no território das Terras de Trás-os-Montes dispõe de um número considerável de museus em diferentes áreas: i) arte contemporânea (ex.: Centro de Arte Contemporânea Graça Morais), ii) ciência (ex.: Centro de Ciência Viva), iii) antropologia/etnografia local (ex.: Museu da Terra de Miranda); assim como centros de interpretação e núcleos museológicos. No entanto, o seu conjunto não é promovido ou dinamizado numa verdadeira lógica de rede, nomeadamente no que toca à sua programação, hoje maioritariamente pensada de forma individual e/ou municipal.

Neste âmbito, pretende promover-se a atividade museológica em rede, desenvolvendo-a de forma integrada e a um nível intermunicipal, permitindo assim melhorar a oferta turístico-cultural prestada. O presente projeto integra então duas vertentes: i) promoção e dinamização integrada da programação dos vários museus, centros de interpretação e núcleos museológicos da região e ii) intervenções de reabilitação e restauro nas infraestruturas anteriormente descritas e respetivos espaços envolventes. A primeira vertente apresentada permitirá, além da elaboração de uma programação conjunta, que poderá funcionar numa lógica semelhante à das rotas turísticas, através de atividades/exposições complementares, desenvolver uma componente promocional mais forte, e de maior dimensão, que possibilitará uma maior visibilidade da região nesta área. Paralelamente, a realização das intervenções nos museus, centros de interpretação e núcleos museológicos e espaços envolvente a um nível supramunicipal, possibilita uma melhor priorização, e consequentemente uma maior eficácia na administração destes fundos.

ATIVIDADES A DESENVOLVER

- I. Realização de análise à oferta museológica da região
 - Levantamento exaustivo de museus e respetivas valências
 - Caracterização da oferta levantada e identificação de constrangimentos/ oportunidades de melhoria existentes
- II. Elaboração do plano de programação museológica
 - Definição e calendarização de atividades e exposições conjuntas
 - Dinamização das iniciativas definidas
- III. Execução de intervenções de reabilitação nos museus e espaços envolventes
 - Elaboração do plano de reabilitação
 - Realização de intervenções (obras) projetadas

CALENDARIZAÇÃO

	S1	S2	S3	S4	S5	S6	S7	S8	S9	S10	S11	S12
I.												
II.												
III.												

ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Museus locais; Diocese de Bragança – Miranda; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N); Secretaria de Estado da Cultura do Norte

INDICADORES DE RESULTADO

- Número de visitantes
- Aumento do número de turistas
- Património cultural apoiado que permanece com atividade 12 meses após fim do apoio

INVESTIMENTO ESTIMADO

2.500.000 €

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo Social Europeu (FSE)

PROJETO COMPLEMENTAR

3.3 | Desenvolvimento de aplicações móveis para descoberta de trilhos

OBJETIVO

Potenciar o turismo de natureza na região das Terras de Trás-os-Montes através da sua capacitação com novas tecnologias.

DESCRIÇÃO

O crescimento exponencial da utilização de dispositivos móveis como *smartphones* e *tablets* tem levado à sua integração num elevado número de setores que procuram beneficiar desta nova realidade mais interativa, conectada e virtual.

Tendo em conta este contexto e as condições excecionais da região das Terras de Trás-os-Montes no que respeita ao turismo de natureza, o presente projeto pretende desenvolver uma aplicação móvel que permita à população residente, visitantes e turistas uma experiência mais interativa e informada dos trilhos do território. Desta forma será possível aliar a valorização do turismo de natureza e em particular dos trilhos da região, à introdução de um fator diferenciador da própria oferta turística, por via da inovação e capacitação tecnológica.

À semelhança do que acontece com a marcação visual de percursos pedestres, deverá ser colocada em diversos locais (ex.: pontos de interesse) sinalética que permita a interação do caminhante com o espaço envolvente – nomeadamente através da contextualização e/ou explicação de aspetos históricos ou paisagísticos dos locais em questão – por via da aplicação móvel, como são exemplo os códigos QR (códigos de barra bidimensionais, que possibilitam o acesso a conteúdos multimédia) (ex.: vídeos, áudio, textos).

Adicionalmente, a aplicação móvel disponibilizará informação útil relativa aos trilhos, nomeadamente: características do terreno, tamanho e tempo médio do percurso, dificuldade, pontos de interesse (naturais e culturais). A aplicação deverá permitir a sua utilização em modo *offline* dados eventuais constrangimentos ao nível da cobertura de rede telefónica/ 3G em algumas zonas do território, devendo ser privilegiado o mapeamento e respetiva orientação por sistemas GPS, assim como a possibilidade de registar outros trilhos além dos definidos por defeito na aplicação.

Finalmente, esta integração tecnológica na descoberta de trilhos poderá desempenhar um papel relevante na atração de novos segmentos de público, mais jovem e de mercados tecnologicamente evoluídos, pelo seu maior interesse e propensão ao uso das tecnologias *smart* e aplicações móveis.

ATIVIDADES A DESENVOLVER

- I. Realização de análise aos trilhos da região para inclusão na aplicação móvel
 - Levantamento de trilhos na região
 - Caracterização dos trilhos levantados
 - Seleção dos trilhos a incluir na aplicação
- II. Desenvolvimento da aplicação móvel
 - Realização do caderno de encargos
 - Seleção de fornecedor para desenvolvimento e manutenção da aplicação
- III. Realização da disseminação da aplicação móvel
 - Disponibilização da aplicação móvel nos canais dedicados
 - Realização de promoção à aplicação, integrada noutros conteúdos promocionais da região

CALENDARIZAÇÃO

	S1	S2	S3	S4	S5	S6	S7	S8	S9	S10	S11	S12
I.												
II.												
III.												

ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Universidade de Trás-os-Montes e Alto Tâmega (UTAD); Instituto Politécnico de Bragança (IPB); Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N)

INDICADORES DE RESULTADO

- Aumento do número de turistas
- Aumento do número de dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros

INVESTIMENTO ESTIMADO

100.000 €

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo Social Europeu (FSE); Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)

PROJETO COMPLEMENTAR

3.4 | Construção de rede de ecopistas

OBJETIVO

Promover o turismo de natureza da região através da capacitação da sua oferta.

DESCRIÇÃO

As condições ambientais de excelência do território das Terras de Trás-os-Montes apresentam-se como uma mais-valia na prática de atividades associadas ao turismo de natureza, como é o caso do cicloturismo e outras atividades de passeio.

Neste contexto, deverá ser reforçada a rede de ecopistas que potencie o aproveitamento e a rentabilização de todo o potencial natural e paisagístico do território, proporcionando o incremento de um ponto de interesse turístico na região e uma infraestrutura desportiva e de lazer para os seus habitantes.

A construção das referidas ecopistas deverá passar pelo aproveitamento e valorização de infraestruturas já existentes, de que são exemplo as linhas do Sabor e do Tua, atualmente desativadas (e/ou em parte). As ecopistas deverão ser acompanhadas, ao longo do percurso, de sinalética que indique, por exemplo, locais de interesse histórico/natural e respectiva informação acerca destes, podendo mesmo fazer uso das tecnologias *smart* (ex.: códigos de barras bidimensionais) apresentadas no projeto “3.1 Criação de rede de rotas turísticas”.

Adicionalmente, na sequência do objetivo central deste projeto, propõe-se também i) a requalificação do edificado respeitante à atividade ferroviária, podendo ser as antigas estações de comboios reconvertidas em unidades de apoio ao turismo local e/ou à ecopista (ex.: alojamento, comércio de produtos locais), ii) a requalificação/regeneração dos espaços envolventes dos percursos das ecopistas e iii) a criação de miradouros, e outras zonas de descanso/apoio, associados à observação de fauna e flora silvestre.

Através da requalificação destas infraestruturas é assim possível associar, na região de Terras de Trás-os-Montes, a preservação e rentabilização de património construído à valorização dos recursos ambientais, naturais e paisagísticos.

ATIVIDADES A DESENVOLVER

- I. Realização de projeto para desenho dos circuitos
 - Levantamento das infraestruturas existentes
 - Análise às condições de conservação das vias e edificado adjacente (ex.: antigas estações de comboios)
- II. Desenvolvimento do plano de reconversão das linhas ferroviárias, edificado e outras estruturas
 - Identificação de intervenções a realizar
 - Projeção das intervenções/obras identificadas
 - Planeamento e priorização das intervenções projetadas
- III. Execução do plano de reconversão das linhas ferroviárias, edificado e outras estruturas
 - Realização das obras e intervenções de reconversão planeadas

CALENDARIZAÇÃO

	S1	S2	S3	S4	S5	S6	S7	S8	S9	S10	S11	S12
I.												
II.												
III.												

ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Unidades hoteleiras locais; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N); Comboios de Portugal (CP); Rede Ferroviária Nacional (REFER); Secretaria de Estado do Turismo do Norte; Delegação de Turismo de Natureza

INDICADORES DE RESULTADO

- Aumento do número de visitantes
- Aumento do número de turistas

INVESTIMENTO ESTIMADO

10.000.000 €

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo Social Europeu (FSE); Fundo de Coesão (FC)

PROJETO COMPLEMENTAR

3.5 | Reforço da capacidade de alojamento local e rural na região

OBJETIVO

Dinamizar a atividade turística da região através do reforço da capacidade de alojamento local e rural.

DESCRIÇÃO

O potencial turístico proporcionado pelas características endógenas do território de Terras de Trás-os-Montes, nas quais se incluem o seu património histórico, cultural, religioso, natural, paisagístico e gastronómico, é negativamente impactado pela reduzida capacidade de alojamento da região.

De forma a contrariar e superar o constrangimento referido, o presente projeto pretende reforçar a capacidade de alojamento da região, centrando-se nas áreas de i) alojamento local e rural e ii) parques de campismo.

No que respeita à área de alojamento local e rural pretende-se incentivar e dinamizar a criação e/ou remodelação de infraestruturas dedicadas a esta actividade, através do apoio financeiro a iniciativas enquadradas neste propósito, não devendo no entanto ser necessariamente desconsideradas outras iniciativas que extravasem os conceitos de alojamento local ou rural. A remodelação/reconversão de edificado já existente (ex.: casas florestais pombais, moinhos de água), em ambas as esferas privada e pública/municipal, constituirá o principal foco desta ação.

Além da componente de apoio a iniciativas privadas, deverá ser contemplada uma vertente de (re)aproveitamento de infraestruturas de cariz público. O esvaziamento populacional assistido nas últimas décadas na região das Terras de Trás-os-Montes tem-se refletido, entre outros, na desocupação e inoperacionalidade de infraestruturas como escolas ou casas florestais. Neste âmbito, o presente projeto pretende atuar no aproveitamento das referidas infraestruturas através da sua reconversão para alojamento turístico (por exemplo através da atribuição posterior de concessões a privados), devendo ser realizado, numa primeira fase, um levantamento exaustivo (estima-se que existam mais de cem edifícios nestas condições) e respetiva análise às infraestruturas desocupadas, de forma a aferir o seu potencial de aproveitamento. Desta forma, será possível desenvolver uma tipologia de alojamento turístico singular, dada por exemplo a componente histórica das antigas escolas ou a componente natural/paisagística das casas florestais, que poderá funcionar como um fator diferenciador da oferta da região.

O reforço da capacidade de alojamento pretendido para a região incluirá, adicionalmente, a requalificação e ampliação dos parques de campismo existentes, assim como a criação destas infraestruturas nos municípios que estejam desprovidos dos mesmos, como é o caso de Alfândega da Fé.

Em suma, o projecto em causa permitirá reforçar a oferta de alojamento disponível no território das Terras de Trás-os-Montes, potenciando e estimulando a actividade económica da região, com a atração de um maior número de visitantes e turistas à região (no contexto da atual conjuntura económica), nomeadamente dos segmento jovem e de países com menor poder de compra (ex.: Polónia, República Checa), e a rentabilização de infraestruturas existentes e desprovidas de utilização.

ATIVIDADES A DESENVOLVER

- I. Realização de análise ao potencial de aproveitamento das infraestruturas
 - Lançamento do concurso para candidaturas para criação/remodelação de alojamentos locais e rurais (esfera privada)
 - Levantamento de infraestruturas desocupadas para reconversão em alojamento local e rural (esfera pública)
 - Identificação de parques de campismo a intervencionar e a criar

- II. Elaboração do plano de reforço de capacidade de alojamento
 - Atribuição de apoio financeiro a privados para criação/remodelação de alojamentos locais e rurais (esfera privada)
 - Identificação das necessidades de intervenção nas infraestruturas públicas desocupadas identificadas e parques de campismo
 - Priorização das intervenções a realizar
- III. Execução do plano de reforço de capacidade de alojamento
 - Acompanhamento dos projetos privados financiados
 - Desenvolvimento de projetos de engenharia (alojamento local e parques de campismo)
 - Realização das intervenções definidas

CALENDARIZAÇÃO

	S1	S2	S3	S4	S5	S6	S7	S8	S9	S10	S11	S12
I.												
II.												
III.												

ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N); Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional; Direção de Serviços da Região Norte; Secretaria de Estado do Turismo do Norte; Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), Entidades privadas

INDICADORES DE RESULTADO

- Número adicional de turistas
- Número bruto de empregos criados
- Aumento do valor acrescentado bruto não agrícola das atividades apoiadas
- Número de dormidas em estabelecimentos da rede de alojamento local e rural e parques de campismo

INVESTIMENTO ESTIMADO

7.500.000 €

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo Social Europeu (FSE)

PROJETO COMPLEMENTAR

3.6 | Aproveitamento da “água” para turismo e bem-estar

OBJETIVO

Capitalizar os recursos hídricos da região para o desenvolvimento da atividade turística.

DESCRIÇÃO

O território das Terras de Trás-os-Montes está dotado de variados recursos hídricos, nomeadamente rios (ex.: Sabor, Tua), albufeiras (ex.: Sabor, Azibo), águas termais (ex.: Termas de Vimioso) que apresentam um potencial de aproveitamento turístico que atualmente não se encontra totalmente capitalizado e que pode desempenhar um papel relevante na complementaridade e diversificação da oferta turística da região.

Neste sentido importa potenciar o desenvolvimento de atividades associadas ao elemento água, centrando-o em três eixos estruturantes: i) turismo ativo, ii) turismo ecológico e iii) turismo de saúde e bem-estar.

O primeiro eixo, tirando partido dos rios, albufeiras e outros recursos naturais no âmbito da “água”, deverá concentrar-se no desenvolvimento de desportos aquáticos e desportos de natureza, como por exemplo canoagem, *kayak* ou *canyoning*, através do apoio à criação de condições para a realização destas práticas desportivas. No que respeita ao turismo ecológico, além da promoção de atividades recreativas como passeios pedestres e/ou equestres, capitalizando o meio natural e paisagístico proporcionado pelo elemento água, deverão ser criadas praias fluviais (ou requalificadas existentes) com uma forte vertente ecológica, de preservação e ligação ao meio ambiente. O terceiro e último eixo, relativo ao turismo de saúde e bem-estar, deverá contemplar não só a promoção da atividade termal mas também a requalificação das infraestruturas termais existentes, potenciando assim esta atividade na região.

De referir que todos os três eixos de atuação do presente projeto deverão contemplar a articulação com o plano de investimentos privados a realizar em sede de DLBC (Desenvolvimento Local de Base Comunitária).

ATIVIDADES A DESENVOLVER

- I. Realização do plano de aproveitamento da “água” para turismo e bem-estar
 - Definição de linhas de orientação estratégica
 - Desenvolvimento do plano de ação
- II. Implementação do plano de ação
 - Execução dos investimentos e apoios idealizados
 - Dinamização das iniciativas e atividades definidas
- III. Desenvolvimento de promoção no âmbito das atividades associadas à “água”
 - Integração da oferta turística associada à água nas ações promocionais da região
 - Realização de iniciativas de disseminação e comunicação específicas

CALENDARIZAÇÃO

	S1	S2	S3	S4	S5	S6	S7	S8	S9	S10	S11	S12
I.												
II.												
III.												

ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Núcleo Empresarial do Distrito de Bragança (NERBA); Associações de Desenvolvimento Empresarial; Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD); Instituto Politécnico de Bragança (IPB); Concessionários termais; Unidades hoteleiras locais e outras entidades privadas locais, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N); Agência Portuguesa do Ambiente; Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF); Direção Regional do Norte do Instituto do Desporto de Portugal; Direção Regional do Norte da Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto; Secretaria de Estado do Turismo do Norte; Delegação de Saúde e Bem-Estar; Administração da Região Hidrográfica do Norte; Energias de Portugal; Iberdrola

INDICADORES DE RESULTADO

- Número adicional de turistas
- Número bruto de empregos criados
- Aumento do número de dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros
- Aumento do valor acrescentado bruto não agrícola das atividades apoiadas

INVESTIMENTO ESTIMADO

5.000.000 €

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo Social Europeu (FSE); Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)

PROJETO COMPLEMENTAR

3.7 | Capitalização de áreas protegidas e classificadas e de interesse nacional e internacional

OBJETIVO

Rentabilizar e preservar o património natural da região.

DESCRIÇÃO

Os valores e património natural das Terras de Trás-os-Montes apresentam-se como um dos elementos que melhor caracterizam a região. O território dispõe de vários parques naturais de relevância nacional, nomeadamente ao nível da Rede Nacional de Áreas Protegidas, onde se incluem o Parque Nacional de Montesinho, Parque Nacional do Douro Internacional, a Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo, o Geoparque Terras de Cavaleiros (integrante da rede mundial de Geoparques da UNESCO) e a Reserva da Biosfera Transfronteiriça da Meseta Ibérica (atualmente em processo de candidatura).

O presente projeto, no sentido de capitalizar todo o potencial inerente às valências naturais da região, consistirá no desenvolvimento de estratégias, de cariz integrado, que permitam simultaneamente a rentabilização económica destes espaços e o incentivo à sua conservação. A título de exemplificativo, poderão ser promovidas neste âmbito atividades relacionadas com o ecoturismo, como por exemplo i) desportos de natureza/aventura (atividades desportivas praticadas em contacto direto com a natureza de forma não nociva para a mesma), nos quais encontramos o pedestrianismo ou a bicicleta todo o terreno (BTT), e ii) atividade de interpretação da natureza e do ambiente, como a observação de aves ou outras animais autóctones.

Além das responsabilidades intermunicipais e municipais para o êxito do presente projeto, a intervenção de entidades privadas (locais) afigura-se como um fator importante para o sucesso da dinamização de iniciativas nos parques naturais da região, devendo para isso ser fomentado e privilegiado o estabelecimento de parcerias público-privadas. Neste contexto, importa que haja uma interação e articulação estrita com projetos e investimentos privados, nomeadamente aqueles a serem realizados em sede de DLBC (Desenvolvimento Local Base Comunitária).

ATIVIDADES A DESENVOLVER

- I. Realização de plano de capitalização das áreas protegidas da região
 - Elaboração de estudo de análise ao potencial turístico
 - Identificação de potencialidades inexploradas e/ou subaproveitadas
 - Definição de linhas de orientação estratégica
- II. Definição do plano de ação
 - Materialização das linhas de orientação estratégica definidas em ações e iniciativas
 - Definição de plano de atividades de desportos de natureza e de interpretação da natureza e do ambiente
 - Calendarização das ações e iniciativas a realizar
- III. Execução do plano de ação
 - Dinamização de ações e iniciativas
 - Estabelecimento de parcerias com entidades privadas

CALENDARIZAÇÃO

	S1	S2	S3	S4	S5	S6	S7	S8	S9	S10	S11	S12
I.	■											
II.		■										
III.			■	■	■	■	■					

ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Núcleo Empresarial do Distrito de Bragança (NERBA); Associações de Desenvolvimento Empresarial; Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD); Instituto Politécnico de Bragança (IPB); Entidades privadas locais; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N); Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional; Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF); Turismo do Porto e Norte de Portugal; ADL's

INDICADORES DE RESULTADO

- Número adicional de turistas
- Número bruto de empregos criados
- Aumento do valor acrescentado bruto não agrícola das atividades apoiadas

INVESTIMENTO ESTIMADO

5.000.000 €

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo Social Europeu (FSE); Fundo de Coesão (FC); Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)

PROJETO COMPLEMENTAR

3.8 | Estratégia de regeneração e revitalização urbana

OBJETIVO

Promover o desenvolvimento, regeneração e revitalização urbana da região de Terras de Trás-os-Montes

DESCRIÇÃO

Os sistemas urbanos assumem um papel fundamental na dinamização de múltiplos aspectos socioeconómicos da região onde se inserem, como são exemplo o desenvolvimento da economia e a criação de emprego.

Neste sentido importa estruturar uma estratégia de desenvolvimento urbano, nas denominadas i) cidades de equilíbrio territorial, ii) cidades regionais e iii) conjuntos regionais de cidades, que permita endereçar o desenvolvimento urbano de uma forma sustentável, nomeadamente através da regeneração e revitalização dos espaços urbanos.

A referida estratégia poderá vir a contemplar um alargado espectro de intervenções, como: a regeneração de centros históricos e edifícios de elevado valor patrimonial ou histórico, a criação e/ou revitalização de zonas verdes ou a valorização de zonas de urbanas comerciais.

Em suma, através do desenvolvimento, regeneração e revitalização urbana, o presente projeto deverá não só potenciar o desenvolvimento económico (ex.: atividade turística) dos espaços urbanos da região, como também a qualidade de vida dos seus habitantes e visitantes, e a preservação da identidade transmontana (com a conservação de património histórico/cultural dos espaços urbanos da região).

ATIVIDADES A DESENVOLVER

- I. Elaboração de estudo diagnóstico dos espaços urbanos da região das Terras de Trás-os-Montes
 - Diagnóstico dos espaços urbanos elegíveis
 - Identificação das intervenções a realizar
- II. Desenvolvimento do plano de desenvolvimento, regeneração e revitalização urbana
 - Projeção das intervenções/obras identificadas
 - Planeamento e priorização das intervenções projetadas
- III. Execução do plano de desenvolvimento, regeneração e revitalização urbana
 - Realização das obras e intervenções planeadas

CALENDARIZAÇÃO

	S1	S2	S3	S4	S5	S6	S7	S8	S9	S10	S11	S12
I.												
II.												
III.												

ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Associações Comerciais e Industriais; Agentes privados individuais e colectivos

INDICADORES DE RESULTADO

- Aumento do volume de negócio nos espaços urbanos
- Aumento do investimento privado
- Património apoiado que permanece com atividade 12 meses após o fim do apoio

INVESTIMENTO ESTIMADO

14.900.000 €

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo Social Europeu (FSE)

PROJETO COMPLEMENTAR

3.9 | Apoio e promoção de eventos culturais na região

OBJETIVO

Promover o acesso e a regularidade de eventos culturais na região

DESCRIÇÃO

Os polos populacionais das Terras de Trás-os-Montes têm sido alvo, não só, de um progressivo esvaziamento de serviços públicos e sociais, mas também de eventos culturais, nomeadamente, no que respeita a espetáculos de teatro, musicais e dança. A referida inacessibilidade a determinados espetáculos e eventos culturais na região, implica por parte dos seus habitantes a crescente necessidade de deslocação a outros pontos de Portugal (como as cidades do Porto ou Lisboa) onde estes se realizem, ou até mesmo a Espanha.

Neste contexto, a presente medida pretende democratizar o acesso à cultura no território, através do apoio a teatros, redes de espetáculos musicais e dança e/ou outros, a fim de promover a sua realização e aumentar a respetiva regularidade dos mesmos.

De forma a apoiar e promover a realização de eventos culturais na região, deverão ser contempladas duas vertentes distintas: i) apoio a espetáculos/eventos de produção local e ii) atracção de espetáculos/eventos de produção não-local.

A primeira vertente assume um papel que vai além da dinamização de programação cultural de base local (ex.: grupos etnográficos, dança, música, teatro), dado permitir também a promoção da identidade da região das Terras de Trás-os-Montes, nomeadamente, com a criação de dinâmicas comunitárias e respetivos fortalecimento dos laços sociais.

Por outro lado, a atracção de espetáculos/eventos de produção não-local (ex.: concertos de bandas musicais internacionais), que geralmente não incluem a região na sua programação, facilitará o acesso a determinados conteúdos culturais aos habitantes da região, que de outra forma não poderiam não ter acesso aos mesmos.

Apesar de não ser o objetivo primordial da presente medida, este terá também um impacto significativo na atividade económica da região dado que poderá complementar a oferta turística atual e futuramente existente.

ATIVIDADES A DESENVOLVER

- I. Realização de um mapa cultural anual da região
 - Levantamento de eventos
 - Conceção/ identificação de eventos culturais (adicionais) complementares
- II. Elaboração de plano de apoio a eventos culturais para a região
 - Desenvolvimento de plano ação (iniciativas e investimentos)
- III. Execução do plano de apoio a eventos culturais para a região
 - Realização de investimentos identificados
 - Concessão de apoios previstos no plano desenhado

CALENDARIZAÇÃO

	S1	S2	S3	S4	S5	S6	S7	S8	S9	S10	S11	S12
I.	■											
II.		■										
III.			■	■	■	■	■	■	■	■	■	■

ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Entidades privadas locais; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N)

INDICADORES DE RESULTADO

- Número de espetáculos culturais realizados
- Novas entidades apoiadas que permanecem com atividade 12 meses após fim do apoio
- Postos de trabalho criados, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio
- Aumento do investimento privado

INVESTIMENTO ESTIMADO

2.000.000 €

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER)

PROJETO
ESTRATÉGICO

4| Otimização dos recursos de exploração agropecuária, florestal, cinegéticas e piscícolas

OBJETIVO

Promover o desenvolvimento das atividades económicas do setor primário, nomeadamente agropecuária, florestal, cinegéticas e piscícolas, na região.

ENQUADRAMENTO

O setor primário desempenha um papel preponderante na região de Terras de Trás-os-Montes, não só em termos históricos, territoriais e económicos como, principalmente, no que respeita à sua componente social, pela percentagem significativa de pessoas que emprega (direta e indiretamente).

No entanto, apesar da preponderância referida, o setor primário enfrenta diversos constrangimentos de base, que impossibilitam a captação do seu pleno potencial económico, nomeadamente no que concerne i) a infraestruturas e equipamentos de apoio, ii) (auto)conhecimento aprofundado de culturas/espécies e/ou técnicas, iii) estratégias integradas e de complementaridade intermunicipal e iv) de valorização dos recursos.

Neste sentido, e tendo em conta os constrangimentos referidos, é necessário promover o desenvolvimento de iniciativas que incidam, quer transversal quer especificamente, nas diferentes atividades económicas integrantes do setor primário da região (agropecuária, florestal, cinegética e piscícola), nomeadamente ao nível da sua i) capacitação, ii) investigação, iii) rentabilização e iv) gestão (integrada).

PROJETO COMPLEMENTAR

4.1 | Construção, requalificação e gestão integrada de regadios

OBJETIVO

Reabilitar, modernizar e expandir a rede de regadio na região de forma integrada.

DESCRIÇÃO

O setor primário, e em particular as atividades agrícolas e pecuárias, revelam ter um peso significativo na economia da região das Terras de Trás-os-Montes. O desenvolvimento e competitividade destas atividades está intrinsecamente dependente do grau de aproveitamento dos recursos hídricos, no qual o regadio desempenha um papel fulcral.

Neste contexto importa não só promover o desenvolvimento, otimização e melhoria do sistema de regadio do território das Terras de Trás-os-Montes mas também geri-lo e idealizá-lo numa ótica integrada e de complementaridade intermunicipal, concebendo uma rede de regadio intermunicipal.

A componente infraestrutural e de equipamentos, a desenvolver na âmbito da rede de regadio intermunicipal, deverá ser composta por duas vertentes distintas mas complementares: i) reabilitação e modernização do sistema de regadio existente e ii) expansão da rede, através da ampliação da infraestrutura já existente e da construção de novo equipamento.

Através do melhor aproveitamento hidrográfico, a que o presente projeto se propõe, potenciar-se-á a competitividade dos produtos endógenos e das unidades agropecuárias que desenvolvem a sua atividade no território das Terras de Trás-os-Montes.

ATIVIDADES A DESENVOLVER

- I. Elaboração de estudos com vista à reabilitação, modernização e expansão da rede de regadio
 - Levantamento dos sistemas de regadio (em exploração e desativados)
 - Estudo ao estado atual da rede (infraestruturas e equipamentos)
- II. Realização de plano de reabilitação, modernização e expansão da rede de regadio
 - Avaliação das necessidades e planeamento integrado da rede de regadio intermunicipal
 - Definição e priorização de intervenções de reabilitação, modernização e expansão a realizar
- III. Execução do plano de reabilitação, modernização e expansão da rede de regadio elaborado
 - Elaboração dos projectos-base das intervenções identificadas
 - Realização das intervenções de reabilitação, modernização e expansão definidas
 - Desenvolvimento de medidas de manutenção preventiva

CALENDARIZAÇÃO

	S1	S2	S3	S4	S5	S6	S7	S8	S9	S10	S11	S12
I.												
II.												
III.												

ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD); Instituto Politécnico de Bragança (IPB); Cooperativas e outras organizações de produtores locais; Associações de agricultores locais; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N); Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR)

INDICADORES DE RESULTADO

- Superfície em que a gestão de regadio é praticada com êxito, contribuindo para:
 - a) A qualidade da água
 - b) O combate à marginalização e abandono das terras
- Número de explorações agrícolas que entraram no mercado
- Aumento do valor acrescentado bruto nas explorações/empresas apoiadas

INVESTIMENTO ESTIMADO

75.000.000 €

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo de Coesão (FC); Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)

PROJETO COMPLEMENTAR

4.2 | Criação de centros de investigação científica das fileiras estratégicas da região

OBJETIVO

Apoiar o desenvolvimento das fileiras estratégicas da região, promovendo a investigação científica nesse âmbito.

DESCRIÇÃO

A região das Terras de Trás-os-Montes apresenta fileiras estratégicas, maioritariamente de cariz agropecuário (ex.: castanha, cogumelos, produção animal), que devem ser alvo de estudo e investigação mais aprofundados.

Neste sentido a presente iniciativa pretende criar centros de investigação científica centrados nestes produtos, através do estabelecimento de parcerias com instituições de ensino superior. Além das instituições com valências ao nível da investigação, deverão ser incluídas neste âmbito os principais agentes (ex.: empresas, cooperativas, associações) com presença nas atividades das respetivas fileiras estratégicas.

A investigação e produção de conhecimento deverão privilegiar e estar em consonância com uma aplicação empresarial das mesmas, por exemplo na melhoria da qualidade dos produtos produzidos ou da sua competitividade ao nível produtivo. A micologia, e em particular a área dos cogumelos selvagens, é um bom exemplo de uma das fileiras estratégicas locais com significativo potencial económico que pode ser potenciado através de estudo e investigação aprofundados, para colocação deste produto num segmento de consumo superior e diferenciado.

A criação de centros de investigação científica referidos contribuirá de forma decisiva para a produção e aprofundamento de conhecimento local, numa área que é considerada como um dos principais motores da economia da região.

ATIVIDADES A DESENVOLVER

- I. Desenvolvimento do plano de investigação científica às fileiras estratégicas da região
 - Definição e caracterização das fileiras estratégicas da região
 - Realização de análise às potencialidades económicas das várias fileiras identificadas
- II. Criação do centro de investigação científica das fileiras estratégicas da região
 - Estabelecimento de parcerias com instituições de ensino superior e mobilização de *stakeholders* relevantes no âmbito das fileiras estratégicas
 - Atribuição de bolsas de investigação
- III. Elaboração de plano de disseminação do conhecimento gerado no âmbito da investigação
 - Realização de ações formativas para transmissão de conhecimento aos respetivos agentes económicos (ex.: empresas, cooperativas, associações)

CALENDARIZAÇÃO

	S1	S2	S3	S4	S5	S6	S7	S8	S9	S10	S11	S12
I.												
II.												
III.												

ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Associação Núcleo Empresarial do Distrito de Bragança (NERBA); Associações Comerciais e Industriais; Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD); Instituto Politécnico de Bragança (IPB); Sousacamp; Sortegel; Cooperativas de Produção Agropecuária; Produtores locais; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N); Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional; ADL's

INDICADORES DE RESULTADO

- Número de publicações científicas indexadas, ponderado por fator de impacto (em domínios científicos enquadráveis na estratégia de especialização inteligente regional)
- Produção de conteúdos relevantes com impacto transformador nas fileiras estratégicas da região
- Número de protocolos e/ou projetos realizados em cooperação com instituições de investigação e/ou de ensino superior
- Número de explorações/empresas que introduziram novos produtos e/ou novas técnicas (fruto da investigação realizada)

INVESTIMENTO ESTIMADO

25.000.000 €

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)

PROJETO COMPLEMENTAR

4.3 | Levantamento, ordenamento, gestão e valorização da floresta

OBJETIVO

Fomentar a valorização dos recursos florestais da região através de um ordenamento e gestão florestal intermunicipal.

DESCRIÇÃO

O território das Terras de Trás-os-Montes apresenta um espaço florestal de dimensões significativas que não se encontra cadastrado ou mapeado, facto que impossibilita não só um ordenamento e gestão eficaz dos recursos florestais, como também limita a captação do potencial económico da floresta.

Assim, e de modo a fazer face ao referido contexto, o presente projeto define um plano de atuação em quatro fases: i) cadastro e mapeamento do espaço florestal, ii) ordenamento, iii) gestão da floresta e iv) valorização dos recursos florestais.

A primeira componente deverá efetuar não só o respetivo cadastro do espaço florestal, como também realizar um mapeamento rigoroso do mesmo, nomeadamente ao nível das suas condições morfológicas e solos. O ordenamento do espaço florestal deverá ser realizado numa lógica integrada e supramunicipal, com base numa avaliação das suas potencialidades, atentando simultaneamente à identificação de áreas críticas de risco de incêndio e importância ecológica. Complementarmente, a componente de gestão florestal basear-se-á no estabelecimento de um enquadramento regulatório, normativo e processual à atividade florestal, devendo aqui ser dada especial atenção à vertente ambiental ao nível da mitigação e minimização dos impactos da atividade humana no meio florestal e na respetiva biodiversidade e *habitats*, nomeadamente através da conceção e execução de i) planos de florestação e reflorestação da região (ex.: recuperação de galerias ripícolas) e ii) de intervenções com vista ao prevenção/ combate a incêndios (ex.: limpeza do espaço florestal e criação de áreas tampão piloto). Ambas as actividades descritas, assim como o projeto na sua transversalidade, deverão ser desenvolvidas com recurso a parcerias com entidades gestoras da floresta, como são exemplo as Associações Florestais e de Baldios, e tendo em conta o projeto “9.3 Gestão partilhada de meios de proteção civil”, presente neste plano estratégico.

Finalmente, com base nas componentes anteriormente descritas, deverá ser definida uma estratégia de valorização dos recursos florestal, que oriente o desenvolvimento desta fileira na região das Terras de Trás-os-Montes, quer ao nível da silvicultura quer ao nível de outras formas de aproveitamento económico sustentável da floresta, de que é exemplo a micologia ou a produção de biomassa promovida, nomeadamente, pelas actividades de limpeza do espaço florestal.

No que respeita à componente de valorização, será importante a sua articulação com as respetivas orientações e projetos definidos em sede de DLBC (Desenvolvimento Local de Base Comunitária).

ATIVIDADES A DESENVOLVER

- I. Realização do cadastro e mapeamento do espaço florestal
 - Cadastro das diferentes parcelas que compõem o espaço florestal
 - Elaboração do mapeamento do território nas diferentes vertentes do âmbito florestal
- II. Desenvolvimento do ordenamento da floresta
 - Realização de análise às potencialidades do espaço florestal
 - Definição do plano de ordenamento florestal da geografia intermunicipal
- III. Desenvolvimento da gestão integrada do espaço florestal
 - Definição de instrumentos e mecanismos de gestão florestal

- Realização do plano de florestação e reflorestação para a região
 - Execução das intervenções de prevenção/ combate a incêndios (limpeza florestal e criação de áreas tampão piloto)
- IV. Realização de estratégia para valorização dos recursos florestais
- Elaboração de linhas de orientação estratégica
 - Definição e execução de plano ação e investimentos definidos

CALENDARIZAÇÃO

	S1	S2	S3	S4	S5	S6	S7	S8	S9	S10	S11	S12
I.												
II.												
III.												
IV.												

ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD); Corporações locais de bombeiros; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N); Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional; Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF); Autoridade Nacional de Proteção Civil

INDICADORES DE RESULTADO

- Melhoria do conhecimento sobre o estado de conservação e dos estatutos de ameaça de espécies e habitats (% de espécies e habitats com estado de conservação conhecido)
- Superfície em que a mapeamento do espaço florestal é efetuado com êxito, contribuindo para o combate à marginalização e ao abandono das terras
- Superfície em que a gestão do espaço rural é praticada com êxito, contribuindo para:
 - a) A biodiversidade e preservação de sistemas/silvícolas de elevado valor natural
 - b) O combate às mudanças climáticas
 - c) A qualidade dos solos
 - d) O combate à marginalização e abandono das terras
- Melhoria do estado de conservação de espécies e habitats protegidos regionalmente representativos (medida pelo decréscimo do número de espécies e habitats com estado de conservação inadequado ou mau e de espécies de aves com tendência populacional decrescente, identificadas na lista de espécies e habitats regionalmente representativos)
- Aumento do volume de negócios das atividades florestais
- Número de explorações florestais que entraram no mercado

INVESTIMENTO ESTIMADO

75.000.000 €

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo de Coesão (FC); Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)

PROJETO COMPLEMENTAR

4.4 | Valorização de recursos cinegéticos e piscícolas

OBJETIVO

Promover o desenvolvimento das atividades cinegéticas e piscícolas na região.

DESCRIÇÃO

O território da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, face a outras regiões de Portugal ou da Europa, apresenta vantagens competitivas no que respeita às atividades cinegéticas e piscícolas. Essas vantagens estão associadas, por exemplo, às características biofísicas do território, tipologia e dinâmica das explorações agrícolas e florestais, reputação favorável da região no mercado cinegético e diferenciação da região pelo valor natural (áreas protegidas e classificadas).

No entanto, apesar das vantagens descritas, a incipiência de uma gestão profissional e diminuta capacitação dos agentes, a tipologia e ineficiência na utilização dos apoios públicos e a articulação/interação complexa com as Autoridades competentes, inibem a captação o pleno potencial económico e natural destas atividades. Neste sentido, o presente projeto deverá focar-se em três grandes áreas de atuação: i) profissionalização da atividade e capacitação dos agentes, ii) demonstração de boas práticas e iii) apoio técnico na interação com as Autoridades.

A profissionalização das atividades cinegéticas e piscícolas implica um enquadramento técnico-científico por parte das entidades envolvidas, em diversos domínios especializados, nomeadamente, i) monitorização e gestão de populações animais (cinegéticas/piscícolas e não cinegéticas/piscícolas), ii) gestão dos habitats em interação com explorações agrícolas e/ou florestais, iii) organização das técnicas da exploração cinegética e piscícola (caça, pesca e captura), iv) enquadramento jurídico, v) marketing e organização comercial. Adicionalmente, a existência de operadores de terreno profissionais, com competências muito específicas e associadas aos territórios onde operam, implicam fortemente o sucesso das ações de caça e pesca, e consequentemente o desempenho/produzitividade das atividades cinegéticas e piscícolas.

Paralelamente, deverá ser contemplada uma componente demonstrativa que possa servir de referência de boas práticas, por exemplo, à gestão das zonas de caça municipais e associativas, que no caso específico da atividade cinegética utilizam cerca de 98% da superfície apta para o ordenamento e exploração cinegéticos. Neste contexto, a realização de ações de estímulo ao aumento da produtividade (em volume e/ou valor) da atividade cinegética deverão ser não só compatíveis com as duas tipologias mencionadas, mas também com os objetivos e características dos respetivos agentes (ex.: capacidade de planeamento/execução), pelo que deverá ser efetuada uma avaliação dos agentes no terreno. No que respeita à atividade piscícola, a ausência de regulamentação da Lei n.º 7/2008 de 15 de Fevereiro limita o desenvolvimento da gestão piscícola como atividade de base ao fomento da pesca, pelo que o presente projeto deverá promover a criação de capacidades técnicas partilhadas e a realização de um projeto demonstrativo de gestão piscícola de um conjunto de cursos/massas de água.

Por fim, a interação e articulação com as Autoridades competentes (florestal, conservação da natureza, água, segurança) assumem na gestão cinegética e piscícola uma dimensão bastante diversificada e complexa, criando ineficiências que prejudicam o aumento de valor económico e natural das atividades cinegéticas e piscícolas na região. O licenciamento da atividade e dos seus praticantes (ex.: caçadores estrangeiros), a interação com as zonas protegidas/ classificadas, fiscalização dos territórios cinegéticos e piscícolas em múltiplas dimensões (ex.: proteção de património e pessoas), são exemplos de áreas que apresentam as referidas ineficiências. O presente projeto deverá incluir soluções que facilitem e agilizem a interação dos agentes com as Autoridades (ex.: através da delegação de competências administrativas na CIM Terras de Trás-os-Montes) quer no cumprimento das obrigações de licenciamento/declaração dos primeiros, quer nos serviços prestados pelas próprias Autoridades ou na articulação dos apoios financeiros (ex.: comunitários) às atividades cinegéticas e piscícolas.

De referir que estas ações deverão ser também articuladas com outros projetos inseridos no plano estratégico, particularmente o “4.3 Criação de centro de investigação científica das fileiras estratégicas da região” e, no que respeita à vertente florestal, “4.4 Levantamento, ordenamento, gestão e valorização da floresta”.

ATIVIDADES A DESENVOLVER

- I. Realização de atividades de profissionalização de organizações e capacitação de operadores de terreno
 - Constituição de núcleo de gestão cinegética e piscícola, incluindo as componentes técnicas específicas, componente jurídica e componente de marketing e organização comercial
 - Desenvolvimento de programa de formação de operadores de terreno (cinegéticos e piscícolas) com capacidade operacional prática e associada aos terrenos onde operam
- II. Desenvolvimento de plano de atividades demonstrativas
 - Lançamento de projeto demonstrativo da gestão profissional, devendo incidir preferencialmente na Zona de Caça Nacional da Lombada (em articulação com o ICNF)
 - Elaboração de projeto de gestão conjunta e profissional de i) zonas de caça municipais e associativas (pelo menos três, e em articulação com autarquias e associações de caçadores) e ii) curso e massa de água (pelo menos uma, e em articulação com autarquias e associações de pescadores)
- III. Elaboração de estrutura de apoio técnico para interação com as Autoridades
 - Elaboração de estudo de delegação de competências administrativa das Autoridades relevantes na CIM TTM, para articulação mais eficiente e próxima com os agentes cinegéticos e piscícolas
 - Realização de estudo/guia de adequação dos apoios disponíveis à maximização do valor económico e do valor natural das atividades cinegética e piscícola
 - Desenvolvimento de programa de apoio específico a associações e empresas (ex.: Projeto RIBA) com atividade na facilitação de utilização de apoios públicos pelas explorações agrícolas e florestais

CALENDARIZAÇÃO

	S1	S2	S3	S4	S5	S6	S7	S8	S9	S10	S11	S12	
I.	█												
II.		█											
III.	█												

ENTIDADES A ENVOLVER

CIM das Terras de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD); Instituto Politécnico de Bragança (IPB); Associações de caçadores e pescadores, Empresas de animação turística e outras entidades privadas relevantes; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N); Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional; Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF); Delegação de Turismo de Natureza do Norte; Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte

INDICADORES DE RESULTADO

- Superfície cinegética/piscícola beneficiária de apoio técnico especializado
- Número de participantes que concluíram com sucesso os programas de formação de operadores de terreno
- Superfície cinegética/piscícola incluída em projetos cinegético demonstrativos
- Número de associações de caçadores/pescadores envolvidas em projetos demonstrativos de gestão cinegética/piscícola
- Número de beneficiários do programa de facilitação de acesso aos apoios comunitários, que permanecem com atividade 12 meses após o apoio

INVESTIMENTO ESTIMADO

5.000.000 €

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo Social Europeu (FSE); Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)

PROJETO COMPLEMENTAR

4.5 | Criação de multiplataforma tecnológica para valorização do setor primário

OBJETIVO

Promover e capitalizar as atividades do setor primário através do desenvolvimento das respetivas atividades a jusante.

DESCRIÇÃO

As atividades do setor primário, e particularmente a agricultura e pecuária, desempenham um papel fundamental na economia da região das Terras de Trás-os-Montes, por exemplo ao nível da empregabilidade dos seus habitantes. Tendo em conta o presente contexto, além do desenvolvimento de medidas focalizadas nas referidas atividades do setor primário, importa também apostar nas respetivas atividades a jusante (ex.: transformação, refinação, culinária), dado estas poderem i) funcionar como dinamizadoras das primeiras e ii) permitir incrementar o valor intrínseco dos próprios produtos.

A presente medida pretende a criação de uma multi-plataforma tecnológica associada à valorização do setor primário, e em particular da agricultura e pecuária, tirando proveito, nomeadamente, do Parque de Ciência e Tecnologia de Trás-os-Montes e Alto Douro e das instituições de investigação da região (ex.: Instituto Politécnico de Bragança). Neste sentido foi estruturado um conjunto (não exaustivo) de duas plataformas tecnológicas chave:

- i. Plataforma tecnológica para desenvolvimento de novos produtos agro-alimentares e/ou naturais: consistirá na valorização de produtos ou subprodutos agrícolas da região (ex.: azeitona, frutos secos) através da criação de (novos) produtos inovadores que tragam mais-valias aos produtores e que fomentem a criação de novos negócios. Deverá ainda focar na melhoria dos processos tradicionais e industriais de transformação de produtos de origem animal, com o intuito de os tornar mais eficientes, seguros e de maior qualidade.

A título exemplificativo, no âmbito desta plataforma tecnológica, deverá ser considerada a criação de uma infraestrutura de extração e refinação de produtos naturais, ou seja, a instalação de uma unidade à escala industrial que permita, por exemplo, a extração de compostos, dos recursos endógenos da região, com propriedades químicas e biológicas com potencial para as indústrias alimentar, farmacêutica e cosmética; potenciando assim o surgimento de empresas que se centrem no aproveitamento de recursos naturais de elevado valor.

- ii. Plataforma tecnológica para valorização da culinária regional: consistirá em apoiar tecnologicamente a evolução e desenvolvimento da culinária endógena da região, através da caracterização nutricional e valorização dietética dos produtos da cozinha tradicional, possibilitando e/ou culminando desta forma a criação de novos produtos/pratos.

Através da aposta e desenvolvimento do potencial de atividades a jusante ao setor primário, como as acima referidas, será possível diversificar a atividade das explorações agrícolas e incrementar a sua rentabilidade, acrescentar à produção agropecuária tradicional produtos que incorporam um elevado valor acrescentado, fomentar a inovação no setor e atrair investimentos subsequentes no futuro. Em suma a presente iniciativa terá a capacidade de capitalizar uma das principais forças motrizes da região e desta forma fomentar o desenvolvimento socioeconómico da região.

ATIVIDADES A DESENVOLVER

- i. Estruturação da multi-plataforma tecnológica para a valorização do setor primário
 - Estabelecimento de parceria entre Parque de Ciência e Tecnologia de Trás-os-Montes e Alto Douro, instituições de investigação e empresas privadas (ex.: produtores agropecuários)
 - Definição do âmbito de ação das plataformas tecnológicas integrantes

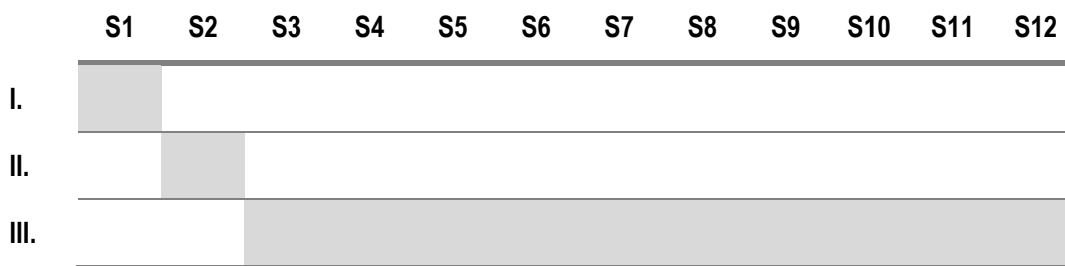
II. Elaboração e realização do plano de investimentos

- Projeção dos investimentos infraestruturais, e em equipamentos, a realizar (tendo em conta o âmbito de ação das plataformas tecnológicas)
- Desenvolvimento e execução do plano de investimentos projetado

III. Execução de iniciativas no âmbito das plataformas tecnológicas

- Desenvolvimento de iniciativas de investigação e/ou inovação
- Realização de ações de transmissão de conhecimento aos respetivos agentes económicos

CALENDARIZAÇÃO



ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Parque de Ciência e Tecnologia Briantia Ecoparque; Núcleo Empresarial do Distrito de Bragança (NERBA); Associações de Desenvolvimento Empresarial; Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD); Instituto Politécnico de Bragança (IPB); Cooperativas e outras organizações de produtores locais; Produtores locais; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N)

INDICADORES DE RESULTADO

- Aumento do investimento privado
- Postos de trabalho criados, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio
- Número de protocolos e/ou projetos realizados em cooperação com instituições de investigação

INVESTIMENTO ESTIMADO

20.000.000 €

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo Social Europeu (FSE); Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)

PROJETO
ESTRATÉGICO

5| Apoio à inclusão social

OBJETIVO

Promover a inclusão social e o combate à pobreza.

ENQUADRAMENTO

A estratégia Europa 2020 definiu o “crescimento inclusivo” como uma das três prioridades de desenvolvimento para a União Europeia, visando assim a criação de emprego e a redução da pobreza.

A região de Terras de Trás-os-Montes é particularmente sensível à temática da inclusão social, devido a um conjunto de condicionantes presentes no território, como são exemplo a escassez de oportunidades de emprego, o reduzido rendimento *per capita* e o progressivo esvaziamento dos serviços públicos e sociais.

Neste âmbito, a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, graças à sua visão e atuação supramunicipal, poderá desempenhar um papel determinante na promoção do equilíbrio social da região, através do desenvolvimento de iniciativas que visem inverter e/ou mitigar situações de cariz social.

PROJETO COMPLEMENTAR

5.1 | Criação de Fundo de Fomento Social

OBJETIVO

Favorecer a criação de emprego e inclusão social na região.

DESCRIÇÃO

À semelhança de outras regiões interiores de Portugal, a região das Terras de Trás-os-Montes tem assistido, nos últimos anos, ao agravamento de um conjunto de constrangimentos, como a reduzida geração de oportunidades de emprego ou o esvaziamento da representação de serviços públicos, que contribuem de forma decisiva para o agravamento do despovoamento territorial.

De forma a contrariar esta situação e a melhorar as condições de vida da população residente, o presente projeto pretende atuar em duas grandes áreas: i) apoio a iniciativas geradoras de emprego e/ou autoemprego e ii) criação de rede de serviços e equipamentos de apoio à população.

A primeira área de atuação consistirá num mecanismo de apoio financeiro a projetos sem capacidade de autofinanciamento e/ou financiamento junto das entidades bancárias convencionais, através da criação de um fundo de garantia baseado num protocolo a estabelecer entre o setor público (Comunidade Intermunicipal e Municípios) e entidade(s) bancária(s), de forma a oferecer condições bonificadas de financiamento a microempresas/projetos/ideias (ex.: aquisição de veículo para transporte da produção agropecuária) com potencial e viabilidade económica em que o montante de financiamento requerido não seja avultado (ex.: até 25 mil euros), permitindo a promoção da inclusão social e combate à pobreza, nomeadamente através do apoio a indivíduos e polos familiares desfavorecidos na geração do seu autoemprego.

Paralelamente, com o intuito de melhorar os serviços de apoio à população residente na região das Terras de Trás-os-Montes, deverá ser criada/reforçada uma rede de serviços/equipamentos de apoio à população – tendo em conta o espaço intermunicipal como um todo – com especial foco para os grupos populacionais com necessidades específicas, como por exemplo idosos ou pacientes com necessidades de cuidados continuados. Esta rede deverá compreender, entre outros, serviços e equipamentos de cuidados continuados e cuidados paliativos.

De referir, neste contexto, que a CIM das Terras de Trás-os-Montes deverá exercer uma função de influência na coordenação e complementaridade na rede de equipamentos, por forma a contribuir para a salvaguarda das condições e serviços prestados, no que respeita por exemplo à cobertura e otimização operacional da rede, nomeadamente através da captação de economias de escala e/ou da eliminação de sobreposições e redundâncias.

ATIVIDADES A DESENVOLVER

- I. Elaboração de mecanismo de apoio financeiro a projetos/ideias para negócios autossustentados
 - Elaboração de protocolo entre a CIM Terras de Trás-os-Montes e Municípios com entidade(s) bancária(s)
 - Realização de análise de crédito para seleção dos projetos/ideias elegíveis a financiamento
 - Atribuição de financiamentos a projetos/ideias selecionados
- II. Definição/reorganização da rede de equipamentos de apoio
 - Mapeamento e caracterização dos serviços e equipamentos existentes
 - Identificação de constrangimentos na rede de equipamentos atual
 - Desenho da nova rede de equipamentos de apoio
- III. Execução das intervenções a realizar no âmbito da nova rede de equipamentos de apoio
 - Elaboração do plano de intervenções e respetivos projetos
 - Realização das obras e intervenções constantes no plano definido

CALENDARIZAÇÃO

	S1	S2	S3	S4	S5	S6	S7	S8	S9	S10	S11	S12
I.	[Barra cinzenta]											
II.	[Barra cinzenta]											
III.		[Barra cinzenta]										

ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Instituições Particulares de Solidariedade Social locais; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N); Direção Regional de Economia do Norte

INDICADORES DE RESULTADO

- Postos de trabalho criados, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio
- Novas entidades apoiadas que permanecem com atividade 12 meses após fim do apoio
- Aumento do valor acrescentado bruto das atividades apoiadas
- População beneficiária dos serviços de ação social

INVESTIMENTO ESTIMADO

12.500.000 €

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo Social Europeu (FSE)

PROJETO COMPLEMENTAR

5.2 | Criação de programa de escoamento de produtos agroalimentares

OBJETIVO

Aliar a promoção do escoamento de produtos agro-pecuários (em situações específicas) a uma vertente social.

DESCRIÇÃO

A generalidade das atividades produtivas, e em particular a atividade agropecuária, geram produtos excedentes no decorrer da sua atividade, isto é, produtos que por determinadas razões (ex.: imperfeições no produto, prazo de validade próximo de expirar) não podem ser comercializados de forma convencional. Dado que a comercialização destes produtos é inviabilizada, importa encontrar formas alternativas de escoamento que permitam o seu consumo e/ou utilização.

As Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) - ou outras de objeto semelhante - são entidades que, pela sua abrangência e objeto de atuação – apoio à população mais carenciada – necessitam de um fluxo regular e considerável de produtos, principalmente no que respeita a produtos alimentares. Através da aposta em cadeias curtas de comercialização e criação de uma plataforma logística (com câmaras frias e centros de recolha em cada um dos municípios) que permita estabelecer a ponte entre os agentes produtores – cooperativas agrícolas, associações de agricultores... – e as IPSS, será possível fazer face à necessidade descrita, relativa ao escoamento dos produtos agrícolas excedentes, e proporcionar às IPSS o acesso a produtos em condições mais vantajosas para estas.

Desta forma, é possível aliar a redução do desperdício alimentar na região das Terras de Trás-os-Montes, à promoção da inclusão social e combate à pobreza.

ATIVIDADES A DESENVOLVER

- I. Estruturação e desenvolvimento da plataforma logística
 - Definição do modelo organizacional e operacional da plataforma
 - Levantamento e seleção das entidades a envolver: i) IPSS e ii) produtores
 - Estabelecimento de parcerias/acordos entre as entidades identificadas
 - Elaboração do plano de investimentos em infraestruturas e equipamentos necessários ao funcionamento da plataforma (ex.: câmaras frias, centros de recolha)
- II. Execução do plano de investimento em infraestruturas e equipamentos
 - Execuções das intervenções infraestruturas
 - Aquisição dos equipamentos

CALENDARIZAÇÃO

	S1	S2	S3	S4	S5	S6	S7	S8	S9	S10	S11	S12
I.												
II.												

ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Núcleo Empresarial do Distrito de Bragança (NERBA); Associações de Desenvolvimento Empresarial; Produtores locais; Cooperativas e outras organizações de produtores locais; Instituições Particulares de Solidariedade Social locais; Entidades empresariais locais; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N); Direção Regional de

Economia do Norte; Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional

INDICADORES DE RESULTADO

- Número de instituições envolvidas nos projetos de ação social
- População beneficiária dos serviços de ação social
- Redução de desperdício alimentar

INVESTIMENTO ESTIMADO

2.500.000 €

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo Social Europeu (FSE); Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)

PROJETO COMPLEMENTAR

5.3 | Criação de plataforma tecnológica para o bem-estar e envelhecimento ativo

OBJETIVO

Promover a inovação nas áreas do bem-estar e envelhecimento ativo

DESCRIÇÃO

A região das Terras de Trás-os-Montes tem assistido a um progressivo envelhecimento da sua população nos últimos anos, principalmente devido ao êxodo da população jovem/ ativa e à diminuição da sua taxa de natalidade. Esta não é no entanto uma realidade exclusiva da região, é uma realidade transversal a uma parte significativa do território português e mesmo europeu, existindo por isso uma necessidade cada vez maior do desenvolvimento das áreas do bem-estar e envelhecimento ativo.

Tendo em contexto apresentado a região das Terras de Trás-os-Montes apresenta-se como uma candidata preferencial à implementação de uma plataforma tecnológica para o bem-estar e envelhecimento ativo, dado apresentar, simultaneamente: i) necessidades prementes no que respeita a estas áreas e ii) instituições de investigação com trabalho nelas desenvolvido.

Neste sentido o presente projeto pretende a criação de uma plataforma tecnológica para o bem-estar e envelhecimento ativo de forma a apoiar a inovação neste âmbito e, conseqüentemente, promover o surgimento de indústrias e empresas ligadas a estas áreas. À semelhança das restantes plataformas tecnológicas e de inovação apresentadas neste plano estratégico, também a plataforma tecnológica para o bem-estar e envelhecimento ativo deverá desenvolver uma relação estreita com o Parque de Ciência e Tecnologia Brigantia Ecomarque.

O surgimento da plataforma tecnológica em questão deverá ter um impacto direto na região das Terras de Trás-os-Montes, não só no desenvolvimento da atividade económica e criação de emprego, mas também nas suas populações, dado o seu elevado índice de envelhecimento.

ATIVIDADES A DESENVOLVER

- I. Estruturação da plataforma tecnológica para o bem-estar e envelhecimento ativo
 - Estabelecimento de parcerias entre Parque de Ciência e Tecnologia de Trás-os-Montes e Alto Douro, instituições de investigação e outras instituições públicas e privadas (ex.: lares)
- II. Elaboração e realização do plano de investimentos
 - Projeção dos investimentos infraestruturais, e em equipamentos, a realizar (tendo em conta o âmbito de ação das plataformas tecnológicas)
 - Desenvolvimento e execução do plano de investimentos projetado
- III. Execução de iniciativas no âmbito das plataformas tecnológicas
 - Desenvolvimento de iniciativas de investigação e/ou inovação
 - Realização de ações de transmissão de conhecimento aos respetivos agentes económicos

CALENDARIZAÇÃO

	S1	S2	S3	S4	S5	S6	S7	S8	S9	S10	S11	S12
I.												
II.												
III.												

ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Parque de Ciência e Tecnologia Brigantia Ecoparque; Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD); Instituto Politécnico de Bragança; Entidades privadas locais; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N); Núcleo Empresarial da Região de Bragança (NERBA)

INDICADORES DE RESULTADO

- Aumento do investimento privado
- Postos de trabalho criados, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio
- Número de protocolos e/ou projetos realizados em cooperação com instituições de investigação

INVESTIMENTO ESTIMADO

3.000.000 €

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo Social Europeu (FSE)

PROJETO
ESTRATÉGICO

6| Potenciação e reforço dos meios de comunicação e acessibilidade

OBJETIVO

Promoção do transporte sustentável e superação de estrangulamentos em redes de infraestruturas chave.

ENQUADRAMENTO

Os meios de comunicação e acessibilidade são essenciais ao desenvolvimento socioeconómico de qualquer região. Relativamente à componente social, estes (meios) por via do binómio tempo/distância, influenciam não só a qualidade de vida da população residente como também a coesão social e territorial da região. Paralelamente, no que respeita à componente económica, os meios de comunicação e acessibilidade impactam, entre outros, a competitividade das empresas locais, a mobilidade profissional e a atratividade turística da região, e por conseguinte o potencial de desenvolvimento económico da região.

No caso específico da região de Terras de Trás-os-Montes os meios de comunicação e acessibilidade apresentam uma relevância acrescida dada i) a dispersão da população no território, ii) a distância entre os principais polos urbanos, iii) a progressiva redução de serviços públicos e sociais e iv) a localização geográfica da região (simultaneamente periférica, relativamente a Portugal, e limítrofe com Espanha).

Adicionalmente, o território apresenta constrangimentos significativos ao nível das condições de mobilidade, quer ao nível intra e inter-regional, quer no que diz respeito a questões infraestruturais e de serviços de transporte (ex.: transporte coletivos de passageiros).

Desta forma considera-se imperativo endereçar a temática dos meios de comunicação e acessibilidade de forma a promover a inclusão social e territorial e, simultaneamente, alavancar a atividade económica da região de Terras de Trás-os-Montes.

PROJETO COMPLEMENTAR

6.1 | Criação de rede de gestão partilhada dos transportes

OBJETIVO

Potenciar a mobilidade intrarregional no território das Terras de Trás-os-Montes.

DESCRIÇÃO

As condições de mobilidade são um dos fatores fundamentais para o desenvolvimento económico de um território, nomeadamente pela sua relevância nas atividades comerciais, turísticas e de garantia da qualidade de vida diária da população residente. Adicionalmente, na região de Terras de Trás-os-Montes, este aspeto adquire uma importância acrescida, dada a grande dispersão da população no território e a necessidade específica de deslocação aos maiores centros populacionais, nomeadamente para aceder a serviços públicos.

Para promover o desenvolvimento económico, fomentar a coesão territorial e social da região e simultaneamente reduzir os custos associados aos transportes coletivos, deverá então ser criada uma rede de gestão partilhada de transportes ao nível intrarregional, que melhore e otimize a rede de transportes coletivos atual, assim como um plano de renovação/reconversão da frota existente.

Através do diagnóstico à oferta atual de transportes coletivos entre os vários municípios da região de Terras de Trás-os-Montes, de ambas as esferas pública e privada, será possível identificar ineficiências, redundâncias e possíveis falhas na cobertura da rede. Após as referidas atividades deverão estar reunidas as condições para a estruturação de uma nova rede de transportes, que procurará integrar, a um nível operacional (ex.: horários, frota, rotas...) os diferentes operadores da região.

Complementarmente à estruturação da nova rede de transportes deverá ser implementado um projeto-piloto de transporte a pedido (serviço de transporte desencadeado pelo cliente), proporcionando desta forma i) uma maior flexibilidade no transporte e ii) um aumento de cobertura para as áreas e/ou períodos em que a oferta demonstre ser deficitária.

A referida rede e serviço de transporte a pedido, deverão privilegiar e ser desenvolvidos numa ótica integrada, isto é, a um nível intermunicipal de forma a promover a eficácia e eficiência da sua atuação no território e o desenvolvimento de economias de escala e captação de sinergias entre municípios.

Por fim, a renovação/reconversão da frota de veículos, que compõem a atual rede de transportes, constitui uma medida fundamental para não só melhorar as condições de prestação de serviços à população (ex.: ao nível do conforto), mas também para reduzir os custos estruturais decorrentes desta actividade. Neste sentido, e tendo também em conta a preocupação ambiental subjacente nas estratégias europeia, nacional e intermunicipal, deverão ser privilegiadas soluções energeticamente eficientes e com uma reduzida pegada ecológica, nomeadamente veículos movidos a gás, eletricidade e/ou híbridos.

ATIVIDADES A DESENVOLVER

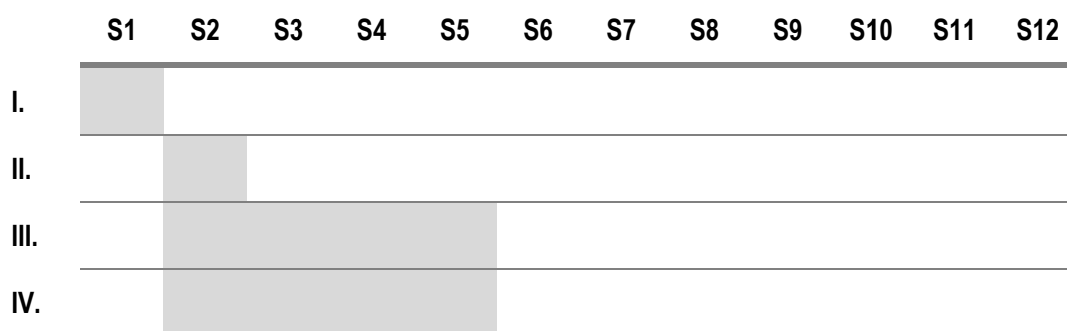
- I. Elaboração de análise à oferta atual de transportes coletivos públicos e privados na região
 - Levantamento dos agentes públicos e privados que atuam no setor
 - Identificação de rotas e cobertura atual dos transportes coletivos (públicos e privados)
 - Análise às componentes da oferta e procura neste âmbito (ex.: dados históricos)
- II. Desenvolvimento de estudo para a otimização da rede de transportes intermunicipal
 - Identificação de lacunas e constrangimentos presentes na rede atual de transportes coletivos
 - Redesenho da rede de transportes coletivos, com base nas lacunas e constrangimentos identificados
- III. Implementação do projeto-piloto de transporte a pedido

- Realização de *benchmark* a projetos similares realizados em contexto nacional e internacional
- Concepção do projeto ajustado à realidade das Terras de Trás-os-Montes
- Materialização dos investimentos necessários ao projeto-piloto (ex.: autocarros, *call center*,...)

IV. Desenvolvimento e execução do plano de renovação/reconversão da frota de veículos

- Levantamento exaustivo da frota de veículos (da rede de transportes atual)
- Identificação e priorização de áreas de atuação
- Elaboração do plano de renovação/reconversão da frota de veículos
- Aquisição de veículos, segundo plano de renovação/reconversão estabelecido

CALENDARIZAÇÃO



ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Santos; RodoNorte; Empresas locais de transporte; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N); Ministério das Infraestruturas, Transportes e Comunicações

INDICADORES DE RESULTADO

- Aumento do número de passageiros
- População das zonas rurais beneficiária de serviços melhorados
- Redução dos consumos de energia primária nas frotas de transportes coletivos
- Ganhos de tempo de transporte entre localidades nas áreas intervencionadas

INVESTIMENTO ESTIMADO

38.000.000 €

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo Social Europeu (FSE); Fundo de Coesão (FC)

PROJETO COMPLEMENTAR

6.2 | Desenvolvimento de plataforma logística do aeroporto regional de Trás-os-Montes em Bragança

OBJETIVO

Potenciar o desenvolvimento das atividades comerciais e turísticas da região através do reforço das suas infraestruturas aeroportuárias.

DESCRIÇÃO

O aeroporto regional de Trás-os-Montes em Bragança é o principal aeródromo do nordeste transmontano, podendo por isso desempenhar um papel relevante no desenvolvimento económico da região de Terras de Trás-os-Montes, nomeadamente nas suas vertentes comercial, em especial no que refere à exportação de produtos, e turística.

Neste sentido, o presente projeto pretende a concretização de um conjunto de investimentos de forma a reforçar o posicionamento do aeroporto como uma plataforma logística relevante para a região de Terras de Trás-os-Montes, nomeadamente na articulação do transporte aéreo com rodoviário e ferroviário.

Adicionalmente, no que respeita à vertente turística, os investimentos em causa pretendem também dotar o aeroporto de uma maior capacidade na receção de passageiros, reforçando assim não só a componente turística do território mas também áreas limítrofes, como Castela e Leão, na vizinha Espanha, tornando-o desta forma uma infraestrutura com relevância transfronteiriça.

O plano de investimento a concretizar, o qual já se encontra aprovado pelo Instituto Nacional de Aviação Civil, pode ser dividido em duas fases distintas, sendo que a primeira fase contempla maioritariamente intervenções de capacitação e/ou ampliação das infraestruturas atuais, designadamente:

- Ampliação e alargamento da pista atual, para as dimensões 2.300 x 45 metros;
- Edificação de dois hangares com uma área de 2.000 m²;
- Criação de terminal de passageiros com capacidade para 200 passageiros com 3.200 m²;
- Reforço da zona de estacionamento para os 12.480 m²;
- Construção de edifício para Pronto de Socorro.

A segunda fase consistirá no reforço do aeroporto com uma segunda pista nas dimensões 2.300 x 45 metros.

Paralelamente, o presente projeto deverá englobar uma vertente de promoção de forma a potenciar a sua visibilidade, quer junto de entidades do meio empresarial quer meio turístico. Esta ação deverá ser efetuada em articulação estrita com outros projetos do plano estratégico, com atuação neste âmbito, como são o caso do “1.3 Gestão, redimensionamento e desenvolvimento integrados das zonas industriais e estratégia de promoção intermunicipal” e “2.1 Criação de agência de promoção do território e dos produtos”.

ATIVIDADES A DESENVOLVER

- I. Execução do plano de investimento idealizado (primeira e segunda fase)
 - Realização das obras de previstas no plano
 - Aquisição de equipamentos necessários
- II. Realização da estratégia de promoção da plataforma logística
 - Identificação e análise de fatores de competitividade do aeródromo (recuperando possíveis análises anteriormente realizadas neste âmbito)
 - Definição de linhas de orientação e objetivos
 - Desenvolvimento de plano de promoção (iniciativas e instrumento de promoção)
- III. Execução do plano de promoção definido
 - Realização de ações e iniciativas promocionais
 - Coordenação de iniciativas no âmbito da promoção do aeródromo (ex.: com outros iniciativas/projetos,

nomeadamente presentes no presente plano estratégico)

CALENDARIZAÇÃO

	S1	S2	S3	S4	S5	S6	S7	S8	S9	S10	S11	S12	
I.	█												
II.						█							
III.							█						

ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Aeródromos Locais; Entidades privadas locais; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N); Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional; Instituto Nacional de Aviação Civil (INAC); Ministério das Infraestruturas, Transportes e Comunicações

INDICADORES DE RESULTADO

- População/empresas beneficiárias de infraestruturas criadas/melhoradas
- Ganhos de tempo de transporte para as empresas da área intervencionada
- Aumento do número de turistas
- Aumento do volume de trocas comerciais por via de infraestruturas aeroportuárias

INVESTIMENTO ESTIMADO

12.000.000 €

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo Social Europeu (FSE); Fundo de Coesão (FC)

PROJETO COMPLEMENTAR

6.3 | Eliminação de estrangulamentos nas principais infraestruturas rodoviárias

OBJETIVO

Promover a mobilidade interna e externa da região de Terras de Trás-os-Montes.

DESCRIÇÃO

Apesar de Portugal, a nível nacional, ter sido alvo, nos últimos anos, de investimentos significativos no contexto da sua rede rodoviária portuguesa, nomeadamente no que respeita às denominadas rodovias de alto rendimento, verifica-se que o território de Terras de Trás-os-Montes apresenta sérios estrangulamentos em determinadas infraestruturas rodoviárias estruturantes para a região, que impactam simultaneamente aspetos como o desenvolvimento das atividades económicas locais, a mobilidade profissional da população e a coesão social da região.

Os referidos estrangulamentos rodoviários respeitam a questões chave de mobilidade intra e inter-regional, pelo que o presente projeto deverá intervir ao nível dessas duas realidades.

No que respeita à realidade intrarregional, os principais constrangimentos da rede rodoviária verificam-se nas condições de acesso às sedes de concelho de Miranda, Mogadouro, Vimioso e Vinhais, e à sua respetiva ligação com os outros polos urbanos da região, nomeadamente Bragança.

A região de Terras de Trás-os-Montes não está dotada de infraestruturas rodoviárias, na sua globalidade, de eixos rodoviários estruturantes que permitam uma boa ligação com outras regiões, quer nacionais quer espanholas. De forma a fazer face a esta realidade, relativamente às ligações nacionais, as acessibilidades entre as cidades de Bragança – Chaves deverão ser melhoradas. No que respeita ao panorama das interligações com a vizinha Espanha deverão ser intervencionados os troços de ligação das cidades de i) Vimioso (com Alcanizes, Espanha) e ii) Miranda do Douro (através do IC5). Adicionalmente, deverá ser efetuada a interligação das redes rodoviárias de alto rendimento portuguesa e espanhola através da i) conclusão do troço da A7 e ii) continuação do troço da A4/IP2, ambos até à cidade espanhola de Puebla de Sanabria.

De notar que, as intervenções a realizar deverão privilegiar e possibilitar a criação de plataformas de caráter intermodal, como poderá ser exemplo um nó aerorodoviário nas imediações do aeródromo de Bragança, que reforce o projeto “6.2 Desenvolvimento de plataforma logística do aeroporto regional de Trás-os-Montes em Bragança”.

A superação dos principais estrangulamentos na infraestrutura rodoviária que serve o território de Terras de Trás-os-Montes, deverá ter um impacto significativo na situação económico-social da região, dado que contribuirá de forma decisiva para alavancar a sua competitividade empresarial – nomeadamente ao nível das exportações e do turismo – e promover uma maior coesão social e territorial, não só internamente como também com o resto do país e da União Europeia (em particular com as regiões limítrofes espanholas).

ATIVIDADES A DESENVOLVER

- I. Definição de plano de investimentos (intra e inter-regional)
 - Elaboração (ou recuperação) de projetos das obras rodoviárias
 - Planeamento das investimentos/intervenções a realizar
- II. Execução do plano de investimentos (intra e inter-regional)
 - Realização de obras inscritas no plano de investimentos

CALENDARIZAÇÃO

	S1	S2	S3	S4	S5	S6	S7	S8	S9	S10	S11	S12
I.												
II.												

ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N); Ministério das Infraestruturas, Transportes e Comunicações

INDICADORES DE RESULTADO

- População beneficiária das infraestruturas criadas/melhoradas
- Ganhos de tempo de transporte para as empresas da área intervencionada
- Aumento do número de turistas

INVESTIMENTO ESTIMADO

150.000.000 €

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo Social Europeu (FSE); Fundo de Coesão (FC)

PROJETO ESTRATÉGICO **7 | Promoção de uma região ambientalmente autossustentada**

OBJETIVO

Promover a sustentabilidade ambiental da região e a sua associação enquanto eco região.

ENQUADRAMENTO

As condições ambientais de excelência presentes no território das Terras de Trás-os-Montes, contribuem para uma preocupação acrescida da região no que respeita às questões relacionadas com a sustentabilidade ambiental.

No mesmo sentido, assiste-se a uma relevância crescente desta temática nas sociedades modernas, como é exemplo a União Europeia que definiu as alterações climáticas e sustentabilidade energética como um dos principais pilares da sua estratégia para 2020 (Europa 2020), com o intuito de i) reduzir as emissões de gases com efeito estufa e aumentar a ii) produção de energia a partir de fontes renováveis e iii) a eficiência energética.

Neste contexto, a região de Terras de Trás-os-Montes deverá procurar desenvolver iniciativas que enderecem as metas estabelecidas na estratégia Europa 2020 e que, simultaneamente, se traduzam em benefícios ambientais e económicos para a região.

Desta forma será possível aliar a promoção da sustentabilidade ambiental da região de Terras de Trás-os-Montes, à afirmação da sua associação enquanto eco região.

PROJETO COMPLEMENTAR

7.1 | Potenciação da produção e utilização de energias renováveis

OBJETIVO

Promover a produção de energias renováveis e a sua utilização na região das Terras de Trás-os-Montes.

DESCRIÇÃO

O território de Terras de Trás-os-Montes apresenta recursos naturais que potenciam a região na produção de energias renováveis, nomeadamente hidroelétrica e eólica, permitindo-lhe que a sustentabilidade ambiental seja uma das bandeiras do território.

Neste âmbito, o presente projeto surge no sentido de continuar a promover e potenciar a produção sustentável de energia na região, nomeadamente no que diz respeito a aspetos complementares da redução da pegada ecológica de outros projetos inseridos no plano estratégico, como o “7.2 Programa de promoção da eficiência energética em edifícios públicos”, assim como o autoabastecimento de determinadas localidades mais isoladas.

Paralelamente à promoção da eficiência energética, através da adaptação infraestrutural de edifícios públicos e/ou substituição de equipamentos, a desenvolver no âmbito do projeto anteriormente referido, o presente projeto pretende também promover a mini geração e micro geração de energia nesses mesmos edifícios (ex.: energia solar).

Adicionalmente, deverá ser contemplada uma componente de investigação, em parceria com as instituições universitárias da região, que potencie a inovação na área energética, nomeadamente através da realização de projetos-piloto e estudos, com vista à atracção de investimento nesta atividade. Neste âmbito poderão, a título de exemplo, incluir-se projetos-piloto para o estudo da i) complementaridade das energias solar e eólica (e respetivos meios de geração), ii) armazenamento de energia em ar comprimido fazendo (por exemplo) uso das minas desactivadas na região, iii) aproveitamento de recursos endógenos da região (ex.: gorduras animais e vegetais) com vista à criação de produtos para armazenamento de energia térmica por via de materiais de mudança de fase (PCM) e iv) maximização do aproveitamento energético por infraestruturas mini, micro e pico-hídricas.

Em suma, a potenciação da produção de determinadas energias renováveis permitirá, além de promover uma economia assente num baixo nível de emissões de carbono e reduzir a fatura energética municipal.

ATIVIDADES A DESENVOLVER

- I. Elaboração de plano de intervenção municipal no âmbito da utilização das energias renováveis
 - Levantamento do edificado municipal suscetível de intervenção
 - Realização de estudo de viabilidade (custo-benefício) das intervenções
- II. Execução do plano de intervenção municipal
 - Realização de intervenções previstas
 - Aquisição de equipamentos definidos
- III. Realização de projetos-piloto e estudos na área energética
 - Estabelecimento de parcerias com instituições de ensino superior
 - Atribuição de bolsas de investigação e de fundos para projetos-piloto/ estudos seleccionados

CALENDARIZAÇÃO

	S1	S2	S3	S4	S5	S6	S7	S8	S9	S10	S11	S12
I.												
II.												
III.												

ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N); Energias de Portugal (EDP); Iberdrola; Secretaria de Estado da Energia

INDICADORES DE RESULTADO

- Redução do consumo de energia primária nas administrações locais
- Diminuição estimada dos gases com efeitos de estufa
- Número de edifícios públicos a introduzir equipamentos de micro geração e mini geração

INVESTIMENTO ESTIMADO

30.000.000 €

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo de Coesão (FC); Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)

PROJETO COMPLEMENTAR

7.2 | Programa de promoção de eficiência energética em edifícios e iluminação públicos

OBJETIVO

Promover a eficiência energética do edificado municipal e respetivos equipamentos, assim como da iluminação pública

DESCRIÇÃO

A eficiência energética, quer na vertente de edificado, equipamentos e iluminação públicos, permite uma dupla eficiência na utilização de recursos – monetários e ambientais – razão pela qual tem assumido um destaque crescente na agenda europeia, dado permitir, simultaneamente, a redução da fatura energética e da pegada ecológica.

No contexto da região de Terras de Trás-os-Montes, a temática da eficiência energética adquire uma relevância adicional quando tidas em conta as grandes amplitudes térmicas verificadas na região, caracterizada por Invernos e Verões rigorosos, que obrigam a um elevado esforço energético adicional nestas épocas do ano, e consequente a uma fatura energética agravada.

Neste sentido, o presente projeto pretende intervir nos diferentes edifícios, equipamentos públicos (ex.: escolas, piscinas municipais) e iluminação pública, com o intuito de os tornar energeticamente mais eficientes. As intervenções a realizar podem ser divididas em três vertentes distintas mas complementares:

- i. Intervenções infraestruturais, nomeadamente ao nível do isolamento térmico dos edifícios (ex.: substituição de caixilharia);
- ii. Adoção de novas tecnologias, através da substituição de equipamentos e consumíveis por outros energeticamente mais eficientes (ex.: substituição dos aquecimento a gás/óleo por elétrico, substituição das lâmpadas convencionais por LED);
- iii. Introdução de mecanismos de monitorização, controlo de consumos e automatização (ex.: redução de intervenção humana).

No que respeita à componente da iluminação pública, além da adoção da tecnologia LED, deverá ser dado especial enfoque à capacitação das entidades competentes para o controlo inteligente da rede (geralmente denominado por *smart grid*), através da implementação de um sistema de manutenção/monitorização remoto e em tempo real, de forma a maximizar a eficiência energética destas estruturas.

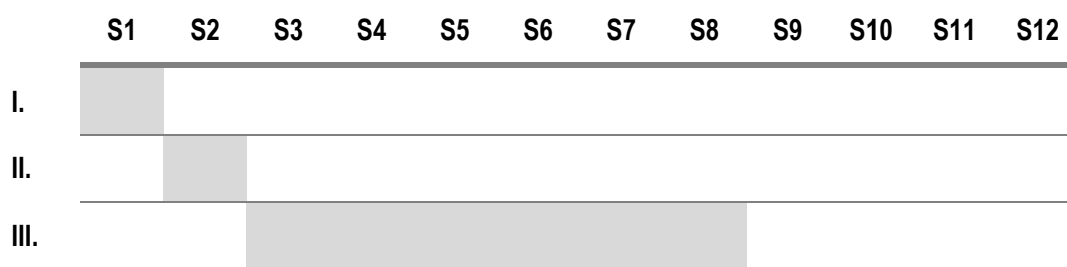
Complementarmente às medidas mencionadas, deverão ser promovidas e realizadas iniciativas (ex.: *workshops*, palestras) para a sensibilização e consciencialização da população e outras entidades do território (ex.: empresas) vocacionadas, por exemplo, para a alteração de hábitos e/ou adoção de boas práticas, no âmbito da eficiência energética.

ATIVIDADES A DESENVOLVER

- I. Realização de plano de intervenção municipal no contexto da eficiência energética
 - Desenvolvimento de diagnóstico energético do edificado e equipamentos municipais, e iluminação pública
 - Identificação de oportunidades de melhoria e respetivas propostas de intervenção
 - Realização de análise de aplicabilidade e custo-benefício das propostas de intervenção identificadas
 - Definição de medidas de racionalização dos consumos energéticos
- II. Execução do plano de intervenção municipal (edificado, equipamentos e iluminação pública)
 - Realização de intervenções estruturais e de substituição de equipamentos e/ou consumíveis

- Aplicação das medidas definidas no âmbito da racionalização dos consumos energéticos
- III. Elaboração do plano de promoção e disseminação de boas práticas no contexto da eficiência energética
- Desenvolvimento e planeamento de iniciativas no âmbito da eficiência energética
 - Realização das iniciativas de sensibilização e consciencialização para a eficiência energética

CALENDARIZAÇÃO



ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Universidade de Trás-os-Montes e Alto Tâmega (UTAD); Instituto Politécnico de Bragança (IPB); Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N)

INDICADORES DE RESULTADO

- Redução do consumo de energia primária nas administrações locais
- Proporção de edifícios municipais com classificação energética
- Número de edifícios públicos a introduzir novos equipamentos e/ou técnicas de poupança energética

INVESTIMENTO ESTIMADO

70.000.000 €

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo de Coesão (FC)

**PROJETO
ESTRATÉGICO**

8| Promoção de ensino sustentável

OBJETIVO

Promover a qualificação da população da região.

ENQUADRAMENTO

A Educação assume um lugar de destaque nos objetivos a concretizar pela União Europeia, e respetivos Estados Membros, até 2020, sendo esta um dos cinco grandes objetivos da estratégia denominada por “Europa 2020”.

No caso português, as metas associadas à temática da Educação contemplam: i) a redução da taxa de abandono escolar precoce para menos de 10% e ii) o aumento para, pelo menos, 40% a percentagem da população etária dos 30-34 anos que possui um diploma de ensino superior.

Neste sentido, importa desenvolver iniciativas que, por um lado, procurem responder às metas definidas a nível nacional e europeu, e que por outro, enderecem as necessidades específicas de cada região, e neste caso particular as de Terras de Trás-os-Montes.

Além das vertentes endereçadas pela estratégia europeia, também a vertente do ensino profissional merece a persecução de iniciativas, dado revelar constrangimentos na sua rede de estabelecimentos de ensino e respetiva oferta formativa, e desempenhar um papel particularmente relevante na região de Terras de Trás-os-Montes devido à especificidade de ofícios que nela se desempenham.

Desta forma, considera-se imperativo endereçar a temática da Educação, ao nível das três vertentes referidas: i) redução do abandono escolar precoce, ii) otimização da rede e oferta formativa (profissional) e iii) aumento das habilitações literárias da população.

PROJETO COMPLEMENTAR

8.1 | Combate ao insucesso e ao abandono escolar precoce

OBJETIVO

Promover a redução da taxa de insucesso e abandono escolar precoce.

DESCRIÇÃO

Os fenómenos de insucesso e abandono escolar impactam diretamente numa das principais alavancas do potencial de desenvolvimento económico-social de uma região – o nível de formação académica da sua população – sendo que a própria estratégia Europa 2020, os engloba e refere como metas no objetivo da temática referente à Educação.

No sentido de endereçar e contrariar os fenómenos referidos o presente projeto contempla três iniciativas base: i) dinamização do desporto escolar, ii) desenvolvimento de cursos específicos ajustados às necessidades da região e iii) criação de centro vocacional, contemplando desta forma não só um cariz preventivo mas também de proatividade na sua atuação. De forma a suportar as três iniciativas base referidas, deverá ser primeiramente elaborado um estudo diagnóstico, que procure identificar as principais causas de abandono escolar na região.

A primeira iniciativa referida, referente à dinamização do desporto escolar, deverá consistir num conjunto concertado de ações que desenvolvam e capacitem a atividade do desporto escolar nas várias instituições de ensino do território de Terras de Trás-os-Montes. Desta forma pretende-se, através da promoção do papel da escola como uma instituição de âmbito mais alargado que a vertente meramente formativa, posicionar o desporto escolar como uma ferramenta adicional de motivação dos estudantes, e conseqüentemente da sua manutenção no ambiente escolar. A título de exemplo, poderão ser desenvolvidas ações como o apoio à realização de competições desportivas (no âmbito do desporto escolar), apoio à aquisição de equipamento desportivo ou fornecimento de transporte às equipas e/ou atletas.

Por sua vez, o desenvolvimento de cursos específicos consistirá na criação de oferta formativa no território de Terras de Trás-os-Montes, ao nível universitário, com foco nas necessidades e fileiras estratégicas da região, em articulação com as respetivas instituições de ensino superior da região, nomeadamente o Instituto Politécnico de Bragança (IPB). Assim será possível ajustar a oferta formativa à procura do mercado de trabalho local, contribuindo desta forma não só para a criação de emprego como também para a fixação de população.

Adicionalmente, deverá ser criado um centro vocacional que preste serviços de orientação, desenvolvimento, aconselhamento e gestão dos percursos académicos e profissionais dos estudantes da região de Terras de Trás-os-Montes. Além desta vertente, o centro vocacional poderá desempenhar um papel de carácter relevante no combate ao abandono escolar, através da identificação e acompanhamento personalizado de alunos que sejam identificados como tendo o risco de abandonar o ambiente escolar.

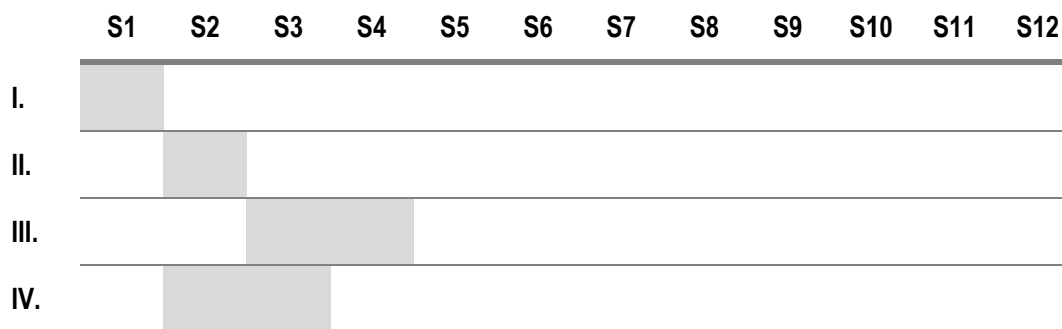
ATIVIDADES A DESENVOLVER

- I. Desenvolvimento de estudo diagnóstico do abandono escolar na região
 - Identificação das principais causas de abandono escolar na região
 - Desenho de medidas de combate às causas identificadas
- II. Realização de plano de dinamização do desporto escolar
 - Apoio operacional e financeiro à realização de competições desportivas no âmbito do desporto escolar
 - Aquisição de equipamento desportivo
- III. Desenvolvimento de oferta formativa específica
 - Análise à oferta formativa existente vs. necessidades do mercado de trabalho da região
 - Definição de cursos específicos a criar segundo conclusões da análise realizada

IV. Criação de centro vocacional

- Identificação do local e infraestrutura a receber o centro vocacional
- Desenvolvimento do plano de acompanhamento dos alunos da região

CALENDARIZAÇÃO



ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N); Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD); Instituto Politécnico de Bragança (IPB); Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional; Direção de Serviços da Região Norte

INDICADORES DE RESULTADO

- Percentagem de alunos do ensino básico apoiados pela ação social escolar que concluíram o ano letivo
- Número de alunos apoiados e diplomados no 9º ano de escolaridade, ISCED 2 e nível de qualificação 2

INVESTIMENTO ESTIMADO

2.500.000 €

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo Social Europeu (FSE)

PROJETO COMPLEMENTAR

8.2 | Rede de ensino profissional

OBJETIVO

Promover a coordenação intermunicipal da oferta formativa da região.

DESCRIÇÃO

O esvaziamento de serviços públicos sentido nos últimos anos na região de Terras de Trás-os-Montes impactou, nomeadamente, a rede de escolas presentes no território. Dado a redução significativa de estabelecimentos de ensino assistida torna-se imperativo a tomada de medidas que permitam, no caso do ensino profissional, diferenciar os diferentes estabelecimentos para que, todos e cada um, reforcem o seu papel enquanto atores de desenvolvimento e inclusão social local.

Neste sentido, o presente projeto assenta na promoção do desenvolvimento da oferta formativa da região, tendo em conta dois grandes eixos: i) a especialização dos estabelecimentos de ensino e ii) a coordenação e complementaridade ao nível do espaço da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM).

À semelhança do projeto anterior, “8.1 Combate ao insucesso e abandono escolar precoce”, o desenvolvimento da oferta formativa, dos estabelecimentos de ensino profissional, baseada na especialização dos mesmos deverá ser realizada tendo em conta as especificidades e necessidades não só da região mas dos próprios municípios (constituintes da CIM-TTM), nomeadamente no que respeita aos principais ofícios neles desenvolvidos.

Paralelamente, a reorganização da oferta formativa deverá possuir uma preocupação relativa à coordenação e complementaridade dos vários estabelecimentos e municípios, devendo, neste sentido, ser desenvolvidas iniciativas que permitam e facilitem a mobilidade dos alunos (ex.: transporte, alojamento) que, por exemplo, sejam de outros locais/municípios que não o do estabelecimento de ensino.

Desta forma, através do desenvolvimento de uma oferta formativa ajustada à realidade local e baseado numa lógica integrada e intermunicipal, será possível, simultaneamente, contribuir para a redução da taxa de abandono escolar, colmatar e responder às necessidades do mercado de trabalho local e promover a melhoria e eficiência dos serviços prestados pela administração pública na região de Terras de Trás-os-Montes.

ATIVIDADES A DESENVOLVER

- I. Realização de diagnóstico à oferta formativa da região, no âmbito do ensino profissional
 - Levantamento aos estabelecimentos de ensino profissional da região
 - Análise à oferta formativa existente vs. necessidades do mercado de trabalho da região
- II. Elaboração da reorganização da oferta formativa da região
 - Definição das áreas de especialização de cada estabelecimento de ensino
 - Identificação e implementação das iniciativas de apoio à reorganização da oferta formativa (ex.: transporte, alojamento)

CALENDARIZAÇÃO

	S1	S2	S3	S4	S5	S6	S7	S8	S9	S10	S11	S12
I.												
II.												

ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD); Instituto Politécnico de Bragança (IPB); Estabelecimentos de ensino locais; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N); Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional; Direção de Serviços da Região Norte

INDICADORES DE RESULTADO

- População das zonas rurais beneficiária de serviços melhorados
- Número de alunos abrangidos diplomados no ISCED nível de qualificação 3
- Número de alunos certificados nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais

INVESTIMENTO ESTIMADO

5.000.000 €

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo Social Europeu (FSE)

PROJETO COMPLEMENTAR

8.3 | Requalificação do parque escolar e pré-escolar

OBJETIVO

Requalificar e modernizar o parque escolar e pré-escolar da região

DESCRIÇÃO

A região de Terras de Trás-os-Montes tem sido palco de importantes transformações sociodemográficas que tiveram, e têm, impacto na racionalização de serviços públicos disponibilizados no território. A diminuição do número de crianças e jovens, e consequente redefinição do parque escolar e pré-escolar da região (através da sua centralização), ilustra uma dessas transformações. Importa por isso que o respetivo mapa escolar e pré-escolar (pós-racionalização do mesmo) disponha das condições ideais para a prática do ensino, principalmente tendo em conta o número de alunos acrescido em alguns estabelecimentos, dada a receção de alunos oriundos de escolas satélite (entretanto encerradas).

Neste âmbito, o presente projeto pretende atuar ao nível da requalificação física dos estabelecimentos de ensino (incluindo pré-escolares), no sentido de i) suprimir as situações de precariedade/degradação existentes e ii) capacitar os estabelecimentos que vêm a sua zona de influência alargada, fruto da reorganização do mapa escolar e pré-escolar anteriormente referido.

A primeira componente deverá incidir sobre os estabelecimentos (escolares e pré-escolares) que revelem situações de precariedade e/ou degradação das suas infraestruturas e/ou equipamentos (ex.: pavilhões pré-fabricados). Além da supressão das referidas conjunturas as intervenções deverão ser realizadas privilegiando um aspeto de modernização. Paralelamente, de forma a acomodar os alunos oriundos de escolas e pré-escolares encerrados e garantir o seu conforto e assistência, torna-se imperativo intervir ao nível de determinadas estruturas de apoio dos estabelecimentos sujeitos a uma maior pressão e afluência, como são exemplo cantinas e refeitórios, espaços exteriores e polivalentes e balneários, quer através da sua ampliação ou simples requalificação.

Além da importância da capacitação do parque escolar e pré-escolar, o projeto em causa permite complementar a componente educativa/pedagógica presente no projeto “8.1 Combate ao insucesso e ao abandono escolar precoce”, e assim desenvolver sinergias em torno do próprio combate ao insucesso e abandono escolar precoce.

Em suma, o projeto “Requalificação do parque escolar e pré-escolar” permitirá endereçar áreas relevantes ao desenvolvimento socioeconómico do território das Terras de Trás-os-Montes, dado permitir i) a melhoria da qualidade de ensino prestado, ii) a criação de igualdade de oportunidades para os alunos de regiões mais deprimidas e iii) a melhoria das condições que potenciam a fixação de população.

ATIVIDADES A DESENVOLVER

- I. Elaboração do plano de requalificação do parque escolar e pré-escolar
 - Levantamento dos estabelecimentos com necessidades de requalificação
 - Priorização das intervenções a realizar
- II. Execução do plano de requalificação do parque escolar e pré-escolar
 - Desenvolvimento dos projetos de suporte às intervenções a realizar
 - Realização das intervenções projetadas

CALENDARIZAÇÃO

	S1	S2	S3	S4	S5	S6	S7	S8	S9	S10	S11	S12
I.												
II.												

ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N); Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional; Direção de Serviços da Região Norte; Direcção-Geral de Estabelecimentos Escolares; Delegação Regional de Educação da Região do Norte (DGesTE)

INDICADORES DE RESULTADO

- Percentagem de alunos do ensino básico apoiados pela ação social escolar que concluíram o ano letivo
- Número de alunos apoiados e diplomados no 9º ano de escolaridade, ISCED 2 e nível de qualificação 2
- População das zonas rurais beneficiária de serviços melhorados
- Número de alunos abrangidos diplomados no ISCED nível de qualificação 3

INVESTIMENTO ESTIMADO

12.500.000 €

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo Social Europeu (FSE)

PROJETO
ESTRATÉGICO

9| Promoção da eficiência das administrações, organismos e serviços públicos

OBJETIVO

Promover a eficiência das administrações, organismos e serviços públicos

ENQUADRAMENTO

Um dos onze objetivos temáticos no qual o Quadro Estratégico Comum assenta para o período compreendido entre 2014 e 2020, respeita à melhoria da capacidade institucional e garantia de uma administração pública eficiente.

O referido objetivo temático assume uma relevância acrescida no contexto das Terras de Trás-os-Montes, devido à progressiva redução de serviços e verbas públicas que a região tem sido alvo nos últimos anos.

Neste contexto importa desenvolver iniciativas que capacitem as administrações, organismos e os próprios serviços públicos de meios (ex.: instrumentos e ferramentas) mais sofisticados, de forma a otimizar e melhorar a sua atuação no território e assim mitigar e/ou contrariar os efeitos negativos do referido esvaziamento de serviços e verbas públicas.

PROJETO COMPLEMENTAR

9.1 | Redução de custos estruturais das administrações municipais

OBJETIVO

Promover a redução de custos estruturais das administrações municipais da região.

DESCRIÇÃO

Tal como é patente nos vários projetos do plano estratégico, a atuação a uma escala intermunicipal em determinadas temáticas, possibilita a captação de um conjunto importante de vantagens e benefícios que não seriam possíveis através de uma visão e atuação meramente municipal.

No contexto da atuação integrada descrita, o presente projeto pretende endereçar a temática dos custos estruturais das administrações municipais, através por exemplo da captação de economias de escala e/ou outras sinergias, que se traduzam na sua redução efetiva.

Neste sentido, deverá ser elaborado e analisado um conjunto de iniciativas, que deverão contemplar uma atuação local (municipal) e uma dimensão global (intermunicipal) ou comum a todos os municípios da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, para sua posterior implementação.

As referidas iniciativas de redução de custos estruturais das administrações municipais, poderão atuar nas mais variadas áreas, como por exemplo:

- Agregação dos parques tecnológicos (ex.: servidores informáticos) dos vários municípios;
- Conversão do parque tecnológico, na vertente *software* (na sua maioria composto por *software* proprietário), para soluções de licença livre (ou seja, sem custos);
- Negociação (e renegociação) de contratos a nível intermunicipal (ex.: telecomunicações);
- Desmaterialização de processos (que decorram da atividade municipal) através da aposta em serviços *online*;
- ...

A redução de custos estruturais das administrações municipais pretendida permitirá por uma lado garantir uma administração pública (ao nível municipal) eficiente e por outro melhorar a sua capacidade institucional, através da canalização das poupanças conseguidas para outras necessidades da região.

ATIVIDADES A DESENVOLVER

- I. Realização de análise aos custos das administrações municipais
 - Levantamento de custos estruturais
 - Identificação de rúbricas comuns entre os vários municípios da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes
- II. Desenvolvimento de plano de redução de custos estruturais das administrações municipais
 - Definição de medidas com vista à redução de custos estruturais das administrações municipais
 - Análise comparativa entre potencial de poupança e necessidades de investimento das medidas definidas
 - Seleção e priorização das medidas a realizar
- III. Execução do plano redução de custos estruturais das administrações municipais
 - Realização das medidas selecionadas (ex.: aquisição de equipamentos)

CALENDARIZAÇÃO

	S1	S2	S3	S4	S5	S6	S7	S8	S9	S10	S11	S12
I.												
II.												
III.												

ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N)

INVESTIMENTO ESTIMADO

- Redução de custo estruturais nas administrações municipais
- Número de instituições envolvidas nas iniciativas de redução dos custos de estruturais das administrações públicas
- Percentagem de câmaras municipais que disponibilizam o preenchimento e submissão de formulários na Internet
- Percentagem de indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que preencheram e enviaram pela Internet impressos ou formulários oficiais nos últimos 12 meses

INVESTIMENTO ESTIMADO

200.000 €

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo Social Europeu (FSE)

PROJETO COMPLEMENTAR

9.2 | Criação de Observatório Económico-Social

OBJETIVO

Promover o autoconhecimento da realidade socioeconómico da região.

DESCRIÇÃO

O acesso a informação e conhecimento é uma condição indispensável ao fundamento de qualquer tomada de decisão, principalmente quando consideradas temáticas tão mutáveis e dinâmicas quanto a realidade socioeconómica de uma região. Torna-se portanto imperativo capacitar a região de Terras de Trás-os-Montes de instrumentos e ferramentas que possibilitem o seu autoconhecimento ao nível dos fenómenos socioeconómicos, e que por conseguinte apoiem o processo de tomada de decisão dos diferentes atores da região.

Neste sentido, deverá ser criado o Observatório Económico-Social do território de Terras de Trás-os-Montes, que consistirá numa estrutura responsável pela recolha, tratamento, sistematização e divulgação de informação relativa à realidade socioeconómica da região. Além do benefício direto decorrente do maior fluxo de informação gerado, o cariz regional e especializado desta estrutura apresenta outras vantagens, como por exemplo, a possibilidade de i) realizar análises mais aprofundadas, direcionadas e focadas nas especificidades da realidade da Comunidade Intermunicipal, e de cada um dos seus municípios, que as habitualmente realizadas, e ii) efetuar uma monitorização e acompanhamento pró-ativo da evolução socioeconómica da região.

A vertente operacional do Observatório Económico-Social ficará a cargo do Instituto Politécnico de Bragança (IPB), no entanto deverão ser realizadas parcerias com outras entidades locais (ex.: associações de desenvolvimento empresarial), de forma a maximizar a abrangência, no que respeita à recolha, da informação socioeconómica sobre a região.

Em suma, a criação do Observatório Económico-Social contribuirá de forma decisiva para uma tomada de decisão mais eficaz por parte das várias entidades com atuação na região, e em particular das instituições municipais e intermunicipais, promovendo assim não só a melhoria da capacidade institucional mas também uma alocação de recursos mais eficiente.

ATIVIDADES A DESENVOLVER

- I. Estruturação e desenvolvimento do Observatório Económico-Social
 - Definição do modelo organizacional e operacional do observatório
 - Elaboração de protocolo com Instituto Politécnico de Bragança para operacionalização do observatório
 - Realização de parcerias com entidades chave (ex.: associações de desenvolvimento empresarial)
- II. Realização de estudos relativos à realidade socioeconómica da região
 - Recolha de informação socioeconómica da região
 - Tratamento e sistematização da informação recolhida
 - Divulgação dos resultados dos estudos realizados aos diversos atores da região (ex.: Câmaras Municipais)

CALENDARIZAÇÃO

	S1	S2	S3	S4	S5	S6	S7	S8	S9	S10	S11	S12
I.												
II.												

ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD); Instituto Politécnico de Bragança (IPB); Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N); Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional; Direção Regional de Economia do Norte

INDICADORES DE RESULTADO

- Número de publicações científicas indexadas, ponderado por fator de impacto
- Produção de conteúdos relevantes com impacto transformador nos domínios socioeconómicos da região
- Número de protocolos de cooperação realizados com entidades privadas

INVESTIMENTO ESTIMADO

100.000 €

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo Social Europeu (FSE)

PROJETO COMPLEMENTAR

9.3 | Gestão partilhada de meios da proteção civil

OBJETIVO

Promover a articulação intermunicipal para a gestão e aquisição de meios necessários à atividade da Proteção Civil.

DESCRIÇÃO

A região de Terras de Trás-os-Montes apresenta uma relevante mancha florestal no seu território, com um elevado potencial económico, que merece especial atenção no que refere à prevenção e resolução de situações de incêndio.

Neste contexto, considera-se imperativo gerir de forma partilhada e integrada os meios de proteção civil no espaço da Comunidade Intermunicipal, através da criação de uma plataforma de coordenação e gestão partilhada de equipamentos no âmbito da prevenção e combate a incêndios (rede primária de combate a incêndios), assim como reforçar os meios e equipamentos atualmente existentes.

A criação desta plataforma intermunicipal permitirá não só a otimização operacional na gestão dos recursos, que se refletirá, por exemplo, numa maior capacidade de resposta às referidas situações, mas também uma otimização dos recursos financeiros associados aos mesmos, através da captação de sinergias e economias de escala de âmbito supramunicipal (ex.: manutenção de equipamentos).

Além do âmbito florestal, o qual deve ser articulado com o projeto “4.4 Levantamento, ordenamento, valorização e gestão florestal”, a plataforma deverá abranger outros aspetos da atuação da Proteção Civil, como o combate a incêndios em espaço urbano (ex.: edifícios).

ATIVIDADES A DESENVOLVER

- I. Estruturação e desenvolvimento da plataforma de gestão partilhada de meios
 - Definição do modelo organizacional e operacional da plataforma
 - Estabelecimento de parcerias/acordos entre as entidades identificadas
- II. Definição de plano de investimentos de equipamentos e meios no âmbito de atuação da Proteção Civil
 - Levantamento do parque de equipamentos da região
 - Identificação de constrangimentos e necessidades
- III. Execução do plano de investimentos
 - Priorização de investimentos a realizar
 - Aquisição de equipamentos e meios no âmbito de atuação da Proteção Civil

CALENDARIZAÇÃO

	S1	S2	S3	S4	S5	S6	S7	S8	S9	S10	S11	S12
I.												
II.												
III.												

ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N); Proteção Civil e outras entidades neste âmbito

INDICADORES DE RESULTADO

- População das zonas rurais beneficiária de serviços melhorados

INVESTIMENTO ESTIMADO

200.000 €

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo Social Europeu (FSE)

PROJETO COMPLEMENTAR

9.4 | Desenvolvimento de sistema de informação geográfica

OBJETIVO

Capacitar a região de um sistema de informação geográfica.

DESCRIÇÃO

A maioria da atividade municipal tem direta ou indiretamente repercussões espaciais, pelo que é crucial dispor de conhecimento aprofundado e integrado acerca do respetivo território, de forma a suportar uma gestão municipal mais eficaz e conseqüentemente uma desenvolvimento do território mais sustentável.

No sentido de endereçar a temática exposta, o presente projeto pretende capacitar a administração local de um conjunto de ferramentas de análise e gestão territorial mais sofisticadas, através do desenvolvimento e implementação de um sistema de informação geográfica (SIG) em cada um dos municípios constituintes da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes. No entanto, além desta vertente municipal deverá ser tida em consideração a integração dos vários sistemas no espaço intermunicipal.

Os SIG são infraestruturas tecnológica que, através do mapeamento digital de um território, nas suas mais diversas vertentes (ex.: georreferenciação das infraestruturas, equipamentos...), permitem a gestão, produção/representação e distribuição de uma vasta gama de informação geográfica. Deste modo, o desenvolvimento do SIG permitirá às instituições de poder local deter um conhecimento real e permanentemente atualizado dos aspetos georreferenciáveis da região, e assim desenvolver um ordenamento do território mais rigoroso e tomar medidas mais eficientes e eficazes.

Além da componente de capacitação das instituições públicas, o SIG contempla uma importante componente de aproximação destas à população e outras entidades locais, dado possibilitar o acesso e a consulta das diversas informações de carácter geográfico aos munícipes (ex.: Planos Municipais de Ordenamento do Território), nomeadamente através da Internet.

Em suma, o projeto em causa trará, simultaneamente, aos órgãos de decisão públicos e agentes económicos privados conhecimento indispensável à sua atividade, potenciando desta forma o aproveitamento e desenvolvimento socioeconómico da região de Terras de Trás-os-Montes.

ATIVIDADES A DESENVOLVER

- I. Desenvolvimento do sistema de informação geográfica (SIG)
 - Elaboração de caderno de encargos e respetivo concurso público
 - Seleção de fornecedor responsável pelo desenvolvimento e manutenção do SIG
- II. Disponibilização do sistema de informação geográfica (ao público)
 - Elaboração de portal na Internet
 - Disponibilização de informação de carácter geográfico

CALENDARIZAÇÃO

	S1	S2	S3	S4	S5	S6	S7	S8	S9	S10	S11	S12
I.												
II.												

ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Instituto Politécnico de Bragança (IPB); Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N)

INDICADORES DE RESULTADO

- Superfície em que a gestão do espaço rural é praticada com êxito, contribuindo para o ordenamento do território

INVESTIMENTO ESTIMADO

100.000 €

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo Social Europeu (FSE)

PROJETO COMPLEMENTAR

9.5 | Prolongamento, renovação e gestão integrada das redes de abastecimento de água e saneamento

OBJETIVO

Melhorar os níveis de qualidade de serviço dos sistemas de abastecimento de água e saneamento da região, através da requalificação da rede e do alargamento da sua cobertura

DESCRIÇÃO

A acessibilidade a serviços de abastecimento de água e saneamento é percebida como uma realidade adquirida para a generalidade dos cidadãos portugueses. No entanto, o território das Terras de Trás-os-Montes depara-se ainda com alguns casos onde os serviços descritos não são uma realidade na sua plenitude, principalmente nos municípios de Alfândega da Fé e Vinhais. Ademais, uma parte significativa das atuais infra-estruturas das redes de abastecimento de água e saneamento da região, apresentam necessidades de renovação, devido a alguns sintomas de degradação, e/ou revelam o uso de materiais ultrapassados (ex.: fibrocimento).

Neste âmbito, tendo em conta os constrangimentos descritos, uma primeira vertente do presente projeto respeita maioritariamente a intervenções físicas nas redes de abastecimento de água e saneamento em baixa, a dois níveis distintos: prolongamento e renovação.

Relativamente à componente de prolongamento, esta incidirá primordialmente nos municípios de Alfândega da Fé e Vinhais, dado estes deterem os piores registos do território de Terras de Trás-os-Montes na acessibilidade física aos serviços de abastecimento de água e saneamento: 58% e 85%⁵ (respetivamente) em ambos os serviços, segundo a Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos. Além destes dois municípios deverá atender-se às localidades na região que, por exemplo devido ao seu isolamento geográfico, não dispõem de acesso às redes públicas de abastecimento de água e saneamento.

Por outro lado, deverá ser encetada a renovação das infra-estruturas do serviço de distribuição de água e saneamento que apresentem necessidades de intervenção, quer por sintomas de degradação quer por uso de materiais ultrapassados. Neste âmbito incluir-se-ão, entre outros, a renovação de tubagens, reabilitação de condutas e melhoramento/adequação da capacidade de captação e tratamento de água. Além das questões de ordem técnica pretende-se com estas (e outras) iniciativas atingir um conjunto de resultados relevantes, como: i) a redução do volume de perdas (de água) da rede, ii) a minimização de avarias e outras ocorrências na rede, iii) a diminuição da percentagem de água no sistema que não é faturada, iv) a melhoria da qualidade das massas de água e proteção do ambiente e v) a melhoria da qualidade e sustentabilidade dos serviços prestados aos utentes.

No que respeita à segunda vertente do presente projeto deverá ser contemplada a possibilidade de constituição de uma entidade de gestão de base regional, para o espaço da CIM Terras de Trás-os-Montes, a integrar na empresa intermunicipal Resíduos do Nordeste, que seja não só responsável pela operacionalização do plano conjunto de prolongamento e renovação das redes (acima descrito) mas também pela gestão eficiente de recursos e dos ativos associados à atividade das redes de abastecimento de água e saneamento.

Em suma, o projeto descrito apresenta uma relevância significativa para a região dado os serviços públicos de carácter estrutural em causa. A sua prossecução terá a capacidade de influenciar positiva e determinantemente várias dimensões – económicas, ambientais e sociais – da realidade do território das Terras de Trás-os-Montes.

ATIVIDADES A DESENVOLVER

- I. Elaboração de estudo diagnóstico da cobertura e estado das redes de abastecimento de água e saneamento

⁵ Percentagem do número total de alojamentos localizados para os quais as infraestruturas do serviço de distribuição de água (abastecimento e saneamento) se encontram disponíveis

- Levantamento das redes de abastecimento de água e saneamento do território (da CIM TTM)
 - Identificação de situações críticas nas redes atuais
- II. Desenvolvimento e execução do plano de prolongamento e renovação das redes de abastecimento de água e saneamento
- Definição e priorização das intervenções de prolongamento e expansão a realizar
 - Realização das intervenções estabelecidas
- III. Constituição de entidade de gestão de base regional para as redes de abastecimento de água e saneamento
- Definição do âmbito de ação da entidade
 - Desenvolvimento do modelo organizacional e operacional da entidade

CALENDARIZAÇÃO

	S1	S2	S3	S4	S5	S6	S7	S8	S9	S10	S11	S12
I.												
II.												
III.												

ENTIDADES A ENVOLVER

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes; Câmaras Municipais; Resíduos do Nordeste; Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR)

INDICADORES DE RESULTADO

- População beneficiária das intervenções realizadas e serviços prestados
- Superfície em que a gestão das redes de abastecimento de água e saneamento é praticada com êxito, contribuindo para a qualidade da água e dos solos

INVESTIMENTO ESTIMADO

400.000 €

FUNDOS ENVOLVIDOS

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo Social Europeu (FSE)

4.2. Mapeamento entre os projetos estratégicos, os objetivos temáticos do Quadro Estratégico Comum e os EDE

		Objetivos Temáticos no âmbito do Quadro Estratégico Comum										
		Reforço da investigação, desempenho tecnológico e inovação	Melhoria de acesso, uso e qualidade das tecnologias de informação e comunicação	Aumento da competitividade das PME	Investimento na educação, competências e aprendizagem ao longo da vida	Melhoria da capacidade institucional e garantia de uma administração pública eficiente	Apoio na mudança para uma economia de baixo carbono em todos os setores	Promoção da adaptação à mudança climática e prevenção e gestão de riscos	Proteção do ambiente e promoção da eficiência nos recursos	Promoção do transporte sustentável e superação de estrangulamentos em redes de infraestruturas chave	Promoção de emprego e apoio à mobilidade profissional	Promoção da inclusão social e combate à pobreza
PROGRAMAS ESTRATÉGICOS	1 Melhoria da rede de infraestruturas e de serviços de apoio às empresas											
	2 Promoção do território e oferta endógena											
	3 Valorização e preservação do património e recursos naturais											
	4 Otimização dos recursos de exploração agropecuária, florestal, cinegética e piscícola											
	5 Apoio à inclusão social											
	6 Potenciação e reforço dos meios de comunicação e acessibilidades											
	7 Promoção de uma região ambientalmente autossustentada											
	8 Promoção de ensino sustentável											
	9 Promoção da eficiência das administrações e organismos públicos											

Quadro 18. Mapeamento entre os Programas Estratégicos e os Objetivos Temáticos no âmbito do Quadro Estratégico Comum e os Eixos de Desenvolvimento Estratégicos

5. Anexos

5.1. Caracterização dos municípios das Terras de Trás-os-Montes com a identificação dos projetos municipais 2014-2020

MUNICÍPIO: Alfândega da Fé	
Perfil	Mapa do município
Presidência (2013-2017)	Berta Nunes
Área total	321,95 Km ²
População	4.979
Densidade populacional	15,5
Fundação do município	1294
Região (NUTS II)	Norte
Sub-região (NUTS III)	Terras de Trás-os-Montes
<p>Freguesias do Concelho de ALFÂNDEGA DA FÉ <small>Mapa e nomenclatura atualizados em 2013</small></p>	
Caracterização geográfica	
Freguesias	<ul style="list-style-type: none"> • Agrobom, Saldonha e Vale Pereiro • Alfândega da Fé • Cerejais • Eucísia, Gouveia e Valverde • Ferradosa e Sendim da Serra • Gebelim e Soeima • Parada e Sendim da Ribeira • Pombal e Vales • Sambade • Vilar Chão • Vilarelhos • Vilares de Vilarça
Geminações	<ul style="list-style-type: none"> • Medina de Rioseco, Castela e Leão (Espanha)
Limitações territoriais	<ul style="list-style-type: none"> • Norte: Serra de Bornes • Sul: Vale do Rio Sabor • Este: Planalto de Castro Vicente • Oeste: Vale da Vilarça

MUNICÍPIO: Mogadouro

Perfil

Presidência (2013-2017)	Francisco Guimarães
Área total	757,98 Km ²
População	9.341
Densidade populacional	12,3
Fundação do município	1272
Região (NUTS II)	Norte
Sub-região (NUTS III)	Terras de Trás-os-Montes

Mapa do município



Caracterização geográfica

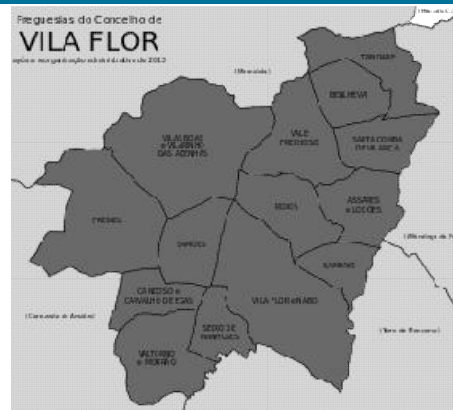
Freguesias	<ul style="list-style-type: none"> • Azinhoso • Bemposta • Bruçó • Brunhoso • Brunhozinho, Castanheira e Sanhoane • Castelo Branco • Castro Vicente • Meirinhos • Mogadouro, Valverde, Vale de Porco e Vilar de Rei • Paradela • Penas Róias 	<ul style="list-style-type: none"> • Peredo da Bemposta • Remondes e Soutelo • Saldanha • São Martinho do Peso • Tó • Travanca • Urrós • Vale da Madre • Vila de Ala • Vilarinho dos Galegos e Ventozelo
Geminações	<ul style="list-style-type: none"> • Ploumagoar, Bretanhã, França 	
Limitações territoriais	<ul style="list-style-type: none"> • Norte: Macedo de Cavaleiros e Vimioso • Sul: Freixo de Espada à Cinta e Torre de Moncorvo • Oeste: Alfândega da fé • Nordeste: Miranda do Douro • Sueste: Espanha 	

MUNICÍPIO: Vila Flor

Perfil

Presidência (2013-2017)	Fernando Barros
Área total	265,52 Km ²
População	6.584
Densidade populacional	24,8
Fundação do município	1286
Região (NUTS II)	Norte
Sub-região (NUTS III)	Terras de Trás-os-Montes

Mapa do município



Caracterização geográfica

Freguesias	<ul style="list-style-type: none"> • Assares e Lodões • Benlhevai • Candoso e Carvalho de Egas • Freixiel • Roios • Samões • Sampaio 	<ul style="list-style-type: none"> • Santa Comba da Vilarça • Seixo de Manhoses • Trindade • Vale Frechoso • Valtorno e Mourão • Vila Flor e Nabo • Vilas Boas e Vilarinho das Azenhas
Geminações	<ul style="list-style-type: none"> • Santa Maria del Páramo 	
Limitações territoriais	<ul style="list-style-type: none"> • Norte: Mirandela (rio Tua) • Nordeste: Macedo de Cavaleiros • Este: Alfândega da Fé • Sudeste: Torre de Moncorvo • Oeste: Carrazeda de Ansiães 	

MUNICÍPIO: Vimioso

Perfil

Presidência (2013-2017)	António Martins
Área total	481,47 Km ²
População	4.564
Densidade populacional	9,5
Fundação do município	1516
Região (NUTS II)	Norte
Sub-região (NUTS III)	Terras de Trás-os-Montes

Mapa do município



Caracterização geográfica

Freguesias	<ul style="list-style-type: none"> • Argoso, Campo de Víboras e Uva • Argoselo • Caçarelhos e Angueira • Carção • Matela 	<ul style="list-style-type: none"> • Pinelo • Santulhão • Vale de Frades e Avelanoso • Vilar Seco • Vimioso
Geminações	<ul style="list-style-type: none"> • Tulle, França (Bombeiros Voluntários de Vimioso) 	
Limitações territoriais	<ul style="list-style-type: none"> • Norte: Alcanizes (Espanha) • Sul: Mogadouro • Oeste: Macedo de Cavaleiros • Leste: Miranda do Douro • Noroeste: Bragança 	

MUNICÍPIO: Vinhais

Perfil

Mapa do município

Presidência (2013-2017)	Américo Pereira
Área total	694,68 Km ²
População	8.858
Densidade populacional	12,7
Fundação do município	1253
Região (NUTS II)	Norte
Sub-região (NUTS III)	Terras de Trás-os-Montes



Caracterização geográfica

Freguesias	<ul style="list-style-type: none"> • Agrochão • Candedo • Celas • Curopos e Vale de Janeiro • Edral • Edrosa • Ervedosa • Moimenta e Montouto • Nunes e Ousilhão • Paçó • Penhas Juntas • Quirás e Pinheiro Novo • Rebordelo 	<ul style="list-style-type: none"> • Santalha • Sobreiró de Baixo e Alvaredos • Soeira, Fresulfe e Mofreita • Travanca e Santa Cruz • Tuizelo • Vale das Fontes • Vila Boa de Ousilhão • Vila Verde • Vilar de Lomba e São Jomil • Vilar de Ossos • Vilar de Peregrinos • Vilar Seco de Lomba • Vinhais
Geminações	<ul style="list-style-type: none"> • N/ a 	
Limitações territoriais	<ul style="list-style-type: none"> • Norte: Espanha, Valpaços e Chaves • Sul: Macedo de Cavaleiros e Mirandela • Oeste: Espanha • Leste: Bragança 	

5.1. Projetos individuais dos Municípios da CIM-TTM

Município de Alfândega da Fé

- Alargamento do **regadio da barragem de Santa Justa**;
- **Apoio às empresas e empresários** na criação de produtos inovadores com base nos produtos endógenos;
- **Apoio às famílias carenciadas** em especial as que têm crianças;
- **Aproveitamento de energia eólica** na Serra de Bornes;
- **Criação de incubadora de empresas** e espaço *co-working*;
- Criação de um **museu de Arte Sacra**;
- Criação do **regadio do Planalto de Vilarchão-Parada**;
- Disponibilização de **acesso gratuito à internet** na vila e freguesias do concelho;
- Formação de **agricultores**;
- Formação de **guias turísticos**.
- **Melhoria da eficiência energética** dos edifícios públicos do concelho;
- Modernização e **alargamento da zona industrial**;
- **Promoção do envelhecimento ativo** e trabalhar para atingir os objetivos das comunidades amigas dos idosos;
- **Recuperação da envolvente á igreja Matriz** de Sambade (imóvel classificado);
- **Recuperação da escola pré primária** para escola de música;
- Recuperação da **Torre do Relógio**;
- **Reforço da barragem** da Estevinha;
- **Requalificação da escola EB2,3S**;
- Requalificação do **posto de turismo**;
- Rota das **pinturas murais**;
- **Substituição de iluminação pública por luzes led** e substituição dos carros atuais da câmara por carros movidos a eletricidade;
- **Transformação do caminho rural cabreira Picões numa estrada de paisagem com miradouro** sobre a albufeira do Sabor com recuperação da escola de Picões para centro de memória das áreas submersas pela albufeira.

Município de Bragança

- **Ampliação da zona industrial das Cantarias** (investimento de 5M€), com 30 hectares e 46 lotes para instalação de empresas;
- Candidatura à Unesco para criação da **Reserva da Biosfera Transfronteiriça**;
- Construção de **novas instalações para a Escola Superior de Saúde**;
- Construção do **Parque de Ciência e Tecnologia** (investimento de 9M€) para fixar empresas tecnológicas de baixo impacto ambiental;
- Criação de **ecopista no canal ferroviário** (recuperação de todo o canal de ferrovia);
- Criação de uma **Unidade Logística, no Aeródromo Municipal**, vocacionada para a distribuição;
- Criação de um **Centro Ibérico de Biodiversidade**;
- Desenvolvimento da **rede de banda larga rural**;
- Evolução do Aeródromo Municipal de Bragança para **Aeroporto Regional**;
- Instalação de **incubadora de empresas**;
- Potencial **criação de uma estação de biomassa**;
- **Prolongamento do IP2 para Norte**, entre Bragança e Puebla de Sanábria, permitindo a construção de um corredor multimodal.

Município de Macedo de Cavaleiros

- **Acesso rodoviário à Albufeira do Azibo** por Vale de Prados;
- **Conclusão das infraestruturas da zona industrial** e alargamento;
- Construção da **mini hídrica do Azibo**;
- **Construção de um cais acostável e piscinas flutuantes** em Vale de Prados;
- Criação de um “**porto seco**”;
- **Criação de um Office Center** como incubadora de empresas;
- **Criação de um parque de campismo**, em local a definir;
- Criação do **Geoparque Terras de Cavaleiros**;
- Criação e promoção do **Ecocampo de Golfe do Azibo**.
- **Dinamização da indústria agroalimentar**, através do fomento à criação de cozinhas regionais e elevação dos produtos endógenos;
- Execução de **Parque da Cidade**;
- **Extensão da internet a todo o concelho** através de postos *wireless*;
- Feira das **atividades agrícolas**;
- **Implementação de sinalização turística** “Terras de Cavaleiros”;
- **Implementação de sinalética vertical e horizontal** em todo o concelho;
- **Implementação do regadio** na zona nascente;
- **Promoção da eficiência energética** e ambiental nomeadamente com a substituição de coberturas no mercado municipal, no bairro de São Francisco, no pavilhão gimnodesportivo e nas naves do parque municipal de exposições;
- **Promoção de Eco-Resorts** na envolvência da Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo
- **Reconversão e remodelação da antiga residência de estudantes** num centro de formação e conferências;
- **Requalificação da extinta Linha do Tua**, transformando-a em vias cicláveis (ecopista), com requalificação de património público (ex.: hotéis rurais) e construção de picadeiro coberto em Grijó;
- **Revitalização do mundo rural** com a criação do conceito “Aldeias de Cavaleiros”.

Município de Miranda do Douro

- **Captações, reserva e abastecimento de água** em vários pontos do concelho;
- Construção de **áreas industriais** no concelho;
- Construção de **centro geriátrico com várias valências**;
- Construção de **instalações que permitam potenciar a venda de produtos endógenos** da região;
- Construção e requalificação de **bairros sociais**;
- Criação da **ciclovia do Sabor**;
- Criação de **centro de certificação de produtos regionais**.
- Criação de **incubadora de empresas** (rede ecocitras);
- Criação de **núcleo de investigação** e desenvolvimento em indústrias criativas;
- Criação de **redes wireless**;
- Criação de um **parque desporto aventura**;
- Criação de um **sistema de controlo de qualidades** e qualidades de água do concelho;
- Criação de um **Matadouro Intermunicipal**;
- Criação de **unidade de sequestro de carbono**.
- Dinamização de **rede de cuidados paliativos**;
- ETAs;
- Melhoramento de **ETARs**;
- Potenciação da **eficiência energética em edifícios públicos** e transformação do parque urbano do rio Fresno;
- Potenciação de **parceria SAMA**, Gestão de redes e licenciamento de *softwares*;
- Projeto de **promoção e formação em Língua Mirandesa**;
- Reforço da **captação e capacidade de distribuição** de água a vários pontos do concelho.
- Requalificação de **piscina coberta** (eficiência energética);
- Requalificação de **Piscinas Municipais** (Miranda e Sendim);
- Requalificação do **centro cultural ou construção de um novo**;
- Requalificação do **Posto zootécnico de Malhadas**;
- Toponímia no concelho e **criação de rotas**.

Município de Mirandela

- **Aproveitamento Hidroagrícola** do Planalto Noroeste Mirandense;
- **Concretização do Plano de Mobilidade Sustentável** de Mirandela;
- Construção de instalações para a **ESPROARTE - Escola Profissional de Artes de Mirandela**;
- Criação da **Escola de Hotelaria e Turismo de Mirandela**;
- Criação da **residência de estudantes Secundário/ Universitário**;
- Criação de um **centro Cívico e Comunitário**;
- Criação de um gabinete de Inserção Profissional;
- Criação de uma **cooperativa social**;
- Criação de uma **plataforma de interoperabilidade de serviços, comércio e turismo** – InovaService;
- Criação de uma rede de Acolhimento de Vítimas de Violência Doméstica;
- Criação de um **Plano Municipal de Educação Ambiental**;
- Criação de uma **incubadora de base local** – tuaStart;
- Criação de uma **Plataforma Agroalimentar** (Rede Ecocitras);
- Criação de uma **rede de Núcleos Museológicos Rurais**;
- Criação do **centro de competências Científico-Tecnológico do Azeite**;
- Criação do Parque Desportivo Urbano;
- **Expansão da zona industrial** de Mirandela;
- Implementação de **gabinetes de Apoio ao Município descentralizados**;
- Implementação de um **Arquivo Bibliográfico Transmontano-Duriense**;
- Implementação de uma rede Municipal de Cuidados Domiciliários e Paliativos;
- Implementação de uma Universidade Sénior;
- Implementação do projeto da **Barragem da Serrinha e Rede de Rega do Navalho**;
- Implementação da rede Municipal de Casas Oficina;
- Programa Municipal de Combate à Infoexclusão;
- **Reabilitação do Parque Escolar** de Ensino Básico e Secundário;
- Rede de Intermunicipal de Partilha de Serviços de Saúde – incluindo rede pública e privada de prestação de cuidados de saúde;

- **Regeneração e reabilitação urbana do Centro Histórico de Mirandela;**
- **Requalificação da margem do Rio Tua a jusante da Ponte Açude;**
- **Requalificação do Complexo Cultural de Mirandela;**
- **Requalificação do Complexo Industrial do Cachão;**
- **Requalificação e valorização da Estação da CP e envolvente;**
- **Revitalização e reabilitação das estruturas ecológicas ribeirinhas;**
- **Valorização da Biodiversidade Urbana – Apiários Urbanos e Centros de Interpretação Ambiental: Apícola, Ribeirinho.**

Município de Mogadouro

- Criação de um **centro de interpretação do Mundo Rural**;
- Criação do **mercado Municipal** (direcionado para produtos endógenos) no local da cantina escolar e integração com parque do agrupamento escolar;
- Criação do **Parque Ambiental de Mogadouro**;
- Instalação de um **pavilhão multiusos adjacente ao Parque de Exposições** (área de 5000m² com 3 pavilhões com capacidade para 800 pessoas);
- Ligação do **IC5 à zona industrial e ampliação da zona industrial**;
- Possível criação de **incubadora de empresas**;
- **Remodelação do bairro social** Fundo Fomento Habitação;
- Requalificação das **escolas primárias**;
- Substituição de iluminação pública por **iluminação led**;
- Transformação de **antigas escolas primárias (estado novo) em centros de convívio sénior** com equipamento para comunicação através da *internet* (ex.: skype).

Município de Vila Flor

- Criação de um **Núcleo de Acolhimento e Incubação de Empresas** através da **Remodelação do Mercado Municipal de Vila Flor**;
- Criação de um **parque de acolhimento empresarial / zona Industrial**;
- Criação do **Centro de Arte Graça Morais**;
- Criação do **Núcleo Interpretativo e Museológico do Cabeço da Mina em Assares**;
- Criação do **Parque Biológico e Ambiental e Requalificação do Parque de Campismo de Peneireiro**;
- Intervenção de **sustentabilidade das Piscinas Municipais cobertas** na melhoria da Eficiência Energética;
- Qualificação do **sistema de abastecimento e distribuição de água** no concelho;
- Remodelação e Requalificação do **Edifício dos Paços do Concelho de Vila Flor**;
- Renovação do **Museu da Dra. Berta Cabral** e Integração do **Acervo Documental Noticioso na Biblioteca Municipal de Vila Flor**;
- Requalificação do **Centro Cultural de Vila Flor**.
- **Requalificação do Polo Escolar** (1º ciclo do ensino básico e pré –escolar) de Vila Flor
- Requalificação urbana e mobilidade da **Praça da República**

Município de Vimioso

- Abertura de furos para **captação de água sulfurosa para as Termas;**
- **Apoio às explorações agrícolas** através da eletrificação e caminhos agrícolas;
- **Beneficiação da Zona Industrial** com criação de incubadora de empresas e reforço aos S.I.;

- Beneficiação dos **acessos ao Parque Ambiental e às Termas;**
- **Centro de mostra e degustação de carne** das raças autóctones;
- **Complexo hoteleiro** termal;
- **Construção da Barragem da Alameda** (Santulhão) para regadio;
- Construção de acessibilidades para ligação à auto-estrada **A4;**
- **Construção de uma mini-hídrica** no Rio Angueira (Algozo);
- **Continuação do Parque de Campismo** – 2ª Fase – com complexo de desportos de Verão;

- Criação da **Rota do Judaísmo;**
- Criação de um centro de desportos motorizados **Todo o Terreno;**
- Criação do parque mineiro de Argozelo/Museu ao ar livre e **integração na rota europeia do volfrâmio;**

- Dinamização da **Unidade Domiciliária de Cuidados Paliativos;**
- **Dinamização do Parque Ibérico Turismo, Natureza e Aventura** (Parque Ambiental);

- **Modernização das instalações** e serviços autárquicos;
- **Reabilitação de regadios** e construção de novos;
- Reversão de **antigas escolas primárias em centros de convívio;**
- Reversão de **imóveis para habitação social;**
- Reforço da **política de prevenção ambiental/ combate a incêndios;**
- **Requalificação do centro histórico** de Vimioso;
- Valorização do **Recinto da Feira do Gado.**

Município de Vinhais

- **Ampliação do Mercado de Feiras;**
- **Ampliação do Parque de feiras e exposições;**
- **Apoio à agricultura (PRORURIS)**, através da elaboração de candidaturas a fundos;
- **Apoio na formação de agricultores** e produção agrícola;
- **Aproveitamento dos rios, ribeiros e barragens para fins turísticos**, nomeadamente pesca;
- **Aumento da Zona Industrial;**
- **Aumento do Parque Biológico;**
- **Certificação do fumeiro** em parceria com o IPB e UTAD e cogumelos (componente científica);
- **Criação de 3 pavilhões polidesportivos** a “céu aberto”;
- **Criação de ciclovia** atravessando **Vinhais até ao Parque Biológico e vice-versa;**
- **Criação de planos de mobilidade** para dar apoio às aldeias do Município;
- **Criação de um centro de interpretação de raças pecuárias nacionais** (com modelação em 3D);
- **Criação de um pavilhão gimnodesportivo;**
- **Introdução de internet e meios de comunicação em lares** para facilitar a comunicação com familiares no estrangeiro;
- **Melhoria da estrada Vinhais-Fronteira de Moimenta;**
- **Potenciação das zonas de caça para fins turísticos;**
- **Potenciação de projetos culturais através de novas tecnologias;**
- **Promoção do território;**
- **Reabilitação do parque biológico** (centros de interpretação e espaços de hotelaria), melhorando as condições para turismo.
- **Requalificação da estrada Vinhais-Bragança.**

6. Fontes de informação

Cardoso, José Manuel (2013), jornal Expresso, “*Cantinas Sociais com mais procura*”;

Clipping, jornal Voz de Trás-os-Montes;

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (2013), “*Norte 2020*”;

Comissão Europeia (2005), Regulamento (CE) n.º 1290/2005;

Comissão Europeia (2009), “Elementos de um Quadro Estratégico Comum em 2014-2020 para o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu, o Fundo de Coesão, o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural e o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas”;

Comissão Europeia (2010), “*Europa 2020: Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo*”;

Comissão Europeia (2010), “*Instrumentos Financeiros na Política de Coesão 2014-2020*”;

Comissão Europeia (2013), “*Regional Innovation Scoreboard*”;

Diário da República Eletrónico (2007), Lei n.º 48/98 de 11 de Agosto;

Diário da República Eletrónico (2008), Lei n.º 45/2008 de 27 de Agosto;

Direção-Geral de Energia e Geologia;

Energia renováveis, Portal Energia (2009) “*Barragens vão produzir energia para um milhão de pessoas*”;

Gabinete de Planeamento e Políticas (2012), “*Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020*”

Instituto Nacional de Estatística;

Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, “*Política de Coesão da EU para 2014-2020: propostas legislativas*”;

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro;

Parlamento Europeu (2013), regulamento nº 1299/ 2013 do Parlamento Europeu e do Conselho;

Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (2007), “*Diretrizes para os instrumentos de gestão territorial*”;

Programa Nacional de Reformas (2011), “*Compromissos e metas de Portugal 2020*”